

Manaus, Santarém, Rio Branco, Vitória,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 2.500,00

cadernos do

terceiro mundo

Cr\$ 1.800,00 - Ano VII - Nº 68

DÍVIDA
EXTERNA
A EXTORSÃO DOS JUROS

INFORMATICA
INFORMÁTICA
INFORMÁTICA
INFORMÁTICA
INFORMÁTICA
INFORMÁTICA
INFORMÁTICA
INFORMÁTICA
INFORMÁTICA
INFORMÁTICA

O NOVO JOGO DO PODER



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 · Luanda
telex 3148 3260

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

O computador: a quem serve?

As novas descobertas sempre exerceram um fascínio quase irresistível sobre a humanidade. Notadamente agora quando começam a sair dos laboratórios máquinas fantásticas cujas dimensões ficaram reduzidas a um nível quase molecular e são capazes de fazer cálculos ou tarefas que até o momento figuravam apenas no campo da ficção científica. Trata-se de descobertas apresentadas pelos países ricos como simplesmente maravilhosas e capazes de alterar fundamentalmente a estrutura de produção econômica da humanidade.

Mas por trás das fantásticas virtudes atribuídas à nova tecnologia e ao novo campo do conhecimento humano chamado de Informática, existe uma realidade nada maravilhosa. As novas descobertas colocaram nas mãos das grandes empresas transnacionais um poder jamais imaginado nos tempos modernos. Além disso, a busca de conquistas cada vez mais avançadas no campo da microeletrônica, gerou um processo de concentração econômica também inédito na história humana.

A corrida pelo controle da Informática segue as leis do "darwinismo" econômico transformado em dogma pela

administração Reagan. Assim, as esperanças dos países do Terceiro Mundo de alcançarem até o final do século uma distribuição mais justa das riquezas econômicas parecem hoje seriamente ameaçadas. Alguns já acham este objetivo impossível, se os países subdesenvolvidos não decidirem criar barreiras para o expansionismo das transnacionais da eletrônica.

A reportagem de capa deste número tenta explicar como ocorre este processo de gigantismo e como é possível resistir a ele, partindo dos exemplos de alguns países como Brasil, Cuba, Índia e Congo, entre outros. Procuramos mostrar como a Informática pode ajudar o Terceiro Mundo, desde que adaptada às necessidades e condições regionais, para que as transformações se dêem, acima de tudo, de forma democrática.

Também incluímos neste número uma entrevista com a linguista Ruth Monserrat que desenvolve um trabalho de assessoria àqueles que, missionários religiosos ou leigos, colocaram para si a tarefa de alfabetizar grupos indígenas brasileiros, na própria língua deles, com a finalidade de deter o processo de extermínio a que esses grupos estão sujeitos.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro – Juan Somavia
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett +

Revista Mensal nº 68
Julho – 1984
Preço de Capa: Cr\$ 1.800,00
Nºs atrasados: ao preço do
último exemplar

• **Edições em português**

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Administração
Marinete Silva

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samara (editor de arte)
Sonia Freitas/Miguel Efe

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lidia Freitas
Eunice H. Senna
Jessie Jane V. de Souza

Composição
Ronaldo Fonseca

Depto. de Circulação,
Assinaturas e Promoção
Henrique Menezes
Inácio dos Santos
Macário Costa

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 – CEP 05033
Josemar Pinheiro Silva
Rua Tamandaré, 1 – Sala 1
65000 – São Luis (Maranhão)
Horacio Verbitsky
Laval 1282 – 1º piso
oficinas 12 y 14
Tel.: 358194
Buenos Aires, Argentina
Fernando Reyes Matta
Casilla 16637 – Correo 9
Providencia – Santiago, Chile
Rafael Roncagliolo
Apartado 270031, Lima 27 – Peru

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4326

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 – grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 – Rio de Janeiro – RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 – P. 209/73

ANGOLA – CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU – MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Editor
Artur Baptista

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Alice Nicolau
Guimar Belo Marques

Documentação e Arquivo
Cristina Assis

tricontinental editoria Ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 – Lisboa – 1200
telex 42720 CTM TE P

Representantes
Angola
Luis Henriques, CP 3593 – Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua do Kongwa, 153 – Maputo

• **Edições em espanhol**
MÉXICO – AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
Calle California, 98A – Coyoacán
México, 21 DF – telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA – CHILE – COLÔMBIA
ECUADOR – PERU – VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 – Peru – Telefone: 724-712

• **Edições em inglês**
ESTADOS UNIDOS – CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cécile Belfrage

Apartado Postal, 20.572 – México. DF

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL – Empresa Distribuidora Livreira
UEE, Rua da Missão, 107/111 – Luanda. **BELIZE:**
Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Toc-
nolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz.
CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay
St. Ontario, Toronto – The Bob Miller Book Room,
180 Bloor St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones
Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá.
COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles
11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora
Sur, Dardignac 306, Santiago. **ECUADOR:** Ediciones-
sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil, 205.
Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sen-
dip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mun-
do, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador – El
Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS**
UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage
Ave., Chicago, Illinois – News World Resource Cen-
ter, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois – Librería
Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y.
10010 – Third World Books, 100 Worcester St., Bos-
ton, Mass 02118 – Librería del Pueblo, 2121 St. New
Orleans, LA 70130 – Papyrus Booksellers, 2915
Broadway at 14th St., New York, N. Y. 10025 – Tom
Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francis-
co, CA 94110 – Book Center, 518 Valencia St., San
Francisco, CA – Red and Black, 4736 University
Way, Seattle – Groundwork Bookstore, U. C. S. D.
Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Cen-
tre des Pays de Langue Espagnole et Portuaise, 16
Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GR-ÉBRETTANHA:** Lat-
tin American Book Shop, 29 Islington Park Street,
London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-
Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cul-
tura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16,
Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria
“José Trinidad Reyes”, Universidad Autónoma de
Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza
de Montecitorio 59/60, Roma – Feltrinelli, Via de
Babuino, 41 Roma – Alma Roma, Piazza P. Paoli,
4-A, Roma – Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma
– Usita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión
de Expendedores y Vocadores de Periódico, Hum-
bolt No. 47, México 1, D. F. – Distribuidora Sayrols
de Publicaciones S. A., Mier y Pasado No. 130, Méxi-
co 12, D. F. – Librerías México Cultural, Mier y Pas-
ado No. 128, México 12, D. F. – Metropolitana de Pu-
blicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías em todo
o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Dis-
co, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUÁ:**
IMELSA, Managua, Nicarágua. **PANAMÁ:** Librería
Cultural Paramela, S. A., Ave España 16, Panamá.
PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima
1. **PORTUGAL:** Diagonal, Rua Joaquim António de
Aguir 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Ter-
cia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras –
Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th inf. Sta-
tion, Río Piedras, P. R. 00929. **REPÚBLICA DOMI-
NICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan
Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo – DESVIGNE,
S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA**
FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien und Ver-
triebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. **S. TOMÉ E**
PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popu-
lar. **SUECIA:** Wenngren-Williams AB, S-10425, Stoc-
kholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S. A.
Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A.,
Rua Teodoro da Silva, 907 – Rio de Janeiro.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique),
INA (Irake), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e do pool de agências dos
Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha),
Nueva (Ecuador), Noviembre (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Itália), Dialogo Nord/Sud (Itália), e
com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Capa: Mariano

*LEITOR: Você é indispensável
na divulgação de nossa revista. Mostre CADERNOS
aos amigos e participe desta promoção.*

ARRANJE 3 ASSINANTES E GANHE UM BRINDE

*Escolha entre: • uma assinatura grátis para você ou de presente a um
amigo(a), ou o 3 (três) livros da "Estante do Terceiro Mundo" constante
desta edição*

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Agência Central) no valor correspondente a 3 assinaturas. Não deixe de escolher o seu brinde no cupom próprio.

CUPOM DO BRINDE

Desejo receber uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo (Cr\$ 17.300,00). Remeto ☐ cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou ☐ vale postal no valor acima. 68

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo (Cr\$ 17.300,00). Remeto ☐ cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou ☐ vale postal no valor acima. 68

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo (Cr\$ 17.300,00). Remeto ☐ cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou ☐ vale postal no valor acima. 68

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Por conseguir mais três assinaturas de cadernos, pelas quais remeto Cr\$ 51.900,00 em ☐ cheque nominal ou ☐ vale postal à Editora Terceiro Mundo Ltda., tenho direito a receber: () Uma assinatura anual de cadernos ou () três livros da Estante do Terceiro Mundo: códigos (), () e (). 68

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

estante do **terceiro mundo**

O reembolso
que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 68, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

- Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.
- Comprador: ☐ não-assinante ☐ já assinante ☐ assinante novo: estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data:/...../.....

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 25% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito aodesconto especial de assinante (até 25%) desta seção.



SOBRE A UNIDADE DO PENSAMENTO DE AMÍLCAR CABRAL

de Sergio Ribeiro

O autor, conhecedor das realidades de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, analisa um dos aspectos fundamentais do pensamento do grande teórico africano que não se limitava à defesa da unidade das duas ex-colônias portuguesas da África Ocidental, mas abrangia uma perspectiva continental. Prefácio de Vasco Cabral. 2ª edição. Produzido por cadernos do terceiro mundo, Lisboa, 1984. 56 pág.

E-37 Cr\$ 2.500,00



EL SALVADOR, O CAMINHO DOS GUERRILHEIROS

de Carlos Gil

Uma longa reportagem escrita e fotográfica nas montanhas do "pulgarito de América" com os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí. O livro contém os principais documentos da revolução e uma cronologia da luta do povo salvadorenho. Prefácio de José Cardoso Pires. Editado por cadernos do terceiro mundo, Lisboa, 1983. 170 pág.

E-38 Cr\$ 4.500,00



A MONTANHA É ALGO MAIS DO QUE UMA IMENSA ESTEPE VERDE

de Omar Cabezas Lacayo

A obra do comandante sandinista Omar Cabezas é, ao mesmo tempo, uma excelente reportagem sobre a guerrilha nicaraguense, um vivo testemunho pessoal, uma original peça literária de marcado pendor revolucionário e um libelo acusatório da ditadura somozista. Prêmio "Casa de las Américas" em 1982. Ed. cadernos do terceiro mundo, Lisboa, 1984. 206 pág.

E-40 Cr\$ 8.000,00

6 Cartas

8 Panorama Tricontinental

- 17 Editorial: Conferência de Cúpula de Londres – Uma vitória política do candidato Reagan

20 Matéria de capa – A nova ordem da informática

- 22 Transnacionais; A lei do mais forte, *Carlos Castilho*
32 A luta pela sobrevivência
38 Brasil: A reserva de mercado, *Claudio Z. Mammana e Edson Fregni*
47 O computador e a democracia, *Ezequiel Dias*
48 Aos inimigos, a lei, *Octavio Tostes*
50 Cuba: Desafiando o bloqueio
53 Congo: Do petróleo ao computador

América Latina

- 55 República Dominicana: A frágil estratégia desenvolvimentista, *Mark Fried*

Ásia

- 58 Timor Leste: O fracasso das “ofensivas finais” indonésias, *Alberto Costa Alves*

África

- 62 África do Sul: “O apartheid não tem reabilitação”, *Francisco C. Gomes*

Norte/Sul

- 65 Reunião de Cartagena – Nada de novo, *Maluza Stein*
69 Pacto Andino – Reflexões sobre uma experiência pioneira, *José de la Puente Rabdill*

Comunicação

- 73 Réquiem para Carlos Quijano, *Mario Benedetti*
75 A imprensa e os escândalos de Pinochet, *Cecilia Allendes*
79 Notas

Cultura/Especial

- 81 Alfabetização indígena – Uma questão política, *José Carlos Gondim*
94 Notas

96 Humor: Mariano



Cartagena: a questão da dívida



Chile: imprensa censurada



Alfabetizar o índio

Cartas

Clube de Amigos

1) O companheiro Wander N. Silva nos pede para informar aos leitores e amigos dos cadernos que, infelizmente, por estar sobrecarregado de trabalho, não está podendo se dedicar ao projeto do "Clube de Informações", por ele proposto há uns cinco meses atrás. "Como percebi que não me seria possível realizar com perfeição essa tarefa — escreveu Wander — passo essa idéia adiante, para que algum interessado realize algo parecido com um Clube de Informação. Aproveito esta oportunidade para me desculpar com os leitores e lhes comunicar que estou comprando qualquer coisa (discos, gravações piratas, documentos, livros etc) sobre óperas, seja lá de qual país for. Na certeza de ser compreendido, subscrevo-me: Wander N. Silva — Caixa Postal 803 — Belo Horizonte — MG — CEP: 30.000 — Brasil.

2) Já o companheiro Bruno Matos e Silva escreve para contar que está criando um jornal em Salvador e pedir colaborações. Diz ele: "Estou tentando fazer um jornal aqui em Salvador. Em seu triste começo, será pouco mais do que um jornalzinho de colégio, porém haverá uma evolução. Para isso, preciso de material humano, o que é difícil, pois a juventude brasileira não é politizada, o que muito lamento". Bruno deixa aqui o seu endereço, para quem quiser colaborar: Al. dos Sombrios, quadra 15 — lote 13 — Caminho das Árvores — Pituba — Salvador — BA — Brasil.

Cabo Verde

Sou um leitor assíduo da vossa revista e é extremamente difícil encontrá-la aqui em Lisboa, nas bancas. Em Cabo Verde (sou caboverdiano) encontra-se facilmente. Gostaria de fazer uma pergunta: quando farão uma reportagem de fundo sobre Cabo Verde? Mas façam-no retratando tudo, abrangendo a maneira de viver do povo de todas as ilhas de Cabo Verde. Paulo J. C. de Figueiredo Silva — Lisboa — Portugal.

As últimas matérias sobre Cabo Verde publicadas na nossa edição para Portugal e África de expressão portuguesa apareceram nos números 49 e 55.

6 - terceiro mundo

Reafirmação do regime militar

A ditadura que os militares implantaram em nosso país em 1964 corresponde hoje a 20 anos de genocídio. De norte a sul do país, nos campos e nas cidades, centenas e centenas de camponeses, homens e mulheres, foram assassinados por pistoleiros acobertados pela polícia, a mando dos grandes fazendeiros. Na década de 70, às margens do rio Araguaia, cabeças de jovens que queriam um país livre foram decepadas e exibidas em slides, como exemplo àquelas que tentassem de novo lutar pela libertação do país. Nas cadeias de São Paulo, do Rio e outras cidades, corpos humanos se contorciam nas sessões de tortura: choques elétricos, pau-de-arara... Muitos não resistiram (...). Podemos ainda lembrar a invasão da Amazônia: grandes grupos internacionais, com o apoio e incentivo do governo tomam conta da mata e instalam ali projetos faraônicos. Mas em 1974 uma coisa interessante aconteceu: a oposição obteve 47% dos votos para o Senado, e 39% dos votos para a Câmara Federal. O então MDB conquistou também a maioria nas Assembleias Legislativas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. (...) A Igreja, sob a liderança de d. Paulo Evaristo Arns, estava também na vanguarda, oferecendo cobertura e lutando pelos Direitos Humanos. Os sindicatos, inclusive o dos jornalistas, derrotam os pelegos que os dirigiam há anos.

Diante disso, o governo se acha com o poder ameaçado (...) e em 17 de dezembro de 1978, para revigorar a ditadura, decreta a lei 6.620, a chamada "Lei de Segurança Nacional". Uma lei arbitrária, que veio, nada mais nada menos, restabelecer a "prosperidade" dos dominantes e reprimir as iniciativas de luta pela liberdade política, econômica e de associação do povo. Uma lei copiada dos Estados Unidos, com o objetivo de garantir o "desenvolvimento e segurança" no qual se baseiam os governos militares.

Hoje, o governo mais uma vez, vergonhosamente, demonstra a sua prepotência e confirma a ditadura militar. Hoje, um governo rachado, encastelado dentro do palácio (que chega até a sair pelos fundos com medo do povo) é incapaz de escutar o brado das multidões que grita por eleições diretas já. Diante dessas multidões, esse governo que fala de "de-

mocracia" virou as costas ao povo, decretando as medidas de emergência, botou seu exército nas ruas e foi se guardar na granja do Torto.

Ficou confirmado, mais uma vez, que ou os oprimidos se unem para lutar juntos pela sua liberdade, ou todos ficarão para sempre debaixo do chicote. Francisca Santos — Itapuranga — GO — Brasil.

Barragens do rio Uruguai

Anotei a idéia do sr. Armando Triches, da cidade de Frederico Westphalen (RS), cuja carta foi publicada no nº 65, e gostaria de expressar o meu apoio sobre a sugestão do leitor em se elaborar uma reportagem sobre as barragens do rio Uruguai e suas consequências sociais. Por outro lado, quero informar ao referido leitor que penso em aumentar o meu material de pesquisa sobre o assunto. Para tal gostaria de saber o seu endereço para correspondência. Escreva para: Paulo Roberto da Rosa — Rua Ricardo Louzada, 394 — Charqueadas (RS) — CEP: 96.705 — Brasil.

Conscientização

Sou leitor assíduo dessa revista há muito tempo e quero dar as minhas congratulações a vocês pelas entusiasmadas fabulosas e de alto nível que cadernos têm feito, e que vocês continuam com essa mesma força de levar ao povo esses ensinamentos. É disso que o povo precisa, de conscientização! Luiz Antonio C. Cassola — São Paulo — SP — Brasil.

Sugestões

(...) Congratulo a equipe dos cadernos pelas ótimas reportagens, mas se me permitem gostaria que enfocassem a fundo todos os lados interessantes, tanto de um lado como de outro, dos acontecimentos mundiais. Gostaria de ver uma reportagem sobre a situação do Líbano com as recentes mudanças em seu quadro político, o papel das potências ocidentais e da ONU (assim como sobre a participação da URSS no mundo árabe), a posição do grupo xiita Amal. Outro assunto de interesse muito grande é em relação às divergências do atual diretor da Unesco com o governo de alguns países ocidentais, em especial a Inglaterra e os Estados Unidos. Inigo Suarez Asensio — São Paulo — SP — Brasil.

"cadernos" nos Estados Unidos

(...) Gosto muito da informação e do ponto de vista dos cadernos. Além de me manter informada sobre os acontecimentos do Terceiro Mundo, que às vezes são difíceis de serem encontrados na imprensa daqui dos Estados Unidos, me ajuda a melhorar o meu português, e como podem ver, isso eu preciso! Vou viajar ao seu país em outubro e vou ter que melhorar o meu português. Lisa Kokin — Oakland — Estados Unidos.

Protesto

Venho através desta exprimir o meu protesto pela omissão do nome de Luiz Inácio da Silva na reportagem "O avanço da sociedade e a crise do Estado" (cadernos nº 66). Quando se fala em movimento sindical no Brasil e principalmente sobre as greves de 1978 no ABC paulista, torna-se obrigatória a citação do nome de Lula como o grande líder da classe operária. Luiz Antonio Cabral — Rio de Janeiro — RJ — Brasil.

Futuro incerto

Sendo um modesto civil curitiba no radicado nesta região de Brasília, já sou apreciador de vossos oportunos cadernos e também do Anuário de imenso valor cultural e histórico que vocês editam. (...) Outrossim, a gente vislumbra as agruras da difícil conjuntura brasileira evoluindo para um desfecho ainda desconhecido. Mas estou convicto de que em breve terá a nossa sofrida pátria um popular e aguardado governo, para melhor presidir este imenso e heterogêneo país. (...) Contudo, persiste a dúvida: realizadas as eleições presidenciais, haverá seriedade na apuração dos votos? (...) A nossa paciente gente espera a implantação no governo federal de uma nova filosofia, humanista e sensível para então poder socorrer — e de imediato — as legiões de milhões de patricios, também chefes de família, que jazem no desespero do desemprego, os quais devem se sentir como exilados e rejeitados em sua própria pátria. Nelson Scucato — Taguatinga — DF — Brasil.

África Austral: excelente cobertura

Sendo um dos leitores assíduos de cadernos, estou chegando aqui pela primeira vez para agradecer-lhes pelas últimas informações que forneceram (já que de grande valia) sobre a África Austral, no nº 65, (...) e elogiar o trabalho de João Melo (chefe da Angop), de Etevaldo Hipólito e de Carlos Castilho. Cleber E. Corrêa — Rio de Janeiro — RJ — Brasil.

Edição andina

Sou assinante da sua revista, e por meio desta sei hoje muita coisa que não sabia. Soube também que existe uma edição andina de cadernos e pergunto-lhes: as notícias dessa edição são as mesmas das outras, no caso da brasileira? Em caso negativo, como assinar a edição andina, desde que não saia muito caro, estou disposto a fazê-lo. (...) Peço "de quebra" uma reportagem sobre a Albânia, o pequeno país de Enver Hodja. Bruno M. e Silva — Salvador — BA — Brasil.

O conteúdo de todas as edições de cadernos é basicamente o mesmo.

Intercâmbio

Saturnino Ernesto Manuel

Bairro Alvalade — Rua Ramalho Ortigão, 39 — Luanda — Angola

Daniel Bengui Atévie

Caixa Postal 249 — Udalatando Kuanza Norte — Angola

Bartolomeu José Gonçalves de Paiva

Caixa Postal 262 — Waco — Kungo Angola

João Brito Pires

Rua Bento Banha Cardoso, 25 Luanda — Angola

Joaquim Ângelo Pacheco

Caixa Postal 1487 Benguela — Angola

Damásio Sobiesiak

C. P. 167 — Passo Fundo — RS CEP: 99.100 — Brasil

Bruno Mattos e Silva

Al. dos Sombrios — quadra 15 lote 13 — Caminho das Árvores Pituba — Salvador — BA — Brasil

Emílio Alfredo

Caixa Postal 247 Lubango-Huila — Angola

Tony Barbosa

Caixa Postal 10378 Luanda — Angola

Luvila Mateus Mdombas

Caixa Postal 6142 Luanda — Angola

José Augusto Souza

Rua São Judas Tadeu, 86/ap. 2 Santos — SP — CEP: 11.100 — Brasil

Antonio A. de Castro Paes

Rua Bolívia, 50/ap. 22 — Santos SP — CEP: 11.100 — Brasil

Antônio Domingos Vicente

Rua Major Marcelino Dias, 51 — 3B — Luanda — Angola

Ivo José Soccol

C. P. 167 — Passo Fundo — RS CEP: 99.100 — Brasil

Lucamba Magalhães (Rafael)

Caixa Postal 318 Naku Kungo — Cela — Angola

Roque Fernando

A/C Caixa Postal 2991 Induve — Estrada de Kacuaco Luanda — Angola

Luís Júnior

Bairro Nelito (Terra Nova) Rua do Douro, 176 Luanda — Angola

Florenço Miguel Ferreira

Rua 110 — Caixa Postal 2155 Luanda — Angola

João de Brito Deus

Rua Bento Banha Cardoso, 25 Luanda — Angola

Tony Santos

Caixa Postal 780 Lubango-Huila — Angola

Marcelino das Neves Adolfo Royhiwa

Av. 24 de Julho, 1274 Maputo — Moçambique

Marco Antonio Medeiros

Rua Carlos Von Koseritz, nº 10/ap. 37 — Porto Alegre — RS CEP: 90.000 — Brasil

Os 20 anos do GRUPO DOS 77

□ Em junho de 1964, um grupo de países da Ásia, África e América Latina decidiu criar uma organização destinada a unificar os esforços para a defesa dos interesses comuns no campo do comércio e da economia mundial. Meses mais tarde, eles já eram 77, número que passou a identificar o movimento, embora ele incluía hoje 125 países.

Nestas duas décadas, os "77" ainda não conseguiram alcançar a sua grande meta — um tratamento mais justo para as economias das nações menos desenvolvidas. Pelo contrário, eles estão mais pobres do que em 1964. Mas em compensação, foram conseguidos grandes avanços na tomada de cons-

ciência das causas da profunda desigualdade no comércio internacional.

Quando o grupo divulgou a sua declaração conjunta na reunião da Unctad realizada em Genebra, expressões como planejamento, coordenação e desenvolvimento ainda se encontravam no *index* das potências econômicas da época. Planejamento era tido pelos países ricos como um sinônimo de marxismo, coordenação era o mesmo que boicote, e desenvolvimento significava subversão da ordem estabelecida. Hoje essas três expressões já foram incorporadas ao vocabulário diplomático internacional, depois de muito esforço e muita incompreensão.

A grande meta dos "77" — o desenvolvimento das nações mais pobres — ainda não foi alcançada



Ao longo dos 20 anos de existência, o Grupo dos 77 se consolidou como o principal foro de discussões econômicas dos países da África, Ásia e América Latina, que no plano político estão organizados no Movimento dos Países Não-Alinhados. Os "77" têm escritórios em todas as sedes das Nações Unidas em Nova Iorque, Genebra, Viena, Paris e Roma. Em 1981, na conferência do grupo em Caracas, foram institucionalizados os mecanismos permanentes de coordenação, controle e avaliação dos esforços em busca da unidade de posições no plano econômico. Apesar disso, os "77" não têm uma secretaria geral, porque os seus membros preferem agir de forma menos convencional para aumentar a eficácia política de suas ações. Se em 1964, os países membros pediam reformas, hoje eles passaram a exigir pura e simplesmente a mudança do sistema de comércio mundial. Já não se fala de adaptações, mas de uma transformação. E é esta mudança de posições assumida pelos "77" como um todo, que representa talvez a sua maior conquista desde a criação do grupo.

A ferrenha oposição dos países ricos, notadamente os Estados Unidos, criou as condições para que houvesse uma harmonização e evolução das posições de países tão diferentes entre si, rumo a uma tomada de posição mais radical face aos países industrializados.

A luta contra o deserto

☐ Quem se lembra realmente da luta contra a desertificação? Dos 15 bilhões de dólares destinados ao Comitê Interestatal de Luta contra a Seca no Sahel (Cilss) em dez anos, a ajuda oficial para o reflorestamento só representa 1,5% do montante.

tra a seca está sendo incrementado com a colaboração do Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), através do seu escritório para o Sahel. Com um custo superior a 100 bilhões de dólares, o programa, iniciado em fins de abril, e que com-



“Raramente se relaciona a erosão do solo com a fome”

“Quando se parte de zero, 1,5% representa um progresso considerável”, declararam fontes ligadas aos responsáveis pelos programas para o Sahel, onde se assegura que o reflorestamento é “de todas as ajudas setoriais, a que avançou com mais rapidez”.

O deserto do Saara se alastra anualmente sobre uns 128 mil quilômetros quadrados, ou seja por exemplo, o equivalente a duas terças partes da superfície do Senegal.

Os estudos realizados a partir da grande seca, há dez anos, mostraram que a região sofria de desequilíbrios fundamentais, nenhum deles tendo sido resolvido no início desta década.

Um novo plano de luta con-

preenderá quatro etapas, fornece mais de 60 bilhões de dólares para a ajuda alimentar, a aquisição de caminhões e a salvação do gado. O resto do programa inclui medidas de médio e longo prazos para o desenvolvimento e manutenção da infraestrutura rodoviária, a busca e distribuição de água para os povoados e para intensificar a luta contra a desertificação.

Simultaneamente, uma grave desertificação afeta milhões de quilômetros quadrados na América Latina, segundo informação do Escritório Regional do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (Pnuma), por ocasião da comemoração do Dia Mundial do Meio-Ambiente. O Escritório reiterou ainda os conceitos bá-

sicos de uma mensagem emitida com igual propósito na semana anterior por Mostafá K. Tolba, diretor executivo do Pnuma, onde este advertia que a nível mundial a desertificação converte, todos os anos, seis milhões de hectares em terrenos arenosos.

O Dia Mundial do Meio-Ambiente foi dedicado ao problema da desertificação. Em sua dramática mensagem, Tolba calculou que durante o corrente ano cerca de 30 milhões de crianças morrerão de fome e cerca de 200 milhões de pessoas ficarão desnutridas, enquanto advertia que “raramente se relaciona a erosão dos solos com a fome e a pobreza”. “O número de pessoas que o mundo deve alimentar aumenta anualmente em 80 milhões, entretanto diminuem as terras produtivas para os cultivos”, observou.

O fenômeno da desertificação ameaça tanto os países ricos como os pobres, explicou Tolba. Nos Estados Unidos, 40 milhões de hectares serão destruídos sem possibilidades práticas de recuperação e, na Índia, a perda da cobertura vegetal ameaça um-terço das terras, especificou a mensagem do diretor executivo do Pnuma. No caso da América Latina, enfatizam os documentos do Escritório Regional do Pnuma, dirigido pelo peruano José Lizárraga, a desertificação afeta de forma “grave” territórios onde vivem cerca de 24 milhões de pessoas, mas também ameaça zonas áridas e semi-áridas onde residem outros 44 milhões de latino-americanos.

O desmatamento indiscriminado e a erosão não vigiada são as causas iniciais do processo que acarreta a desertificação. Em 1980, a América Latina tinha 63% de seu território coberto de bosques e selvas e representava 20% dos recursos florestais de todo o mundo.

Essas porcentagens equivalem em 1978 a 550 milhões de hectares de bosques. Segundo estimativas de peritos norte-americanos, o ritmo atual de desflorestamento significará para a região diminuir essa riqueza florestal para 359 milhões de hectares no ano 2000, ou seja, uma perda de 191 milhões de hectares de bosques em 22 anos.

Em alguns países, a derrubada de florestas apresenta altos níveis. No México, alcança 400 mil hectares anuais, no Paraguai 150 mil. As selvas densas da América Latina se perdem à razão de 4,3 milhões de hectares anuais e as florestas abertas diminuem em um milhão de hectares ao ano, assinala o cientista brasileiro Carlos Marx Carneiro. O problema se agrava se aos fatores anteriores se somar a sedimentação, a salinização, a alcalinização e a contaminação agrícola com herbicidas e pesticidas, observa o Escritório Regional do Pnuma.

A alcalinização (qualidade oposta à acidez) deixou estéréis 7,6% das terras da América do Sul, segundo o organismo.

Dentro das recentes atividades desenvolvidas pelo Pnuma na América Latina, o organismo destaca a realização de um encontro de peritos de alto nível de 18 países em Lima, Peru (8-11 de abril passado) e a terceira reunião intergovernamental de 16 nações (12 de abril), também na capital peruana. Reiterando a preocupação geral pelo crescente avanço da deterioração ambiental no subcontinente, a reunião intergovernamental de Lima aprovou quatro importantes resoluções: fomentar com urgência programas ambientais regionais de interesse comum, uma rede regional para a formação ambiental, um plano de ação do programa ambiental do Caribe e um plano de ação para o sudeste do Pacífico.

10 - terceiro mundo

Mugabe: "A África do Sul pretende desestabilizar o país"



Mugabe: denúncias

□ A África do Sul ainda mantém uma estratégia para desestabilizar o Zimbábue, afirmou o primeiro-ministro Robert Mugabe, em declarações publicadas em Harare. A estratégia consiste em atacar as linhas de transporte comercial com Moçambique e em dar apoio aos dissidentes que operam na província de Matabele, ao sul do país, explicou o primeiro-ministro.

"Os rebeldes moçambicanos do Movimento Nacional de Resistência (MNR, grupo de oposição apoiado pela África do Sul) efetuam ataques semanais contra a estrada de ferro em Moçambique", afirmou Mugabe. Os portos moçambicanos de Maputo e Beira são os mais próximos de Zimbábue, mas devido aos ataques do MNR, o governo de Harare se viu obrigado a continuar dependendo das rotas comerciais sul-africanas.

Devido à campanha desestabilizadora do MNR, o governo de Moçambique se viu forçado a firmar em março um pacto de não agressão com a África do

Sul, em virtude do qual se comprometeu a não permitir operações do Congresso Nacional Africano (ANC), movimento de libertação sul-africano, em seu território. Pretória, por sua vez, se comprometeu a cessar o apoio aos rebeldes do MNR.

"Semanalmente se produzem um ou dois incidentes que desorganizam totalmente o sistema de transporte que utilizamos", denunciou o primeiro-ministro. "Isso tem um duplo propósito: em primeiro lugar, desestabilizar a economia, impedindo que nossas importações e exportações fluam sem problema e portanto, obstaculizando nossos programas de desenvolvimento. Em segundo lugar, é uma tentativa de forçar-nos a utilizar o sistema ferroviário sul-africano, para evitar que utilizemos o que nos liga a Moçambique", acrescentou.

"A África do Sul obteve o apoio de alguns países ocidentais, alegando que combate a expansão comunista na África Austral", assinalou Mugabe, criticando a política de "compromisso construtivo" dos Estados Unidos com o regime de Pretória. "Trata-se antes de um compromisso destrutivo", afirmou. As estratégias regionais da África do Sul são uma "fonte de grandes preocupações para nós", assegurou. "Tivemos que destinar nossos recursos para contar com melhores sistemas de defesa porque temos um vizinho que desconhece o direito internacional, um vizinho que, enfim promove atividades subversivas desde o oceano Atlântico até o oceano Índico".

Uruguai: Mudanças no quadro político

□ O fato de a Frente Ampla — a coalizão de esquerda presidida pelo general Líber Seregni — ter sido aceita pelos militares uruguaios como interlocutora nas negociações com vistas a definir as condições em que se realizarão as eleições de novembro próximo, mostra uma evolução muito significativa do panorama político daquele país.

Durante anos, as forças armadas se negaram a dialogar com a esquerda uruguia, limitando-se a aceitar o funcionamento (com restrições) dos partidos tradicionais, o Nacional (ou Blanco) e o Colorado, além da pequena e inexpressiva União Cívica. Para a mudança de atitude do regime em relação à Frente Ampla contribuiu em boa parte a atuação pessoal do general Líber Seregni, libertado em março deste ano depois de 11 anos de prisão. O general Seregni foi o articulador da reaproximação entre os políticos e os militares, cujo diálogo estava praticamente interrompido há vários meses.

O primeiro sintoma da possível reaproximação entre os partidos políticos e as forças armadas para negociar os termos da eleição (sem o quê, a própria realização de eleições em novembro poderia estar ameaçada), foi a decisão adotada em 29 de maio passado pela Multipartidária — integrada pelos partidos Blanco, Colorado e União Cívica e pela Frente Ampla — de coordenar suas ações com as forças sociais. Ao convidar para participar de suas discussões os representantes dos trabalhadores, dos empresários e dos estudantes, com o objetivo de contribuir para a reinstitucionalização do país, a



Gal. Líber Seregni

Multipartidária estava ampliando o debate político a todos os setores do país, com vistas a elaborar uma proposta comum para ser submetida à análise dos militares. Essa iniciativa partiu de Seregni e foi aceita por todos os setores envolvidos. A Multipartidária manteve também contatos com as demais entidades que têm peso no país, como o Colégio de Advogados e Economistas, a Federação e a Associação Rural, o Plenário Intersindical (PIT), a Asceep (a associação que reúne os estudantes) etc.

Uma das primeiras medidas realizadas de forma conjunta foi a greve cívica de 27 de junho passado, que paralisou todo o país no dia em que completava 11 anos do golpe militar. As reivindicações comuns também são amplas e atendem aos interesses de todos os setores envolvidos: reconquista das liberdades e direitos civis, mobilização popular, descassações, liberdade de imprensa etc.

Em princípios de junho passado, um fato relevante mostrou que no seio das forças armadas poderia estar ganhando

fôrça a convicção de que a Frente Ampla não deve permanecer proscrita. Enquanto a Comissão de Assuntos Políticos das forças armadas (Comaspo) convocava os dirigentes dos partidos políticos autorizados para discutir a proposta que os militares colocaram perante a opinião pública em 1º de maio, o ministro do Interior, general Julio Cesar Rapella, chamava ao seu gabinete o general Líber Seregni e lhe manifestava a sua preocupação pela demora com que os dirigentes políticos haviam conduzido as negociações. Em Montevideu, o fato foi interpretado como um reconhecimento tácito por parte dos militares do papel que o general Seregni poderia desempenhar nas negociações e como um primeiro passo para a legalização da Frente Ampla.

Outro fato significativo foi o empenho pessoal do general Seregni na retomada das negociações. Depois da volta ao país do dirigente blanco Wilson Ferreira Aldunate, preso junto com seu filho Juan Raúl assim que pisaram terra uruguia, o Partido Nacional decidiu abandonar qualquer diálogo com os militares até a libertação de seu líder.

A opinião pública do país assistiu com temor a ruptura do bloco oposicionista. Em termos de imagem, a posição dos blancos aparecia como a mais atraente, pois não se comprometia com uma negociação com os porta-vozes do regime. Mas em termos de eficácia e de resultados concretos, muitos se perguntavam se a política do "tudo ou nada" defendida pelo Partido Nacional não acabaria em *nada*.

A aceitação da Frente Ampla no diálogo levou muitos observadores à convicção de que a tática defendida pelo presidente da coalizão, o general Seregni, está começando a dar seus frutos.

O PO NÃO FA À ESC

A Campanha Mãos à Obra nas Escolas completou seu primeiro ano com ótimo aproveitamento. 2005 escolas atendidas com reforma integral, parcial ou pequenas obras de reparo. Além da construção de novas salas de aula e do conserto de mobiliário que, já no início deste ano letivo, garantiram a alunos entre 7 e

14 anos 358.408 novas vagas, representando um acréscimo de 24% em relação a 1983.

Mais importante ainda que os resultados obtidos foi a expressiva resposta da comunidade à Campanha.

Órgãos públicos e diversas empresas particulares adotaram escolas para reforma. Artistas, cineastas e grupos

GOVERNO DEMOCRÁTICO D

VO ALTOU OLA

teatrais doaram parte da renda de suas bilheterias para escolas localizadas em comunidades carentes. E, em especial, a própria população participou ativamente através da doação de materiais, do trabalho voluntário e da fiscalização para que as melhorias fossem preservadas.

O melhor de tudo é que a Campanha Mãos à Obra nas

Escolas não vai ter férias.

O trabalho continua. Para uma melhor qualidade dos prédios escolares, condição essencial para que os alunos do primeiro e do segundo graus também não falem à escola.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Bolívia: Uma vitória da democracia

□ O sequestro do presidente da Bolívia, Hernán Siles Zuazo, dia 30 de junho último, para a derrubada do governo de coalizão da Unidade Democrática Popular (UDP), serviu — ao contrário do que pretendiam os mentores intelectuais da ação terrorista —, para fortalecer a unidade nacional em torno dos princípios democráticos.



Hernán Siles Zuazo

Zuazo foi sequestrado pelo tenente da polícia Celso Campos Pinto que, no comando de 60 "Leopardos" (grupo de elite, criado especialmente para combater o narcotráfico, com treinamento nos EUA) irrompeu na residência presidencial e levou o chefe de governo para lugar desconhecido. Liberado dez horas depois, em consequência da resistência popular que se levantou em todo o país e dos protestos de quase todos os governos do mundo pelo que se evidenciou como golpe de estado, Zuazo retornou ao comando do governo, depois de haver dado garantias aos seus sequestradores de que os levaria a alguma embaixada. Falando da sacada do Palácio às centenas de milhares de pessoas aglomeradas para ouvi-lo, Zuazo explicou seu gesto dizendo: "Quem é forte, pode ser generoso".

De fato, o presidente Zuazo voltava fortalecido à presidência como chefe indiscutível de uma corrente nacionalista revolucionária que tem procurado resgatar a independência política e econômica da Bolívia, estreitando cada vez mais os vínculos orgânicos do Estado com os operários e camponeses organizados. Nessa característica do seu governo — cuja máxima expressão foi a declaração de moratória unilateral da dívida externa do país e uma série de acordos com a Central Operária (COB) para restituir o poder aquisitivo dos salários — se identifica a causa da tentativa de derrubá-lo do poder.

Além disso, a decisão anunciada pelo governo de dar combate sem trégua às atividades do narcotráfico na Bolívia, parece haver dado aos golpistas a certeza final de que teriam que atuar rapidamente para impedir que se desbaratasse toda uma importante e poderosa rede de interesses econômicos e políticos.

O tenente Pinto e os "Leopardos" — segundo se compro-

vou — atuaram sob as ordens do general Rolando Saraiva, que Zuazo destituiu da chefia do Ministério da Defesa no dia anterior ao seu sequestro. Implicados na conspiração estavam também altos funcionários do próprio governo da UDP e políticos direitistas como Hugo Bánzer, da Ação Democrática Nacionalista. Entre os presos — cuja participação no golpe foi confirmada pelas investigações — estão o advogado Marcelo Galindo, que foi cunhado e secretário do ex-presidente militar René Barrientos, o também advogado Alfredo Arce Carpio, ex-ministro do Interior do governo de fato de Bánzer, Jaime e Gastón Ponce Caballero, ligados à direitista Falange Socialista (FSB) e vários outros. Uma semana após o fracassado golpe, o governo de Zuazo já havia demitido e preso mais de 200 oficiais das forças armadas implicados na conspiração.

Os seis homens que foram os carcereiros do presidente Zuazo durante o tempo do seu sequestro, ainda não conseguiram asilo diplomático em nenhum país da América Latina. Os governos da Venezuela, Argentina e Brasil se negaram a recebê-los como asilados por considerá-los criminosos comuns.

Direita se articula

A Ação Democrática Nacionalista (ADN), cujo chefe é Hugo Bánzer, está realizando gestões e consultas com o propósito de constituir uma internacional de partidos de direita na América Latina. O sub-chefe da ADN declarou à agência IPS que entre os grupos políticos que participam da gestão figura a União de Centro Democrático (UCD) da Argentina, liderada pelo economista e líder

político Alvaro Alsogaray, que esteve na Bolívia na última semana de junho, convidado pela Confederação de Empresários Privados. Segundo a mesma fonte, participam também dessa gestão o Partido Conservador, do presidente da Colômbia, Belisario Betancur, o Partido Social Cristão, do presidente eleito do Equador, León Febres Cordero, e o próprio Partido Republicano, do presidente norte-americano Ronald Reagan.

Nicarágua: misquitos têm novo organismo

□ O governo da Nicarágua está promovendo a criação de um organismo representativo dos indígenas *miskito*, *sumo* e *rama* para que estes tenham novamente uma organização própria. A Nicarágua solicitou que a Comissão de Direitos Humanos levasse adiante esse projeto dentro do âmbito do fortalecimento dos direitos humanos dos indígenas.

Cerca de 100 mil indígenas, em sua maioria misquitos, estabelecidos em uma extensão selvática de 30 mil hectares no norte da costa atlântica nicaraguense, ficaram sem sua organização em 1981. Um dos dirigentes dos misquitos, sumos e ramas (*Misurasata*), Steadman Fagot, promoveu o separatismo das minorias étnicas do setor atlântico do Pacífico e se incorporou à contra-revolução. Fagot e outros dirigentes da organização *Misurasata* manipularam os indígenas e mais de 5 mil fugiram para Honduras deixando abandonadas suas terras e casas. Este deslocamento de indígenas serviu de pretexto para os Estados Unidos promo-

verem uma campanha contra a Nicarágua, acusando o governo de perseguição aos indígenas e violação de seus direitos humanos.

Como resposta a essa campanha, o governo da Nicarágua convidou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) a visitar a zona de Zelaya Norte. A comissão apresentará no quadro da Organização dos Estados Americanos seu relatório sobre o caso dos misquitos, o qual foi utilizado pelos Estados Unidos como respaldo para seu pedido ao Congresso de 21 milhões de dólares para os contra-revolucionários, apesar da oposição de congressistas e de setores da opinião pública norte-americana.

"Os ex-guardas somozistas da FDN obrigam os indígenas a se incorporar às suas fileiras e os submetem a maus tratos", afirmou em abril último o matutino *Il Messaggero*, da Itália. E acrescenta que os contra-revolucionários "sequestram da Nicarágua grupos inteiros de indígenas levando-os para suas bases hondurenhas e quando se

recusam a combater são eliminados".

Em janeiro passado, o prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, denunciou a matança de 200 misquitos por soldados hondurenhas, quando estes fugiram de um acampamento de refugiados e tentavam alcançar o território nicaraguense. Esses fatos são parte de uma cadeia de agressões contra os indígenas que começaram em 1982 com o incremento da atividade contra-revolucionária.

O governo da Nicarágua declarou diante das acusações de violação dos direitos humanos dos misquitos que "qualquer um pode constatar nos assentamentos indígenas os esforços que se fazem para prosseguir com os programas de saúde, moradia, educação, iniciados em 1979 a partir da vitória da revolução".

Um dos pretextos de que se utilizaram a contra-revolução e a administração Reagan para desprestigiar a Nicarágua e acusar o governo de violar os direitos humanos dos indígenas foi a transferência de mais de 10 mil indígenas para os assentamentos de *Tasba Pry*. Indígenas que estavam expostos aos ataques da *Misurasata* e FDN nas margens do rio Coco, nas imediações do povoado de Leimus, foram estabelecidos nas comunidades de Sumubila, Shasa, Wasminona e Columbus, uns 40 quilômetros no interior da fronteira próximo de Siuna e Bonanza. Esta transferência foi manipulada pelos contra-revolucionários que provocaram um êxodo de indígenas para Honduras onde foram colocados em campos de refugiados em condições sub-humanas. Outros foram incorporados aos grupos contra-revolucionários por engano ou à força.

Apesar dos ataques contra-revolucionários e da comprovada participação de misquitos



nestas operações, o governo decretou anistia para 309 réus. O decreto favoreceu os capturados entre 1º de dezembro de 1981 e dezembro de 1983. Na política de perdão para os misquitos e na vigência de seus direitos humanos, também foi criada em 1983 a comissão de repatriação.

Atualmente, segundo declarações do bispo John Wilson,

há mais de 20 mil misquitos refugiados em Honduras que querem regressar à Nicarágua. Eles estão em 26 acampamentos controlados por somozistas que os impedem de sair, declarou Wilson, que é membro do Comitê de Repatriação criado em meados de dezembro de 1983 pelo governo com apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

Acnur), da Cruz Vermelha e do Comitê Evangélico Pró-Ajuda ao Desenvolvimento (Cepad) e outros organismos humanitários.

Só no primeiro trimestre deste ano foram sequestrados 247 misquitos e 28 assassinados em diversas incursões de contra-revolucionários a Zelaya Norte, informou o Ministério do Interior.

Michel Foucault (1927-1984)

Morreu em Paris, a 25 de junho passado, o filósofo Michel Foucault. Ou, como ele próprio se denominava, "um arte-são dos instrumentos da Filosofia". Publicou seu primeiro trabalho — "Doença Mental e Psicologia" — antes dos 30 anos, dando início à crítica à Medicina (mental e geral) e esboçando a discussão que sempre permeou sua obra: a relação entre o poder e o saber, uma rede que perpassa e produz cotidianamente o indivíduo. A Medicina, porém, não foi sua única preocupação. Estudioso atento e dedicado, Foucault dirigiu seus olhos também para a prisão, o direito, a sexualidade, a linguagem etc. Pesquisador inquieto, nunca se dá por terminado. Exemplo disso é a primeira linha do prefácio de "História da Loucura", onde escreve que deveria fazer um "novo prefácio para este livro já velho", explicando que isso não seria honesto "porque o livro não pertence a seu autor, que por sua vez não detém a verdade, não podendo portanto reproduzi-la". "História da Loucura" constitui-se numa arqueologia (que começa na era clássica), num desvendar do aparelho que até hoje é o grande encarceramento: o hospício. Em "Vigiar e Punir", a discussão não é apenas sobre a prisão, estende-se à disciplina, às mil

Camera Press



Foucault: o poder e o saber

formas de punição que substituíram o enclausuramento de outrora. Traduzidos no Brasil, encontramos, além dos já mencionados, os seguintes livros: "O Nascimento da Clínica", "Arqueologia do Saber", "Microfísica do Poder", "As Palavras e as Coisas", "As Verdades e as Formas Jurídicas" e o trabalho coletivo "Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão". Com sua morte, aos 57 anos — prematura para quem tinha tantos projetos —, Foucault nos deixa mais dois volumes de sua "História da Sexualidade": *L'Usage des Plaisirs* e *Le Souci de Soi* ("O Uso dos Prazeres" e "O Cuidado de Si"). A tarefa de mostrar o sexo no Ocidente transformado em ins-

trumento de poder iniciou-se com a "A Vontade de Saber", já publicado em português.

África do Sul: denúncia de abusos psiquiátricos

Os serviços psiquiátricos na África do Sul "são utilizados com frequência crescente para controlar e moderar as consequências adversas da tortura a presos políticos", afirmou um documento elaborado pelo Centro das Nações Unidas contra o *Apartheid*.

O relatório, publicado em junho passado, deu detalhes das respectivas experiências de seis presos políticos na África do Sul a quem o organismo definiu como "baixas psiquiátricas" do "intenso abuso tanto psicológico como físico" a que foram submetidos.

O documento, elaborado para o Centro por Rachel Jewkes, integrante do Movimento Anti-Apartheid (AAM), da Grã-Bretanha, foi apresentado por médicos britânicos durante uma reunião de associações psiquiátricas, que se realizou no mês passado em Helsínque (Finlândia), como parte de uma campanha internacional que advoga o isolamento do regime de minoria branca da África do Sul.

"A sociedade de psiquiatras sul-africanos deve ser expulsa da Associação Mundial de Psiquiatria (WPA)", destacou o relatório.

Conferência de Cúpula de Londres

Uma vitória política do candidato Reagan

As reuniões de cúpula que os chefes de governo das sete maiores potências ocidentais realizam todos os anos não se caracterizam por seus aspectos resolutivos, mas pelo vazio de suas proposições. Porém poucas vezes os acordos adotados foram tão ambíguos e tão pouco em consonância com realidades prementes e patéticas quanto no último encontro de Londres, entre 7 e 9 de junho passado.

O espetáculo oferecido consistiu em um contraste chocante entre as fórmulas vazias e evasivas contidas no comunicado final e as perigosas situações a que se referiam, entre as quais duas se destacaram: primeiro, o diálogo Leste-Oeste interrompido em meio a um clima de guerra fria e de uma corrida armamentista que significam sérias ameaças à paz mundial e, segundo, o agravamento do já insustentável endividamento de numerosos países do Terceiro Mundo, devido precisamente à política econômica dos Estados Unidos que elevou notavelmente as taxas de juros bancários.

Essas conferências dos chamados "Sete Grandes" foram convocadas para deliberar sobre os assuntos econômicos mundiais segundo os enfoques e interesses das principais nações capitalistas, mas recentemente se estenderam à esfera política. Contudo, os aspectos econômicos continuam sendo os prevalentes.

Como este era o primeiro encontro que acontecia depois do início da recuperação da crise recessiva mundial iniciada há quatro anos, era de se esperar que a harmonização de políticas para assegurar a recuperação fosse o objetivo das discussões.

Cabe assinalar que a recuperação é por enquanto

um processo limitado aos Estados Unidos, ao Japão e, em menor escala, à Alemanha Federal. A economia norte-americana, depois de haver experimentado a mais profunda recessão do pós-guerra e propagá-la ao resto do mundo, desde o ano passado está se recuperando e exibiu índices elevados de crescimento produtivo até o primeiro trimestre de 1984.

Mas, nas demais potências capitalistas, a recuperação é ainda bastante modesta, enquanto que os efeitos mais duros da recessão castigam ainda fortemente as frágeis economias do Terceiro Mundo.

Nesse contexto, generalizou-se o temor de que, a menos que se efetuem retificações na política econômica norte-americana, a recuperação estanque na metade do caminho e a economia mundial mergulhe novamente em uma crise recessiva.

Se nos limitarmos à visão do problema a partir do enfoque dos interlocutores do presidente Ronald Reagan em Londres, o processo que os inquietava pode ser sintetizado da seguinte maneira: os Estados Unidos suportam um enorme déficit fiscal cujas causas principais são os gastos bélicos, orçamentais e sociais. Este problema acentuou-se durante a administração Reagan que, de acordo com sua filosofia ultraliberal, limitou os gastos sociais mas incentivou notavelmente os bélicos devido ao impulso que deu à corrida armamentista. Para enfrentar o déficit fiscal o governo recorre ao endividamento, em um processo que eleva as taxas de juros bancários. As altas taxas de juros norte-americanos atraíram vultosos capitais especulativos para os Estados Unidos, o qual por

Editorial

sua vez encareceu o dólar em relação às demais moedas. Assim, os Estados Unidos — que tradicionalmente eram uma nação exportadora de capitais como dá testemunho disso a penetração efetuada por suas empresas em todo o mundo — converteu-se em um gigantesco importador de capitais e, pela primeira vez, o montante total desses últimos supera hoje o dos capitais norte-americanos investidos no exterior. Esta monumental transferência de dinheiro devida aos altos juros, não só financia o déficit fiscal como também presta financiamento a empresas da superpotência empenhadas em uma nova fase expansiva.

Porém, por sua vez, o encarecimento do dólar diminui a competitividade dos produtos norte-americanos. Em consequência, o dólar caro restringiu as exportações dos Estados Unidos e incrementou as importações, dando origem a um crescente e imenso déficit comercial. O mais que justificado temor dos interlocutores de Reagan, a quem se somam os numerosos críticos norte-americanos, consiste em que a montanha do déficit termine por esmagar o edifício de uma recuperação com alicerces tão frágeis e sobrevenha uma nova recessão, com efeitos penosos para todo o mundo.

Mas a política norte-americana acarreta também graves projeções atuais sobre as demais potências capitalistas. As altas taxas de juros norte-americanas obrigam-nas a elevar os seus. Por sua vez, isto implica, por exemplo, dinheiro muito caro para as indústrias e para a construção, que em consequência se vêem privadas ou muito limitadas para pedir créditos a fim de expandirem suas atividades. Por isso, os europeus lamentam, com razão, que as altas taxas de juros da superpotência os impedem de erguer-se da crise com vigor ou, dizendo de outra maneira, fazem com que se prolonguem em sua economia os efeitos da recessão.

Reiteramos que esta análise é meramente uma síntese resumida das críticas formuladas a Reagan

por seus aliados ocidentais. O chanceler alemão Helmut Kohl, às vésperas das conversações de Londres, insistia na necessidade dos Estados Unidos retificarem sua política e do presidente Reagan diminuir com firmeza o déficit federal. A opinião pública mundial esperava que as discussões na capital britânica fossem, pelo menos, animadas e que os seis interlocutores de Reagan lhe exigissem, em nome de seus próprios interesses, as retificações correspondentes. Mas isso teria sido talvez exigir muito, já que os Estados Unidos são a maior potência mundial e que seus sócios, embora teoricamente pudessem opor-lhe represálias econômicas, não têm poder para forçar Washington a uma mudança de rumo.

O realismo pode, pois, ter inspirado uma certa resignação, fazendo com que essas discordâncias de fundo só fossem abordadas de forma superficial nas discussões londrinas sendo apenas mencionadas no comunicado conjunto.

Mas, surpreendentemente, nem isto aconteceu. O ponto principal do documento manifestou o acordo genérico dos sete em políticas tendentes a reduzir a inflação e as taxas de juros, assim como a controlar, onde fosse necessário, os déficits orçamentários e a expansão monetária. Mas assim como não figurou nenhum compromisso de atacar o déficit fiscal norte-americano, nem sequer o déficit foi mencionado como causador das altas dos juros, nem transparece no texto uma só das críticas formuladas a Reagan pelos europeus antes do encontro.

Ante tanta brandura de governantes de países soberanos, cabe perguntar-se: Por quê?

Responde o ministro de Finanças da França, Jacques Delors: "Em alguns aspectos, como as relações com o Terceiro Mundo e as taxas de juros, o desacordo continua sendo total, mas não era este o momento para nos confrontarmos". Com respeito ao "momento", explicou o chanceler Kohl: "Devíamos mostrar compreensão pelas exigências eleitorais de Reagan, não podíamos subscrever um comunicado que fosse semelhante

a uma ata de acusação".

Essas são as razões. Os interesses da economia mundial foram submetidos às conveniências de um indivíduo, o atual presidente dos Estados Unidos, que aspira ser reeleito para o cargo em novembro próximo. A imagem desse candidato se beneficiará se ele se apresentar como o líder indiscutível do Ocidente e, para tal consagração, nada melhor do que ambíguas alusões sobre os aspectos controversos, enquanto que em outras passagens do comunicado apareciam elogios aos índices de recuperação da economia norte-americana.

Entre as desculpas para encobrir suas críticas, os interlocutores de Reagan alegaram que se as tivessem manifestado não teriam observado a neutralidade devida ante as eleições

norte-americanas. Contudo não houve neutralidade e sim, pelo contrário, uma submissão aos objetivos de Reagan, o que é claramente favorável às suas aspirações políticas. Para coroar a inconsequência do gesto dos europeus, esses deverão contar com a muito provável confirmação de Reagan na presidência e, como consequência, a manutenção de uma política que prejudica os seus próprios interesses.

Os males da programação econômica norte-americana, como bem o sabiam os participantes da conferência de cúpula de Londres, castigam particularmente as nações do Terceiro Mundo. Como resultado das antigas e recentes altas das taxas de juros, o endividamento do Terceiro Mundo alcançou níveis insuportáveis. Também neste caso se acumulou uma montanha que pode desmoronar e provocar uma crise de grandes proporções. Isso não só implicaria a declaração de moratória dos países mais endividados — alguns dos quais já interromperam o pagamento de suas dívidas — como também uma crise do sistema bancário norte-americano (que é o mais exposto ao risco com relação aos grandes devedores latino-americanos). Por conseguinte, eram necessárias medidas drásticas e urgentes. Nesse caso não só estavam em jogo a eliminação

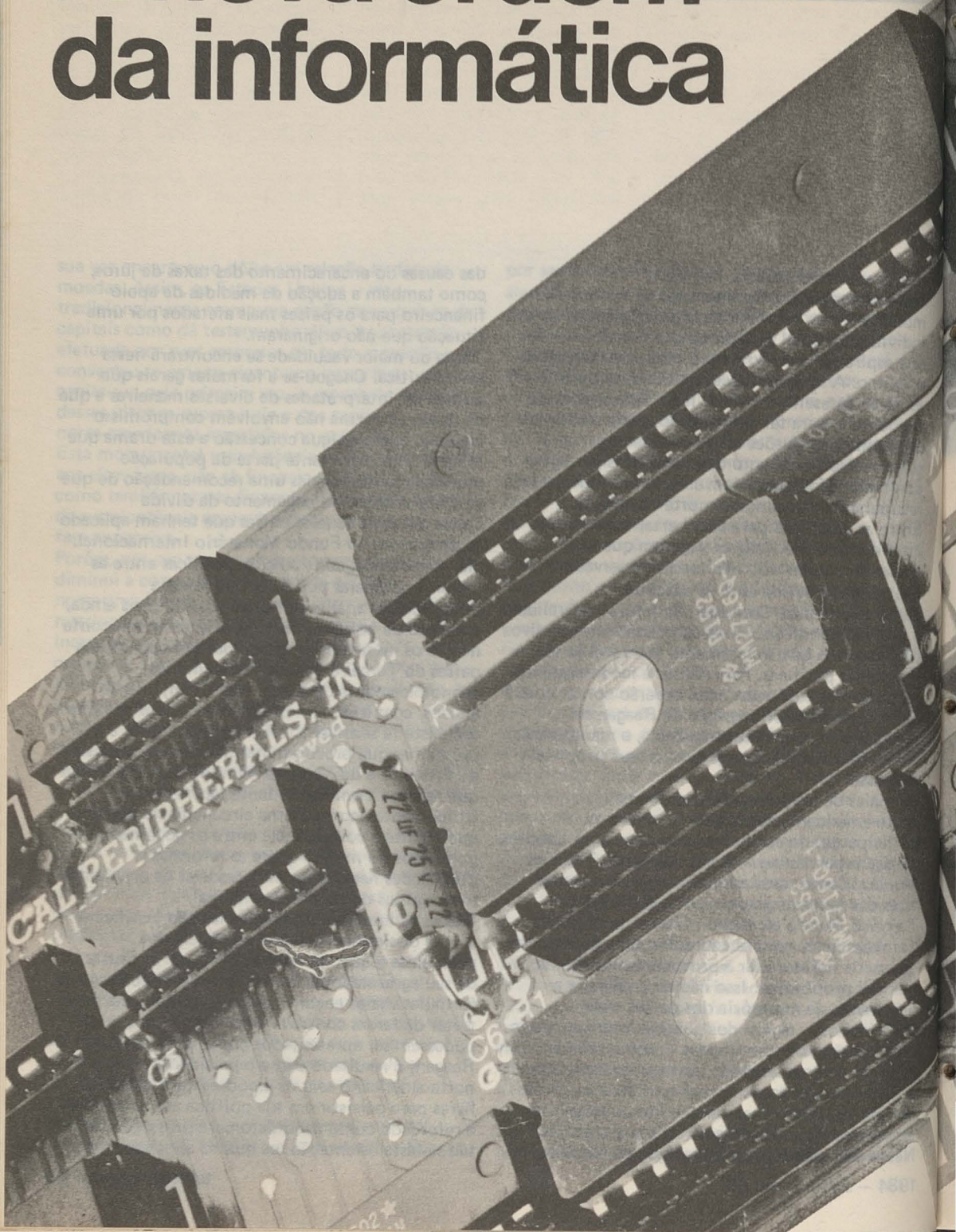
das causas do encarecimento das taxas de juros, como também a adoção de medidas de apoio financeiro para os países mais afetados por uma situação que não originaram.

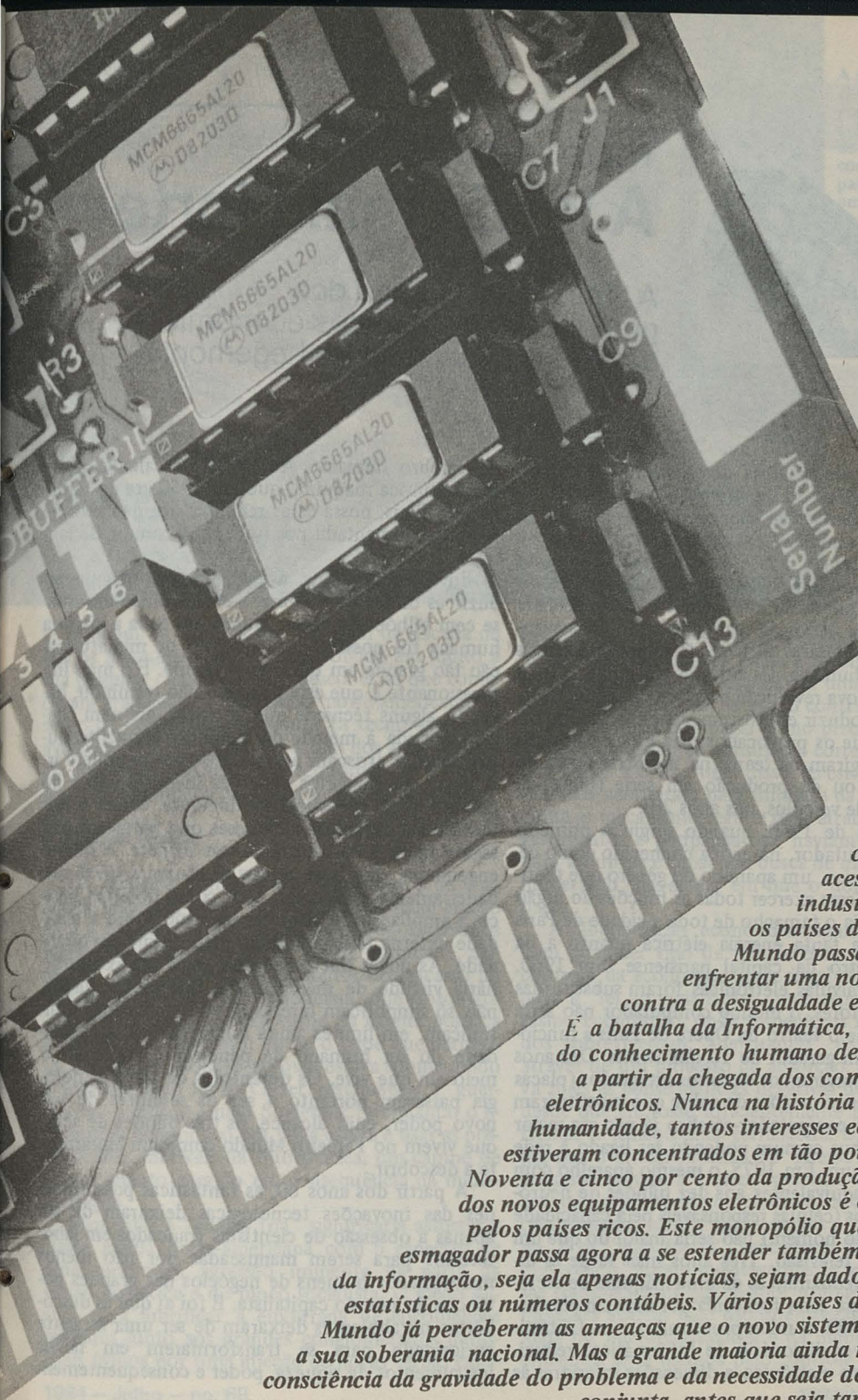
Tanta ou maior vacuidade se encontrará nesta esfera crítica. Chegou-se a fórmulas gerais que podem ser interpretadas de diversas maneiras e que de qualquer forma não envolvem compromisso algum e, como exígua concessão a este drama que aflige a uma importante parte da população mundial, consta apenas uma recomendação de que se dilate o prazo do pagamento da dívida comercial para aqueles países que tenham aplicado os programas do Fundo Monetário Internacional. Há, sem dúvida, contradições políticas entre as maiores potências políticas, que sempre dificultarão a análise dos problemas e, mais ainda, a adoção de políticas comuns que levem em conta não só os interesses próprios mas também os dos países do Terceiro Mundo, dependentes economicamente daqueles. Neste conjunto de aliados, coexistem um presidente francês de linha socialista (e sensível a reformas monetárias e a programas que procuram harmonizar os interesses do Primeiro e do Terceiro Mundo) com um Reagan que reprova terminantemente tais soluções.

Difícilmente ocorrerá uma circunstância política que facilite a coincidência entre os governos mais poderosos do mundo sobre as reformas e disposições necessárias para resolver os problemas mais agudos da economia mundial.

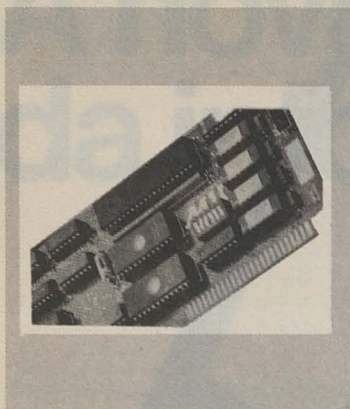
Mas estas inevitáveis divergências não justificam que se dissimule a própria existência dos problemas e que, de fato, se dê o aval às causas de seu agravamento. Em resumo e não obstante as fórmulas vazias encontradas pela diplomacia para tratar de temas controvertidos de modo que não pudessem ser apresentados como uma crítica a Reagan, o resultado é que o presidente norte-americano saiu de Londres com as mãos livres para persistir em sua política até novembro, e reforçado como candidato para prosseguir, com tão nefasta orientação, os quatro anos seguintes. ●

A nova ordem da informática





*Sem
terem
ainda
conseguido
acesso à plena
industrialização,
os países do Terceiro
Mundo passam agora a
enfrentar uma nova batalha
contra a desigualdade econômica.
É a batalha da Informática, um campo
do conhecimento humano desenvolvido
a partir da chegada dos computadores
eletrônicos. Nunca na história recente da
humanidade, tantos interesses econômicos
estiveram concentrados em tão poucas mãos.
Noventa e cinco por cento da produção mundial
dos novos equipamentos eletrônicos é controlada
pelos países ricos. Este monopólio quase sempre
esmagador passa agora a se estender também ao campo
da informação, seja ela apenas notícias, sejam dados pessoais,
estatísticas ou números contábeis. Vários países do Terceiro
Mundo já perceberam as ameaças que o novo sistema traz para
a sua soberania nacional. Mas a grande maioria ainda não tomou
consciência da gravidade do problema e da necessidade de uma ação
conjunta, antes que seja tarde demais.*



Transnacionais

A lei do mais forte

A "trilionária" corrida dos grandes conglomerados econômicos em busca de uma super-hegemonia

Carlos Castilho

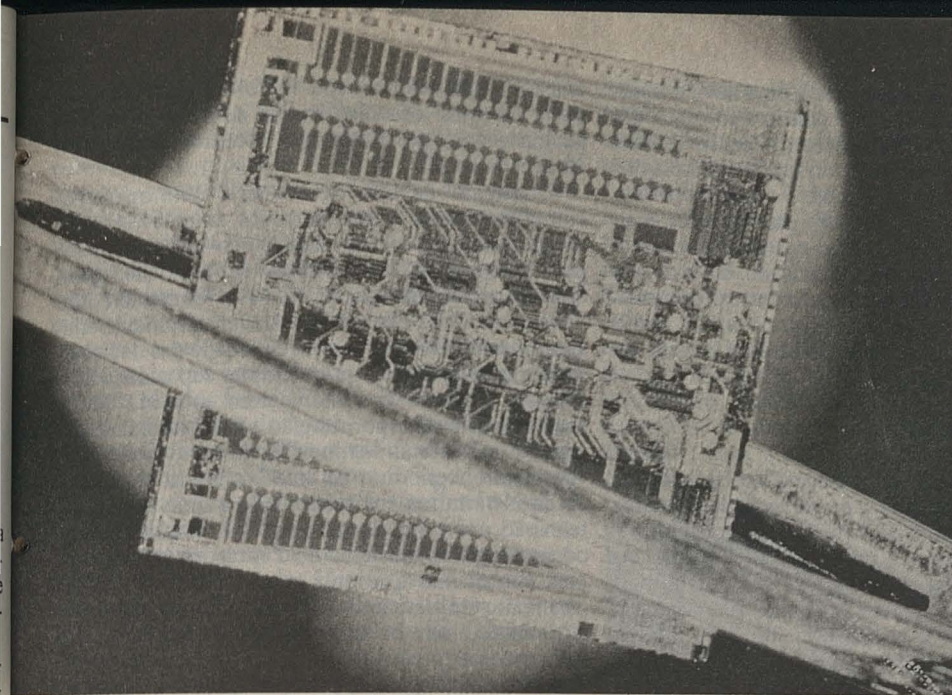
A partir do final da década de 60, o mundo começou a ser inundado por máquinas fantásticas capazes de fazer maravilhas antes nunca sonhadas, em espaços microscópicos e a uma velocidade quase inimaginável. Da noite para o dia, tarefas exaustivas tornaram-se coisa corriqueira, os limites da inteligência e da capacidade de interpretar dados da realidade quotidiana avançaram até fronteiras difíceis de serem concebidas pela mente humana. Os futurólogos começaram a falar numa nova revolução batizada de tecnológica, capaz de produzir efeitos muitíssimo mais importantes do que os provocados pela industrialização (quando surgiram os teares na indústria têxtil no século 18) ou da produção em série (linhas de montagem de veículos, nos anos 20).

Por volta de 1950, quando surgiu o primeiro grande computador, na época conhecido como *cérebro eletrônico*, um aparelho do gênero que teoricamente pudesse exercer todas as funções do órgão humano, teria o tamanho de toda a cidade de Paris e consumiria tanta energia elétrica quanto a da rede de metrô da capital parisiense. Em 1960, quando as válvulas eletrônicas foram substituídas pelos transistores, o mesmo computador não seria maior do que o teatro da Ópera de Paris e funcionaria com um gerador de 10 quilowatts. Dez anos mais tarde, surgiram os circuitos integrados (placas metálicas com conexões de cobre que substituíram os fios). E o computador-cérebro já não era maior que um ônibus comum podendo ser ligado à rede elétrica comum. Em 1975, o mesmo aparelho com as funções equivalentes aos dez bilhões de neurônios humanos (células responsáveis pela capacidade intelectual do homem) não seria maior do que um aparelho de televisão. Três anos mais tarde as dimensões se reduziram às de uma máquina de escrever e a energia seria fornecida por uma simples bateria. Em 1980, o microprocessador e os fantásticos *chips* (ver dicionário de Informática) reduziram o cérebro eletrônico a dimensões inferiores às

do cérebro humano. Até 1990, se calcula que a mastodôntica máquina, que em 1950 era do tamanho de Paris, possa estar reduzida a uma caixa de fósforos, alimentada por uma pilha comum de lanterna.

Em quarenta anos, a engenharia conseguiu reduzir as dimensões do cérebro eletrônico em quase cem bilhões de vezes. Nunca em toda a história humana foi possível um processo de miniaturização tão grande em tão pouco tempo. E o mais impressionante é que este processo não terminou, havendo alguns técnicos que afirmam que nem chegamos ainda à metade do caminho, enquanto outros nem se arriscam a dizer até onde se poderá ir. A busca de engenhos cada vez menores não é no entanto uma preocupação diletante como a dos fantásticos desenhistas chineses que pintavam paisagens inteiras na cabeça de um alfinete. A micro-engenharia, que hoje alguns já situam a nível verdadeiramente molecular, tem como objetivo básico a ampliação do controle humano sobre a realidade externa tanto em quantidade como em qualidade. As novas micromáquinas, pela sua extraordinária virtude de memorizar e interpretar dados, não só simplificam tarefas quotidianas como multiplicam, em limites ainda inimagináveis, a capacidade do ser humano de penetrar e controlar o meio em que vive. Os detentores da nova tecnologia passaram portanto a ser os senhores de um novo poder, cujo alcance, os três bilhões de seres que vivem no Terceiro Mundo começam lentamente a descobrir.

A partir dos anos 60, as fantásticas possibilidades das inovações tecnológicas deixaram de ser apenas a obsessão de cientistas trancados em laboratórios para serem manuseadas por não menos maravilhados homens de negócios nas grandes potências do mundo capitalista. E foi aí que as descobertas mirabolantes deixaram de ser uma atraente curiosidade para se transformarem em novos instrumentos de riqueza, poder e consequentemente



A miniaturização chegou a tal ponto que a unidade básica de um computador passa no furo de uma agulha

te também de dominação. No final da década de 60, os japoneses haviam desenvolvido em muito a sua pesquisa científica, com descobertas que começavam a ameaçar a hegemonia norte-americana no setor da tecnologia de ponta (a tecnologia mais avançada e sofisticada). No início dos anos 70, surgia ameaçador no horizonte econômico de Washington, a possibilidade de perder a corrida científica.

O tripé de Reagan

Os cérebros humanos do Pentágono e de Wall Street trataram então de buscar uma recuperação ante a concorrência ameaçadora dos ex-adversários nipônicos derrotados na 2ª guerra mundial e, acima de tudo, neutralizar os efeitos do fracasso do Vietnã. A reação norte-americana, que sintomaticamente se aglutinou em torno da direita política e econômica, descobriu então o tripé que permitiria a saída do atoleiro no qual estava submergindo a administração James Carter: restabelecer a “guerra fria” contra a União Soviética; reimplantar o liberalismo econômico em larga escala e usar as possibilidades incríveis da Informática, um campo de conhecimento surgido em consequência da miniaturização.

Esquentar a “guerra fria” significaria assustar a classe média norte-americana com o espectro de uma hipotética agressão iminente da parte da União Soviética e do bloco socialista. O medo serviria para lubrificar a enxurrada de encomendas militares junto aos grandes conglomerados industriais ávidos por uma injeção de novas verbas capa-

zes de reativar a pesquisa e o desenvolvimento de armas mais sofisticadas, onde a revolucionária tecnologia do microprocessador era uma peça fundamental. Em nome da defesa, o contribuinte norte-americano teria que pagar como preço um processo de compressão do consumo e corte generalizado nos gastos sociais. Além disso, os estrategistas econômicos apontaram para uma alta da taxa de juros como o mecanismo seguro para atrair de volta investimentos e poupança que haviam se deslocado para a Europa e Japão em busca de uma melhor remuneração, na época em que o dólar estava em baixa.

A liberalização econômica significaria acabar com qualquer tipo de interferência do Estado no controle da economia. Seria restabelecer ao pé da letra a “lei do mais forte”, uma espécie de darwinismo econômico, onde somente os mais preparados sobreviveriam, “devorando” os mais fracos através de um processo de absorção. Não importava mais as consequências negativas do gigantismo, desde que ele fosse suficientemente forte para enfrentar a concorrência estrangeira. Da mesma forma que o armamentismo e a “guerra fria” estavam voltados contra a União Soviética, o liberalismo era uma arma apontada contra o Japão e a Europa (em primeiro lugar, vindo depois o Terceiro Mundo. E os “mais fortes”, vencedores da luta pela sobrevivência, seriam inevitavelmente aquelas empresas transnacionais que melhor utilizassem as possibilidades abertas pelo uso intensivo da nova tecnologia do microprocessador e da miniaturização. A eficiência seria medida pelo controle do maior nú-

mero possível de "informações", uma nova e transcendental matéria-prima que passou a revolucionar o funcionamento de Wall Street. A posse de bens tornou-se menos importante do que o controle dos dados econômicos ou políticos. O verbo *controlar*, um corolário do verbo *saber*, passou a ser mais conjugado do que o transitivo *possuir*, no vocabulário do *big business* norte-americano. E foi aí que surgiu a expressão Informática: a busca, processamento e uso da informação, num sentido muito mais amplo do que a "novidade" dos jornais, ou do "segredo" dos espões.

Os "chips" na guerra fria

Em janeiro de 1981, o ex-galã de Hollywood, Ronald Reagan, assumiu a presidência dos Estados Unidos como símbolo do tripé formado pelo armamentismo, liberalismo e informática. Construir armas em quantidade cada vez maior e com a mais alta sofisticação tecnológica foi apenas o ponto de partida. Os foguetes intercontinentais, os mísseis inteligentes, a ampliação do confronto Leste-Oeste para a órbita espacial, os satélites espões, as ogivas múltiplas, as bombas de nêutrons, os canhões *laser*, a rede de submarinos nucleares e os superbombardieiros estratégicos são armas cuja concepção, cons-

trução e operacionalidade só foram possíveis graças a cálculos sofisticadíssimos muito além da capacidade dos "pré-históricos" cérebros eletrônicos da década de 50.

O disparo de um foguete seria uma operação complicadíssima e praticamente impossível pois mobilizaria pelo menos umas cinco mil pessoas só para cálculos de combustível, órbitas, checagem dos aparelhos, navegação etc. etc. Comandar um "exército" deste apenas para lançar um míssil seria algo impraticável porque a velocidade das decisões seria muito maior do que a simples capacidade dos diversos técnicos se comunicarem entre si. "Seria uma comédia do tipo pastelão tal a quantidade de erros e mal-entendidos inevitáveis e o foguete provavelmente explodiria no solo", admitiu um técnico da Nasa numa entrevista dada a uma cadeia de televisão norte-americana em 1979. E quase todos os estrategistas militares do Pentágono são unânimes em afirmar que uma guerra moderna é simplesmente impraticável sem um altíssimo grau de automação, sem os microcomputadores e sem a Informática.

Entre 1982 e 1984, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos gastou cem bilhões de dólares para compra de equipamento eletrônico como parte do seu programa C-3 (Comunicações, Controle

IBM e seu "exército" de vendedores

☐ No jargão dos operadores da bolsa de valores de Nova Iorque, a *International Business Machine Corp. (IBM)* é mais conhecida como a "Branca de Neve" e as outras grandes companhias de eletrônica dos EUA como "os sete anões". A inocência do apelido pouco tem no entanto a ver com os métodos da empresa norte-americana que mais cresceu desde a década de 60. Entre seus 320 mil empregados espalhados por mais de 100 países, existe uma mística feroz pela concorrência. E seus diretores desenvolveram, ao longo dos 73 anos de existência da companhia, a mentalidade de verdadeiros chefes de um exército em permanente batalha: a batalha do lucro e da hegemonia.

A glorificação dos dirigentes vem desde a década de 30 quando o sucessor de Charles Flint, o fundador da *IBM*, compôs um hino de guerra que era cantado todos os dias por seus subordinados. A canção de gosto artístico duvidoso se chamava "Sempre para Frente" e era acompanhada depois de um pequeno versinho que dizia:

"Nossas vozes se enchem de orgulho,
com a canção de T. J. Watson.
Ele será sempre nossa inspiração,
nossas vozes se erguem para ele."

O slogan adotado pelos primeiros dirigentes da empresa era uma ordem imperativa — PENSE! E foi com ele que a *IBM* se espalhou pelo mundo com 23 fábricas em 13 países. Só nos Estados Unidos, além da gigantesca sede na rua Old Orchard, na cidade de Armonk, em New Jersey, ela tem uma área construída de 10 milhões de metros quadrados com 25 fábricas em vários estados norte-americanos. No ano passado, o faturamento da empresa alcançou 40 bilhões de dólares, período em que ela registrou também um lucro líquido de mais de três bilhões de dólares, um dos mais elevados entre todas as empresas do bloco capitalista.

Argentina, Brasil, Canadá, Colômbia, França, Índia, Itália, Japão, México, Holanda, Suécia, Reino Unido e Alemanha Ocidental são os países em que a *IBM* está solidamente implantada com gigantescos complexos de montagem de equipamentos eletrônicos. A soma de toda a produção da empresa, que os norte-americanos também chamam de "*Big Blue*", é responsável pelo controle de quase metade do mercado mundial de Informática, Microeletrônica. No setor dos grandes

e Comando). Além disso, e só para exemplificar, o Pentágono fornece 800 milhões de dólares a cada dois anos para quase 12 grandes empresas desenvolverem o programa V. H. S. I. C. (*Very High Speed Integrated Circuit* – Circuito Integrado de Alta Velocidade). Este programa é uma das maravilhas da moderna técnica da microeletrônica porque permitirá que as informações circulem dentro do computador perto da fantástica velocidade da luz, ou seja pouco menos de 300 mil quilômetros por segundo, a velocidade que a ciência humana considera até agora como limite, ou seja, nada poderia ser mais rápido. Em 1970, a velocidade de cálculo de um computador da época era avaliada em milionésimos de segundo. Dez anos mais tarde, em bilionésimos de segundos e, agora, a fração se tornou tão pequena que não tem mais significado real. É um dado apenas teórico.

As enormes somas destinadas pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos para o desenvolvimento de armas cada vez mais mortíferas alcançaram cifras superiores a um trilhão de dólares nos últimos dez anos. Foi este dinheiro que as empresas usaram como ponto de partida para um processo de concentração inédito na história humana. Só quantias bilionárias poderiam financiar num curto espaço de tempo a pesquisa e desenvolvimento de

computadores, a IBM tem um controle de 72% do mercado.

A construção deste império se tornou mais acelerada depois da ascensão do presidente Reagan ao poder, quando a IBM revisou a sua estratégia e resolveu investir também no setor dos minicomputadores e nos microprocessadores pessoais. Até então, ela havia se concentrado apenas na procura do monopólio quase absoluto dos grandes computadores. Ela foi também a que melhor usou o liberalismo econômico na nova administração republicana, partindo para cima de seus rivais japoneses usando um vasto arsenal legal. Ela passou incólume por todas as batalhas judiciais em que esteve envolvida sob a acusação de práticas monopolistas.

Além disso, a empresa lançou-se numa campanha agressiva de vendas, notadamente no exterior, onde cerca de 70% do seu pessoal se dedica a convencer clientes da necessidade de aderir ao "clã IBM". O exército de vendedores, calculado pela revista *Time* em cerca de 40 mil pessoas (92% deles são homens) ainda é obrigado a usar ternos escuros embora a obrigatoriedade da camisa branca tenha sido abandonada. Podem beber álcool no almoço, mas se fizerem isto não poderão fazer contatos comerciais à tarde. Sua vida diária é regulada por um código de ética de 32

inovações tecnológicas revolucionárias, capazes de tornar o capitalismo norte-americano altamente competitivo em qualidade e preços dos bens ou serviços oferecidos.

"Os Estados Unidos estão envolvidos atualmente em duas guerras diferentes: uma contra a URSS no campo militar; e outra contra o Japão no terreno industrial. A URSS pôs o desenvolvimento industrial num segundo plano para beneficiar o setor militar. O Japão fez o contrário. Se os EUA querem ganhar ambas batalhas, devem conquistar a liderança mundial no setor crítico da tecnologia da informação (Informática e Comunicação) para conquistar a supremacia tanto militar como industrial". Esta é a frase chave do livro *The Amazing Race* ("A corrida fantástica"), escrito por Wil-



Bill Ballenberg

A IBM têm 23 fábricas em 13 países do mundo

páginas, e todos os empregados são constantemente persuadidos a nem pensar em trocar de emprego. Para isso, a empresa concede a seus funcionários inúmeras vantagens salariais e assistenciais.

O culto da mística corporativa é talvez a mais longa tradição da companhia, que se orgulha de não pagar subornos e nem adotar métodos duvidosos para conseguir vantagens. "Nós simplesmente usamos o peso de nosso poderio e de nossa influência", afirma John Opel, o *big boss* da IBM e presidente do Conselho Diretor de três membros. Ele ganhou em salários, só no ano passado, 1,5 milhão de dólares, e tem como um de seus ídolos, o controverso T. J. Watson, que, enquanto era o diretor geral da IBM em 1937, recebeu das mãos de Adolf Hitler a medalha da Ordem do Mérito da Águia Germânica, por "relevantes serviços prestados ao 3º Reich".

liam Davidson, e que é hoje uma espécie de bíblia do *establishment* norte-americano.

A corrida fantástica

Recheados de verbas militares, os gigantes da indústria norte-americana lançaram-se com armas e bagagens nesta "corrida fantástica" na conquista do *eldorado* da Informática, um mercado que segundo o jornal francês *Le Monde* está avaliado em mais de 150 bilhões de dólares e deve crescer a uma taxa anual de no mínimo 20% ao ano. Se esta previsão for confirmada, por volta do ano 2000 cerca de 40% dos lucros de toda a indústria norte-americana serão devidos apenas à Informática. Para o *big business* norte-americano, trata-se de prognósticos extremamente atraentes que chegaram a ser saudados por alguns mais apressados como a "hegemonia definitiva do capitalismo".

Amparados pelo liberalismo econômico implantado pelo administração Reagan, os grandes da indústria norte-americana lançaram-se a um gigantesco processo de absorção de firmas menores na tentativa de controlar todos os segmentos da Informática. Vários dos grandes conglomerados se fundiram na tentativa de se tornarem supergrandes, seguindo ao pé da letra os princípios do "darwinismo econômico" oficializado na Casa Branca. Assim, firmas das mais diferentes atividades, como a IBM (informática), *New York Times* (jornalismo), *American Express* (viagens), *General Telephone & Electronics* (telefone), *ATT* (telefones e comunicação) *Warner Communications* (TV, discos e divertimentos), *Thyssen* (siderurgia), *ADP* (banco de dados) e outras, convergiram em massa para o novo *eldorado*.

O terreno ficou livre para a grande batalha quando o governo norte-americano eliminou em 82 o virtual monopólio da *ATT* sobre as comunicações via cabo telefônico nos Estados Unidos, favorecendo principalmente a gigantesca IBM, a firma que mais cresceu no mundo desde 1980. Em 1981, a "*Big Blue*" (nome popular da IBM nos EUA) uniu-se às firmas *Cosat* e *Aetna Life Insurance* para lançar o satélite SBS para comunicações intercontinentais ou de longa distância, invadindo um mercado até então cativo da *ATT*, *RCA* e *Western*. O grupo *Thyssen* comprou a *Predicasts* e a *BRS*, ambas ligadas ao processamento de dados e fabricação de equipamentos eletrônicos. O grupo editorial *Readers Digest* assumiu o controle da empresa *Source*, um dos maiores bancos de dados dos EUA. A *Burroughs*, fabricante de equipamentos de escritório e computadores, absorveu a *System Development Corporation*. Os grupos *Dun & Bradstreet* (informações econômicas) e *TRW* (fabricantes de equipamentos eletrônicos para a força aérea dos EUA) lançaram-se numa corrida pelo controle

do setor de dados para o crediário. A *American Express* se associou ao grupo *Warner*, da mesma forma que a empresa *Knight Ridder* se juntou à *ATT* e o grupo editorial *McGraw Hill* absorveu a firma de informática *DRI*.

De todas as firmas, a que mais cresceu e que melhor usou a "lei do mais forte" foi a IBM, que em 81 era a 11ª maior empresa do mundo e, em 82, já era a 8ª, havendo a convicção entre especialistas como os editores da revista *Fortune*, de que a partir de 1990, a "*Big Blue*" derrubará a hegemonia mundial mantida há 20 anos pela *General Motors*, como a maior entre as maiores do mundo capitalista.¹ Neste processo centrífugo, as grandes firmas chegaram a pagar até 50 vezes mais pelo controle de firmas pequenas. A IBM por exemplo chegou a gastar três milhões de dólares por uma empresa de fabricação de terminais de vídeo cujo faturamento anual não passava de 60 mil dólares. A corrida pela conquista de fatias cada vez mais generosas do bolo da Informática fez com que a revista *Business Week* prognosticasse em janeiro de 84 que até o final da década de 80 não mais do que oito conglomerados gigantes controlarão todo o mercado de coleta, processamento e distribuição de informações nos Estados Unidos.

O processo de desmantelamento da *ATT* e o "*laissez-faire*" econômico norte-americano rapidamente saltaram sobre as fronteiras continentais, expandindo-se rumo à Europa e Japão com as grandes dos EUA mostrando um apetite voraz. A *ATT* associou-se à *Philips* e assumiu o controle de 25% das ações da *Olivetti* italiana, exemplo este seguido por dezenas de outras grandes firmas norte-americanas.

Paralelamente, a política de liberalização e fim de monopólios encontrou seguidores na Inglaterra, onde surgiu a empresa *Mercury* para concorrer com a estatal *British Telecom*; no Japão, onde a associação de grandes empresários *Keidanren* abriu a batalha contra a empresa oficial *Nippon Telephone and Telegraph*. Fenômeno idêntico ocorre na França, Bélgica e Alemanha Ocidental onde as empresas estatais passaram a sofrer pressões fortíssimas de grupos privados em geral, ligados a transnacionais, organizados na forma de "sociedades de usuários". Estas sociedades transformaram-se em verdadeiros lobbies (grupos de pressão) contrários a empresas estabelecidas e detentoras de privilégios oficiais.

Os grupos de usuários já existem na Alemanha (*Deutsche Telecom*), Bélgica (*Belgian Telecommunication Managers Association*), Austrália (*Atug*), França (*Afutt*). Onze destas associações se orga-

¹ Em 1982, a IBM já era a empresa capitalista que registrou os lucros mais elevados em todo o mundo: 5,5 bilhões de dólares.

nizaram a nível mundial na *Intug*, que agrupa um total de dez mil grandes empresas ligadas ao ramo da Informática e Comunicações em todo o mundo. Trinta transnacionais norte-americanas têm interesses hegemônicos na *Intug*, onde a *IBM* está representada em cada uma das 11 associações nacionais que compõem o organismo. No caso específico do Japão — paradoxalmente o maior concorrente da indústria norte-americana — nada menos de que 30% dos membros da associação nacional de usuários são assalariados da *IBM*.

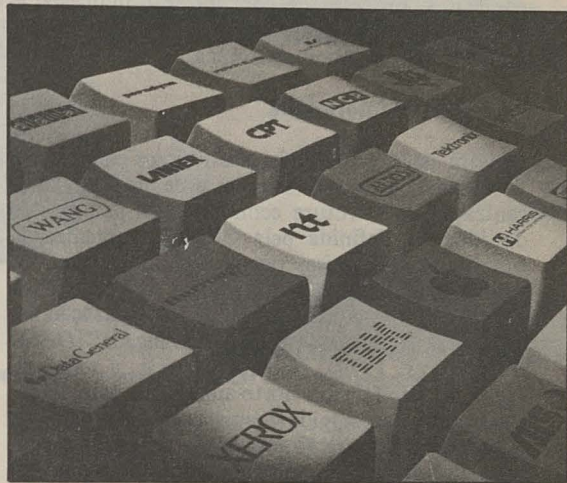
A batalha dos preços

O assalto em massa contra as empresas estatais de telecomunicação tem como principal cavalo de batalha a promessa de preços baixos feitas pelos grupos privados. Hoje, uma chamada telefônica entre Londres e Nova Iorque custa cem vezes menos do que em 1930. Em 1965, o aluguel de um circuito telefônico custava por hora 20 mil dólares no mesmo trajeto. Em 80, o custo baixou para 800 dólares e, em 85, o preço não será superior a 300 dólares. Há 15 anos, a montagem de uma estação terrestre para captar sinais de um satélite de comunicações custava dez milhões de dólares. Hoje, a mesma unidade entra em funcionamento por menos de 300 mil dólares. E já existem modelos populares por menos de cinco mil dólares. A queda vertiginosa dos preços foi possível graças à ampliação da capacidade dos satélites. Em 1965, eles podiam operar 240 circuitos telefônicos simultaneamente. Em 80, a capacidade subiu para 10 mil circuitos e, em 85, prevê-se que uma nova geração de satélites poderá operar quase cem mil ligações telefônicas transoceânicas ao mesmo tempo.

Esta queda vertiginosa de preços, provocada pela sucessão de aparelhos eletrônicos cada vez mais eficientes, ameaça derrubar as barreiras levantadas no mundo desenvolvido pelos interesses locais, em geral reunidos em torno da defesa da segurança nacional. Em quase todos os países da Europa e também no Japão, o setor das comunicações tanto domésticas como internacionais sempre esteve sob o controle estatal, não só pelos altos custos de operação como principalmente porque o sistema estava associado diretamente a questões de segurança nacional.

A partir de 1970, a revolução do *chip* acabou com o argumento do preço ao mesmo tempo em que a segurança nacional deixou de se concentrar no fluxo das comunicações mas na fabricação de equipamentos. E os europeus descobriram que estavam indefesos também neste setor já que não tiveram as mesmas verbas militares e o mesmo complexo industrial-militar dos Estados Unidos para criarem a sua própria tecnologia. Havia é claro casos isolados como na Alemanha Ocidental, mas

eles foram incapazes de resistir à avalanche de inovações introduzidas tanto pelos norte-americanos como pelos japoneses. A indústria européia, encurralada diante do dilema entre manter uma custosa independência e o lucro fácil, acabou preferindo a última alternativa, associando-se ou simplesmente sendo engolida pelos interesses privados norte-americanos. Ainda sobrevivem algumas empresas européias independentes, mas elas operam principalmente no setor intermediário, já que entre os grandes computadores e na tecnologia mais avançada, os japoneses e norte-americanos controlam 85% do mercado e 98% da soma mundial de investimentos na Informática.



No processo de concentração através de fusões e absorções de empresas, os grandes conglomerados bancários norte-americanos tiveram um papel fundamental ao funcionarem como financiadores destas operações. Embora não existam dados precisos, o jornal *Le Monde Diplomatique* afirmou numa reportagem sobre a questão da dívida externa dos países em desenvolvimento, que dentro dos Estados Unidos, as empresas e indivíduos acumularam débitos globais que hoje somam quase três trilhões de dólares, ou seja, mais de três vezes o que devem todos os governos do Terceiro Mundo juntos.

Para compensar esta soma maciça de dinheiro emprestado dentro dos EUA, os grandes bancos começaram desde 1975 a diversificar as suas operações no exterior, principalmente entre os países subdesenvolvidos onde os ganhos se mostraram maiores. Assim, segundo a revista inglesa *Economist* (janeiro de 78), em 1970 os sete maiores bancos norte-americanos realizaram 78% dos seus lucros de operações domésticas e apenas 22% no exterior. Seis anos mais tarde, os mesmos sete bancos (*Bank of America, Citicorp, Chase, Manufacturers, Mor-*

gan, *Chemical e Bankers Trust*) tiveram 42,4% dos seus lucros em operações domésticas e 57,6% no exterior. E a maior parte destes lucros externos foi obtida entre países do Terceiro Mundo que pagam juros de até 20% sobre o dinheiro recebido.

Com estes ganhos é que os grandes bancos norte-americanos conseguiram manter a sua liquidez, já que, apesar da enorme soma emprestada dentro dos EUA, os devedores norte-americanos pagam juros muito abaixo da taxa internacional. Este mecanismo de buscar lucros no exterior para financiar os empréstimos internos levou o especialista econômico da revista inglesa *South* a afirmar que, na verdade, os países subdesenvolvidos endividados financiam o processo de concentração industrial e, por tabela, toda a pesquisa sobre novas tecnologias na Informática e Microeletrônica.

"A revolução informática"

Com estes recursos, foi possível aos empresários norte-americanos promoverem uma profunda reorganização da estrutura econômica do país dentro da filosofia definida pela OCDE (a organização econômica dos países ricos), segundo a qual, "o complexo de indústrias eletrônicas será nos próximos 25 anos o pólo principal de reorganização das estruturas da sociedade industrial avançada" (*OECD Interfutures*, 1979). Noutras palavras, a reorganização do capitalismo norte-americano para sobreviver à recessão surgida depois da crise do petróleo se baseia na automação provocada pela nova tecnologia eletrônica e no controle mais amplo possível sobre todo o tipo de informação disponível no planeta.

Segundo um relatório elaborado por Mark Porat e Edwin Parker da Universidade de Stanford (EUA) em 1977, até o início dos anos 80, aproximadamente 66% do PNB (Produto Nacional Bruto) norte-americano tinha origem no setor de serviços, onde a Informática joga um papel fundamental. No mesmo período, a indústria dos EUA baixou a sua participação no PNB para 32%, enquanto a agricultura foi responsável por apenas 2%. E em maio de 1981, a manipulação e processamento de informações já era o principal produto de exportação do estado de Nova Iorque. O mesmo relatório Porat-Parker também revelou que 65% dos assalariados norte-americanos já exercem funções direta ou indiretamente dependentes da Informática.

Em 1978, os Estados Unidos possuíam 54% de todos os bancos de dados existentes no mundo e neles armazenavam 89% da informação computadorizada de caráter comercial e financeiro. Tudo isto foi possível graças à informatização das relações entre as 60 mil filiais de empresas norte-americanas espalhadas por cem países e suas respectivas matrizes. Só a *IBM* tem, por exemplo, 27 centros

de pesquisa apenas na Europa Ocidental, onde trabalham cerca de sete mil especialistas cujos estudos e trabalhos são transmitidos para os computadores centrais nos Estados Unidos a uma velocidade de 600 milhões de sinais eletrônicos por segundo. E no Canadá, o governo estimou em 300 milhões de dólares as perdas anuais resultantes do fluxo de informações via computador para os Estados Unidos. Este fluxo foi responsável ainda pelo desemprego de 40 mil especialistas canadenses.

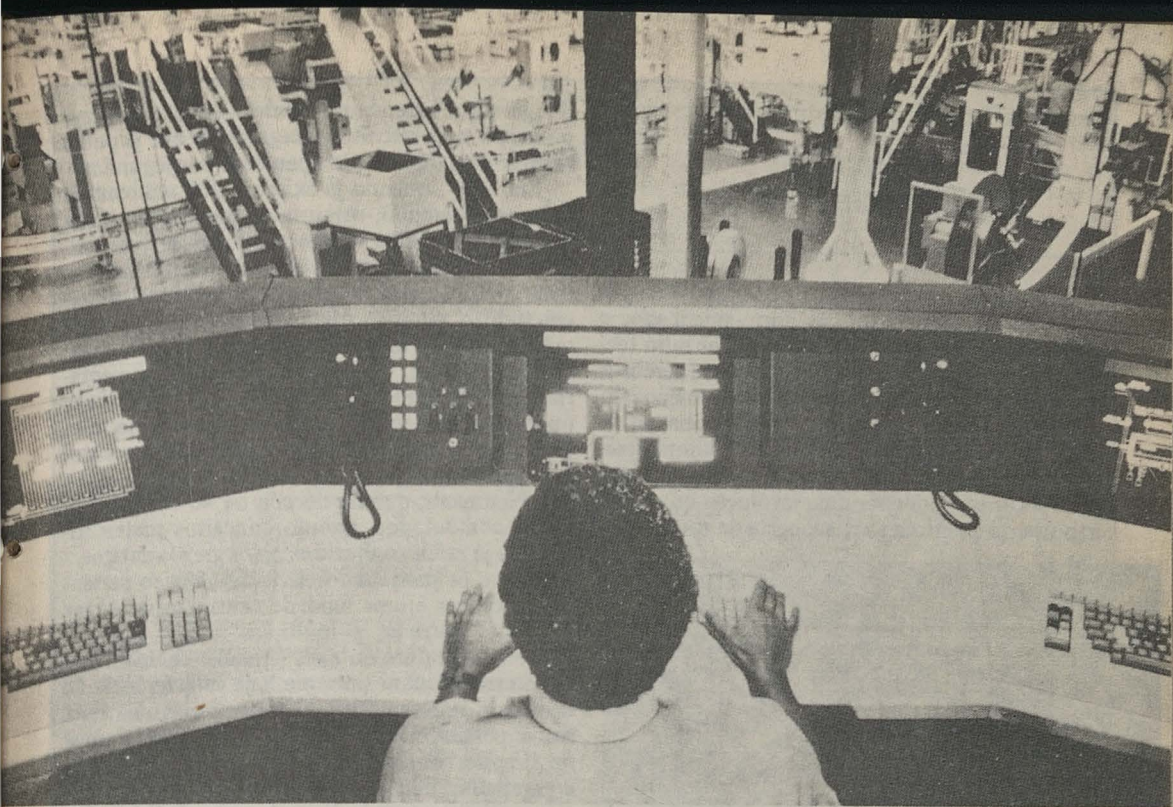
O estudioso holandês Cees Hamelink revelou num trabalho publicado em 1980 que 60 enormes empresas norte-americanas controlam quase 70% do comércio mundial de informações, cujo valor é avaliado em 200 bilhões de dólares. Hoje, a grande maioria dos países europeus depende basicamente de dados armazenados em memórias de computadores norte-americanos para organizar a sua vida econômica. Esta dependência chega a ser quase total em vários países subdesenvolvidos, notadamente os africanos, alguns dos quais têm que se basear em dados fornecidos por bancos de Nova Iorque para saberem quanto estão devendo a credores internacionais.

O "roubo de informações" é hoje uma prática quase que universalmente adotada, salvo em quatro países (Noruega, Suécia, Japão e Brasil) do chamado bloco ocidental. Por serem extremamente sofisticados e velozes, os mecanismos de transmissão de informações estão hoje praticamente imunes à censura e ao controle estatal. O controle dos dados meteorológicos permite aos operadores das bolsas de cereais de Chicago, por exemplo, alterar preços e cotações muito antes dos próprios países exportadores de alimentos terem conhecimento de alterações climáticas capazes de afetar as safras. O mesmo acontece no terreno das riquezas minerais. E, em menos de meia hora, todo o arquivo de uma empresa que lida com crédito ao consumidor pode ser transferido para um computador nos EUA, onde especialistas podem detetar tendências com uma grande antecipação.

E todo esse processo pode ficar ainda mais amplo e mais intenso quando entrarem em funcionamento os sistemas intercontinentais de transmissão de dados via fibras óticas guiadas por raios *laser* capazes de operar um milhão de mensagens telefônicas ao mesmo tempo. A transnacional petrolífera *Exxon* já opera desde 1977 um sistema como este.

O "nirvana" econômico

Os grandes ideólogos das maravilhas da Informática, como John Kenneth Galbraith, Arthur Clark, Alvin Toffler e Bernard Cox, afirmam que a introdução da nova tecnologia não criará problemas de desemprego. Chegam inclusive a afirmar que os novos meios vão criar novas oportunidades



Na Europa e no Japão, milhares de operários perderam seus empregos por causa dos robôs eletrônicos

de trabalho e que permitirão que a humanidade entre numa nova fase, onde o lazer e as atividades intelectuais terão um lugar incomparavelmente mais importante do que na época dourada da Grécia antiga. Afirmam que as fantásticas máquinas microeletrônicas, que em 15 anos baixaram de preço duas mil vezes e se tornaram no mesmo período dois milhões de vezes mais eficientes, serão capazes de mudar a natureza do trabalho humano, tornando-o menos árduo e mais criativo. Mas, apesar da enorme rapidez com que as transformações estão se operando, não existem ainda indícios concretos de que este "nirvana" será alcançado.

No Japão e na Suécia, já existem exemplos de firmas automobilísticas quase que inteiramente automatizadas, onde os operários se dedicam mais ao estudo e à diversão do que ao trabalho. Mas, em escala mundial e principalmente no Terceiro Mundo, ninguém pode garantir que surgirão da noite para o dia milhares de cópias das fábricas da *Toyota* e da *Volvo*.

Pelo contrário, o "choque do futuro" parece que não será muito animador. O chileno Juan Rada, especialista da Organização Internacional do Trabalho (OIT), garante que por volta de 1990, a Microeletrônica e a Informática eliminarão 65% dos empregos no setor de telecomunicações e 50% no sistema bancário, enquanto 30% dos empregados

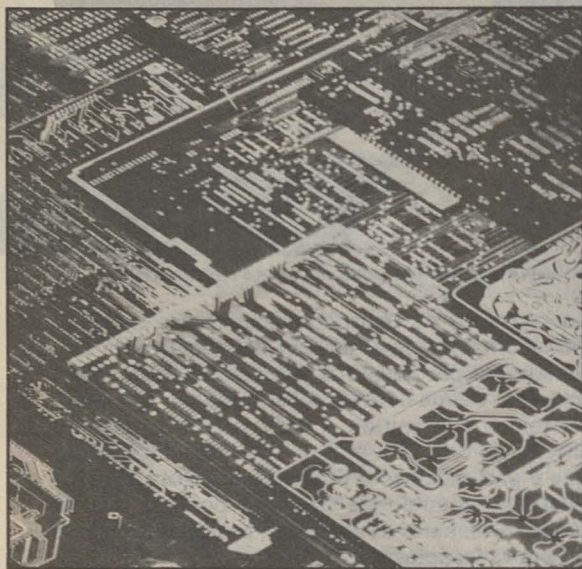
no setor de transporte ficarão sem trabalho. Nos escritórios, mais de 40% da mão-de-obra será substituída por máquinas automáticas, enquanto a imprensa escrita deve ser substituída por um jornal eletrônico transmitido a cada residência por um sistema de cabo. É a própria OIT, uma organização que é profundamente influenciada pelos meios capitalistas, admite que não será possível reciclar todos os milhares de trabalhadores desempregados pela nova tecnologia.

Toda a criatividade mostrada pelos cientistas pagos por firmas como a *IBM* no desenvolvimento de novas descobertas eletrônicas não encontra correspondência nos estudos sobre os efeitos da introdução maciça da nova tecnologia no mercado de empregos. Para a maioria das transnacionais da Informática, isso não passa de um "problema futuro", com exceção talvez das firmas japonesas, como a *Fujitsu*, que desde 1980 passou a investir maciçamente no recondicionamento de seus empregados tentando evitar o desemprego em massa. Mas a *Fujitsu*, a gigante japonesa na Informática e Microeletrônica, está sozinha neste campo.

Ao contrário dos países capitalistas, o bloco socialista tem registrado avanços comparativamente menos espetaculares, porque por enquanto a nova tecnologia está mais voltada para necessidades de pesquisa e de defesa. Não há a preocupação em

A incrível "inteligência artificial"

□ Quarenta anos depois da construção do primeiro computador, os norte-americanos e japoneses se preparam para dar o maior salto tecnológico de toda a curta história dos "cérebros eletrônicos". Trata-se nada mais nada menos do que produzir em série uma "inteligência artificial", ou em linguagem técnica, a "quinta geração" dos computadores. Para alguns especialistas mais eufóricos, pode ser uma revolução quase tão importante quanto a da descoberta da roda.



Todos os computadores das quatro gerações anteriores são basicamente iguais porque no fundo usam uma unidade central que efetua as operações passo a passo. Isto é, existe apenas uma entrada de dados e uma saída. O primeiro computador, construído em 1946 na Universidade da Pensilvânia com verbas do Departamento de Defesa, efetuava cinco mil operações por segundo, tinha 18 mil válvulas, pesava 30 toneladas e ocupava uma área de 140 metros quadrados. Este modelo serviu de base para o famoso Univac da IBM. Em 1958, surgiu a segunda geração de computadores usando transistores, o que aumentou a capacidade de cálculo para 200 mil operações por segundo. Em 1964, já existiam 20 mil computadores espalhados pelo mundo, quando surgiu a

3ª geração, baseada no modelo 360 da IBM que passava a usar circuitos integrados e que já podia realizar dois milhões de operações por segundo.

Em 1979, quando já existiam 700 mil computadores no mundo, surgiu a 4ª geração, formada basicamente pelos microcomputadores de uso pessoal que se tornaram mundialmente famosos com o *Apple* e cujo número hoje é incalculável em todo o mundo. Alguns falam em quase um milhão e meio, mas essa avaliação é provavelmente conservadora. Os avanços registrados aumentaram a capacidade de memória e a rapidez das operações bem como reduziram o volume. Mas basicamente continuou em vigor o mesmo sistema descoberto pelo matemático húngaro John von Neumann, que na década de 40 criou o primeiro computador, usando conceitos matemáticos que já eram conhecidos pelos gregos antigos.

O que os pesquisadores da 5ª geração pretendem alcançar é uma unidade central capaz de ter múltiplas entradas e múltiplas saídas, graças à existência de duas ou mais unidades centrais, que se interrelacionam sem que haja interferência do operador. A nova e revolucionária máquina teria assim possibilidade de imitar o raciocínio humano tirando conclusões ou fazendo associações. O computador deixaria de ser um imenso arquivo para ser o que os técnicos chamam de "máquina pensante".

Os japoneses saíram na frente na corrida pela "inteligência artificial" graças a uma associação dos seis maiores fabricantes de equipamentos eletrônicos que passaram a integrar o FGCS (Projeto de Sistemas do Computador da Quinta Geração). Um ano depois do surgimento da associação japonesa, os norte-americanos tomaram uma posição semelhante, criando em 1982 a *Microelectronics and Computer Technology Research Corporation* (MCC) reunindo 16 fabricantes e um orçamento de 100 milhões de dólares. Em 1983, os europeus também entraram na disputa com o projeto *Esprit*, integrado pelos países do Mercado Comum. A preocupação dessas três associações de caráter nacional ou continental está voltada para o enorme potencial econômico para a chamada "inteligência artificial".

Cálculos feitos hoje indicam que no momento haveria um mercado potencial de 128 milhões de dólares para o novo equipamento, havendo possibilidade de que em 1990, se tudo der certo, o número de compradores deva crescer 20 vezes, chegando à beira dos três bilhões de dólares, só para esse tipo de máquina, que por enquanto ainda está na cabeça dos quase mil "gênios" espalhados pelo mundo e que esperam em breve serem os descobridores da "nova roda" da humanidade.

transformar as maravilhas da Microeletrônica em artigo de consumo de massa. E, principalmente, os países do Come (ex-Comecon)² deixam de considerar a informação como uma matéria-prima altamente valorizada.

A nova tecnologia é a base técnica sobre a qual se apóia a Informática. As grandes transnacionais querem transformar o mundo num único mercado, que necessariamente será controlado por uns poucos privilegiados. Não é por acaso que atualmente

²Come (ex-Comecon) – Conselho de Assistência Econômica Mútua, integrado pelos países socialistas: Bulgária, Cuba, Checoslováquia, Hungria, Mongólia, Polônia, República Democrática Alemã, URSS e Vietnã.

A Apple, um Davi que virou Golias

□ “1984 não será igual a 1984”. Com este slogan, os jovens e audaciosos dirigentes da firma norte-americana Apple lançaram há poucos meses o seu mais novo microcomputador, com a promessa de manter a luta desigual contra o gigante IBM. Ao usar o título do livro de George Orwell para promover o computador MacIntosh, Steven Jobs, 24 anos, quis dar aos espectadores do anúncio na TV a idéia de que não haverá um controle de todo o mercado de Informática por uma grande empresa.

A pretensão de Jobs se baseia na experiência recente da Apple, talvez a única firma de eletrônica dos EUA que tenha conseguido roubar da toda-poderosa IBM uma fatia considerável das vendas de equipamento eletrônico. Na verdade o grande segredo da empresa surgida numa garagem na Califórnia há nove anos, foi ter investido toda a sua criatividade no desenvolvimento dos microcomputadores. A Apple não descobriu nada, ela apenas juntou o que já existia em termos de *know how* e resolveu fazer um computador que as pessoas pudessem comprar, já que na época, praticamente só existiam grandes computadores.

O computador Apple ganhou fama imediata nos Estados Unidos e depois em todo o mundo quando foi lançado no final dos anos 70. O sucesso fez com que os lucros da companhia disparassem para quase 22 milhões de dólares por ano. Mas em 83, quando a IBM lançou o seu Computador Pessoal (CP), a Apple sofreu uma forte queda. Seus ganhos caíram em quase 73%, e muitos acreditaram que a fase da euforia estava acabando. Foi quando Steven Jobs resolveu investir maciçamente no desenvolvimento de um

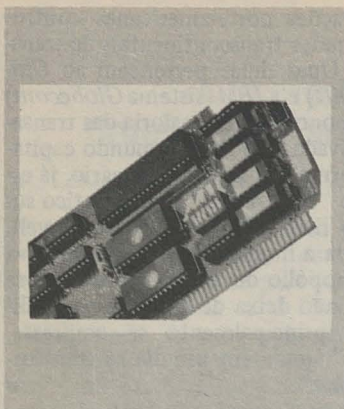
as grandes corporações norte-americanas controlam as únicas seis redes transcontinentais de transmissão de dados. Duas delas pertencem ao *Citibank* (o sistema *Swift*) e a *IBM* (sistema *Globecom*) que tem o virtual monopólio da maioria das transações comerciais privadas em todo o mundo capitalista. De alguma forma, no sistema bancário, já estamos às portas do “*big brother*”, o fantástico supercomputador do livro 1984 de George Orwell, capaz de vigiar toda a humanidade. A perspectiva de um virtual monopólio de alguns grandes sobre toda a informação não deixa de ser uma possibilidade assustadora, principalmente se empresas, como a “*Big Blue*”, puderem um dia se transformar num “*big brother*”.

novo micro, o MacIntosh, ao mesmo tempo em que trocou a garagem por uma moderna fábrica automatizada, ainda no Silicon Valley, na Califórnia.

O MacIntosh é mais fácil de operar que seu antecessor Apple II e a versão Plus, mas enfrenta agora a batalha do *software*, ou seja, os programas que a máquina usará. O CP da IBM invadiu o mercado e passou a ser o padrão para os consumidores dos modernos microcomputadores. Os dois se equivalem em preço e em habilidades. Depois de largar na frente, Steven Jobs perdeu agora a vantagem da descoberta de um terreno novo e terá que enfrentar todo o peso da “*Big Blue*”, que com seu faturamento anual de 40 bilhões de dólares, não será um osso fácil de roer. Mas independentemente do resultado desta luta de um “Davi contra Golias”, ficará com a Apple o mérito de ter sido a primeira a mostrar que é possível desenvolver sistemas de computação fora da IBM. Uma experiência que poderá não dar certo na selva do liberalismo econômico de Reagan, mas pode servir de estímulo para outros países onde exista uma proteção para os fabricantes nacionais.

Steven Jobs chegou a ameaçar a liderança da IBM





Terceiro Mundo

A luta pela sobrevivência

Virtualmente esmagados pela avalanche eletrônica, os países pobres são empurrados para a autodefesa

A pesar de reunirem 70% da população mundial, os países do Terceiro Mundo participam com apenas 8% do desenvolvimento industrial do planeta. O nível de vida de um habitante de um país rico é hoje em dia, em média, 10 vezes superior ao de um morador de um país pobre. Uma nação como o Brasil tem sete telefones para cada 100 habitantes. O continente africano tem uma média de dois aparelhos para cada 100 habitantes, enquanto nos Estados Unidos a proporção é de 78 para cada grupo de 100 norte-americanos. Essas são as desigualdades resultantes dos últimos 50 anos de desenvolvimento econômico no chamado mundo capitalista. Agora, com a chegada da revolução tecnológica, essas disparidades vão diminuir ou aumentar?

Lamentavelmente, os estudos mais recentes feitos pelos poucos especialistas do Terceiro Mundo em Informática e Microeletrônica têm uma resposta pouco otimista. "Se não houver uma mudança significativa na atitude dos governos do hemisfério sul", afirma o chileno Armando Mattelart, "as diferenças de nível de vida entre ricos e pobres do mundo devem aumentar ainda mais". O famoso Relatório Brandt sobre as relações Norte/Sul não aprofunda o tema, mas garante também

com uma certa dose de pessimismo: "Os países subdesenvolvidos podem sofrer novas derrotas com o desenvolvimento dos microprocessadores". E a Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi categórica: "A competição entre as empresas automatizadas e as que exploram intensivamente a mão-de-obra está sendo gradualmente deteriorada em benefício das primeiras, graças à introdução de tecnologia avançada tanto nos países ricos como nos países em desenvolvimento".

O prognóstico de um mundo onde os ricos serão ainda mais ricos e os pobres ainda mais pobres, é uma consequência do processo de concentração industrial gerado pelas grandes empresas do setor eletrônico e informático. Por terem mais dinheiro, elas podem pesquisar mais, conhecer melhor e criar continuamente. Com isso, elas avançam mais profundamente em relação ao controle dos meios e bens de produção. A utilização dos conhecimentos adquiridos gera por sua vez novas riquezas porque consegue extrair dos pobres do planeta mais vantagens do que as obtidas até agora. E aí o ciclo se realimenta continuamente numa progressão que, por enquanto, os especialistas nem se arriscam a avaliar.

Hoje, o Terceiro Mundo controla apenas 5% do mercado mundial de Informática e Microeletrônica. E mesmo dentro desta pequena parcela, as disparidades são enormes. A América Latina possui 60% dos computadores e redes de transmissão de dados de todos os países pobres. O Brasil, a primeira potência do Terceiro Mundo no campo da nova tecnologia, detém no entanto apenas o 16º lugar na escala mundial, enquanto no Oriente Médio, a Arábia Saudita é o mais destacado com o 29º lugar, e metade de todo o parque eletrônico da região. Entre as 50 nações no *ranking* mundial da Informática só existem dois africanos (Argélia e Nigéria) que estão entre os oito últimos colocados. Na Ásia, aparecem apenas Hong Kong, Coreia do Sul, Cingapura, Filipinas e Tailândia. E para se



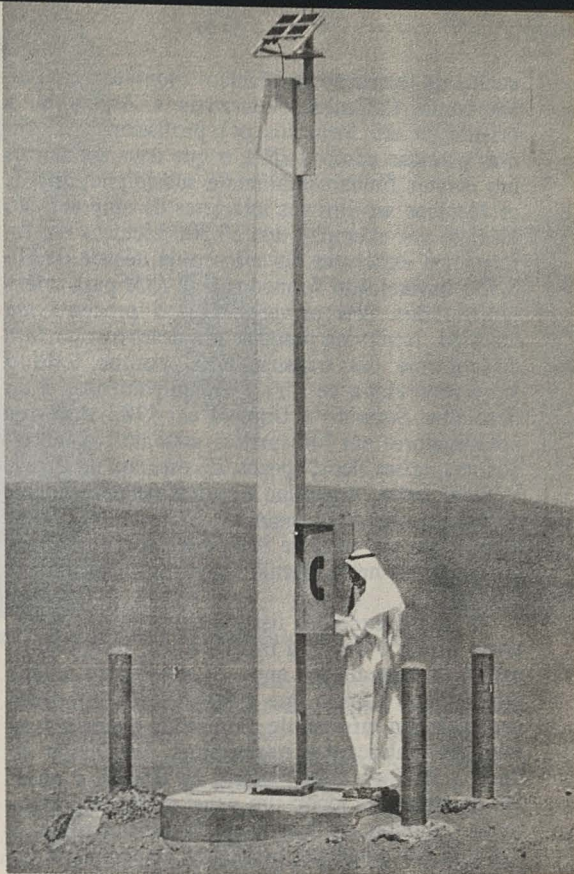
Robert Mohl

ter uma idéia, a soma de todos os investimentos de todos os países subdesenvolvidos no campo da nova tecnologia eletrônica não chegava aos pés do total da Alemanha Ocidental, a segunda colocada na lista das 50 mais, com um montante bem inferior ao dos Estados Unidos.

Segundo a revista *Time*, o padrão de uso dos microcomputadores no Terceiro Mundo também segue a tendência geral dos países industrializados, onde só os mais ricos têm acesso à nova tecnologia. Na América Latina, na Ásia e no Oriente Médio, os possuidores de microcomputadores têm um nível de vida 20 vezes superior ao da média das respectivas populações. Na Europa e nos Estados Unidos, os proprietários de aparelhos como um micro ou um videocassete têm uma renda cinco vezes maior do que a média. E como os microprocessadores são máquinas capazes de gerar riquezas mais rapidamente do que a aparelhagem mecânica tradicional, o seu uso pelos mais poderosos tende logicamente a torná-los ainda mais fortes e influentes.

O caos inicial

Apanhados de surpresa pela chegada da nova tecnologia, foram raros os países subdesenvolvidos que tiveram chance de planejar a introdução dos novos equipamentos em sua estrutura econômica. Sem contar com os microcomputadores, o México tinha em 1977, 2.250 grandes computadores de quase 142 marcas diferentes. Em 1981, o Brasil já tinha 8.800 unidades de grande porte, de 86 marcas diferentes. Quase na mesma época, a Tunísia tinha 200, o Líbano 90, o Iraã 270 e a Costa do Marfim o incrível total de 211 em 1979. Em sua esmagadora maioria, esses grandes computadores foram adquiridos por organismos estatais ou por subsidiárias de empresas transnacionais interessadas em multiplicar a sua capacidade operacional. E não foram raros os países que aplicaram a nova tecnologia para fins repressivos. Foi o caso do Chile, onde a empresa Ecom, dirigida por um general do exército, adquiriu com financiamento da AID norte-americana um computador *Burroughs 370/145* para montar um fichário de opositores ao regime. O mesmo procedimento foi adotado pela Argentina, cuja polícia federal recebeu um sistema *Digicom* dos Estados Unidos. E em março de 82, o jornal francês *Le Monde* anunciou que os computadores dos serviços de segurança dos países do extremo sul da América Latina já funcionavam interligados. Na República dos Camarões, na África, assessores militares franceses operam um computador *IBM* instalado no palácio presidencial e que se destina apenas e exclusivamente a questões de segurança.



A sofisticação eletrônica no deserto saudita

O ingresso desordenado do Terceiro Mundo na era da Informática começou por volta de 1952, quando as grandes empresas transnacionais começaram a instalar computadores em suas filiais. O primeiro "cérebro eletrônico" da Índia foi instalado em 1952, e na América Latina em 1953, quando uma empresa petrolífera norte-americana montou um *IBM* nos seus escritórios em Caracas. No final da década de 50, também as universidades começaram a receber equipamento eletrônico, que em 90% dos casos era de origem norte-americana, salvo na universidade de Buenos Aires, que instalou um *Mercury*, inglês. Quase toda a nova tecnologia era operada por técnicos formados pelos próprios fabricantes, e na sua maioria eram máquinas superdimensionadas para a realidade dos respectivos países, já que o modelo fora concebido para a realidade norte-americana e principalmente para as necessidades de grandes empresas.

O caráter comercial ficou evidente no uso e na formação do pessoal. Noventa por cento dos computadores existentes na América Latina na década de 60, pertenciam a empresas privadas e eram usados para tarefas administrativas, contabilidade, folha de pagamento e controle industrial. Nos raros

curso de formação de técnicos montados em países como Colômbia, Venezuela e Argentina, a orientação era fornecida por profissionais de firmas privadas como a IBM, o que dava aos cursos um caráter fundamentalmente subsidiário, isto é, os técnicos serviam aos interesses da empresa. No México, por exemplo, dos 10.500 técnicos em Informática existentes no começo da década de 70, 8.500 haviam sido formados pela IBM para orientar usuários. Nas universidades, o processo era idêntico. Nenhuma pesquisa era desenvolvida fora do controle das transnacionais, porque todo o *know-how* vinha de fora e os equipamentos eram obsoletos. Segundo a Unesco, em 1982, 96% dos pesquisadores em Informática estavam concentrados nos países ricos; apenas 2% estavam no Brasil, México, Índia, Argentina e outras nações em vias de industrialização, enquanto os restantes 2% se espalhavam por mais de 100 países pobres (não estão incluídos neste cálculo os países socialistas e o Canadá).

As únicas exceções neste quadro de desorganização foram o Brasil, a Índia e Cuba, países que a partir da metade dos anos 70 resolveram adotar um modelo próprio que garantisse aos interesses nacionais um mínimo de autonomia perante o assalto dos fabricantes estrangeiros. Nos casos do Brasil e da Índia (ver matéria do Brasil), a questão da segurança jogou um papel muito importante. O Conselho de Segurança Nacional assumiu o controle das atividades brasileiras no campo da Informática por causa da fabricação de armamentos e pelo uso militar da nova tecnologia. Razões semelhantes foram invocadas pelos indianos que, na época, já estavam envolvidos num ambicioso projeto nuclear voltado para a busca de uma supremacia geopolítica na região. Já Cuba, teve que enfrentar o bloqueio comercial e econômico norte-americano. Entre 1958 e 1968, apenas cinco computadores foram montados na ilha: dois da primeira geração e três da segunda. Em 1969, o governo de Fidel Castro encomendou 12 computadores franceses e em 1970 começou a fabricação de microcomputadores em Cuba.

Os exemplos do Brasil, Índia e Cuba levaram alguns países do Terceiro Mundo a tentar algum tipo de defesa contra a penetração estrangeira, mas na maioria dos casos, debilidades de ordem política provocaram o fracasso dessas tentativas. Além da pressão direta, as grandes firmas transnacionais contaram com um grande aliado: os contrabandistas. Só no México, onde se calcula que existam cerca de 20 mil microcomputadores em mãos de particulares, mais da metade destes aparelhos entrou ilegalmente no país. No Brasil, apesar da reserva de mercado, acredita-se que um terço dos microcomputadores instalados até 1983 eram contrabandeados.

"Made in El Salvador"

Mas apesar de estarem excluídos da corrida da Informática, cresce a cada dia o número de países do Terceiro Mundo que têm seus nomes associados a componentes de microcomputadores. Se alguém abrir um micro da Apple verá que dentro dele existem peças "*made in El Salvador*", assim como componentes feitos na Indonésia, Cingapura, México, Índia, Paquistão e até no Panamá. Trata-se de uma nova divisão internacional do trabalho, já que nestes países são montados os componentes que ainda não são processados de forma automática. Segundo o IBI (*Intergovernmental Bureau for Informatics* — uma organização ligada à Unesco e cujos participantes são majoritariamente subdesenvolvidos), a montagem de peças como os *chips* é feita em países onde a mão-de-obra custa menos de 50 centavos de dólar por hora. O trabalho é puramente mecânico e não requer nenhuma especialização. Um exemplo típico da forma como agem as transnacionais é a fábrica de componentes eletrônicos montada pela Philips na cidade indiana de Poona, a 200km de Bombaim.

A fábrica utiliza basicamente mão-de-obra feminina, a mais mal paga por causa da posição inferior da mulher. As condições de trabalho são as piores possíveis e sem as menores garantias legais e trabalhistas. Diariamente, em frente à fábrica, se formam grandes filas de mulheres que tentam encontrar uma vaga para substituir alguém doente. No caso de El Salvador, acontece mais ou menos a mesma coisa, pois camponeses semi-analfabetos expulsos do campo pela miséria manuseiam sofisticadas peças de microcomputadores sem ter a mínima idéia da sua utilidade. A única coisa que sabem é que têm que empacotar 200 *chips* por dia e que eles têm que receber uma luz verde na máquina que faz o teste final dos componentes. Daí, as peças voltam para os EUA onde serão colocadas nos micros.

Esta desigualdade no encaminhamento da questão da Informática tem no plano macro-econômico implicações consideradas "transcendentais" pelos especialistas. Desde a década de 60, os países pobres estão alarmados com a ampliação do fosso econômico que os separa dos ricos industrializados. Na época, falava-se que a diferença crescia a um ritmo aritmético. Vinte anos depois, as nações do Terceiro Mundo sofrem um novo choque ao perceberem que todo o esforço para convencer os industrializados a reduzirem o desequilíbrio não só foi quase nulo, como acabou soterrado por uma nova avalanche de privilégios. Com a introdução da nova tecnologia eletrônica, aumentou de tal maneira o ritmo de concentração de riquezas que o cubano González Manet acredita que o crescimento do fosso já se faz em progressão geométrica.



A "chamada alfabetização eletrônica" traz vantagens mas pode criar uma dependência do estrangeiro

Cientistas europeus chegaram à conclusão de que os países subdesenvolvidos estarão em breve submetidos a uma tripla dependência. Eles assinalam que a maioria dos povos do Terceiro Mundo chegou à revolução industrial sem passar pela revolução agrária, e muitos deles se preparam agora para o salto Informático, sem sequer terem assimilado a fase da manufatura. Por isso, vão continuar dependentes do fornecimento de alimentos pela ausência de uma agricultura em larga escala, da importação de bens industrializados pela ausência de um parque autônomo de manufaturados, e ainda por cima, ficarão na condição de consumidores passivos das novas maravilhas eletrônicas. Diante das novas realidades surgidas, há uma grande dúvida quanto ao futuro da idéia de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei), lançada há duas décadas pelos países subdesenvolvidos.

Nova ordem econômica

Quando a idéia surgiu, a "revolução" da Informática estava apenas nascendo e os computadores não passavam de curiosidade científica para a pequena parcela de habitantes do Terceiro Mundo que tinha acesso a informações. Nos últimos 14 anos, a reivindicação pela Noei esbarrou sempre na resistência dos países ricos em alterar o status-quo, enquanto a automatização, miniaturização e a concentração de interesses econômicos davam um salto inédito na história humana. E, de repente, os países subdesenvolvidos passam a se defrontar não mais com políticos intransigentes nem com ameaças de retaliações da parte de governantes do Norte

rico, mas com todo um sistema que no futuro deve multiplicar, em escala também nunca vista, as desigualdades entre o "Primeiro" e o "Terceiro Mundo".

Na Conferência dos Não-Alinhados em Lima em 1975, os países subdesenvolvidos colocaram como meta para seus esforços políticos e econômicos ter no ano 2000 pelo menos 25% da capacidade industrial do mundo. Na época, o objetivo era ambicioso mas havia um consenso de que não era uma utopia. Só que poucos levaram em conta a velocidade e a profundidade com que ocorreria o processo de concentração industrial especialmente nos Estados Unidos, nem foi possível prever a rápida deterioração do problema da dívida externa e, muito menos, os efeitos que logo em seguida começaram a ser sentidos em consequência da revolução tecnológica. Na época, o livro "O choque do futuro", de Alvin Toffler, já era um *best-seller* nos Estados Unidos, onde os leitores se maravilhavam com o cenário quase ficcionista traçado pelo autor tendo como protagonista principal o controvertido *silicon chip*. No Terceiro Mundo, Toffler foi encarado como um misto de profeta ou romancista de "ficção científica" pela maioria de seus leitores, porque as fantásticas inovações antecipadas pelo arauto do nirvana tecnológico ainda estavam muito distantes da dura realidade da fome, desnutrição, miséria e exploração ao sul do Equador.

Hoje, muito antes do que Toffler previu, a transformação industrial registrada nos Estados Unidos em consequência da automatização e da introdução da nova tecnologia eletrônica tornou virtualmente impossível atingir a meta de Lima. A produtividade industrial nos EUA está dando saltos graças à "alta tecnologia", o peso do custo da

terceiro mundo - 35

mão-de-obra no preço final de um produto industrializado está sendo rapidamente alterado, enquanto os equipamentos, a administração e a informação passam a ter uma "fatia de leão" na composição de custos. O progresso industrial deixa de estar baseado na utilização intensiva de mão-de-obra barata para se concentrar nos especialistas capazes de arrancar milagres de racionalização das novas máquinas eletrônicas. A divisão internacional do trabalho já está sofrendo uma mudança radical.

Os Donos do Mercado Mundial*

IBM	64,3%
Honeywell	8,7%
Sperry Rand-Univac	8,0%
Burroughs	6,4%
Control Data	4,1%
NCR	1,9%
Outros	6,6%

* Porcentagem do mercado com base no valor das unidades instaladas

Fonte: Quantum Science Corp. 1979

Comparação do Parque Instalado, do PNB e da População a 01/01/81

País ou região	Nº de sistemas instalados por milhões de habitantes	Valor do parque instalado em % do PNB
Estados Unidos	248	2,5%
Europa Ocidental	131	1,3%
Japão	208	1,5%
Ásia e Oceania	1	0,2%
América Latina	15	0,5%
dos quais, Brasil	20	0,8%
dos quais, México	16	0,4%
dos quais, Antilhas	24	1,1%
dos quais, Outros	10	0,3%
África (exceto África do Sul)	2	0,1%
Oriente Médio	4	0,2%

Fonte: IDC

Um dos "gurus" do liberalismo econômico, o norte-americano Paul Samuelson, foi o autor da famosa frase: "É melhor que o homem gordo se dedique à pesca, o magro à caça e o mais inteligente pratique a medicina". Hoje, autores como o chileno Juan Rada afirmam que "o mesmo homem gordo pode pescar, caçar e praticar a medicina", já

que a nova eletrônica alterou todo o esquema tradicional de especialização do trabalho. As grandes empresas capitalistas estão aderindo em massa à automação como um recurso para reduzir custos, ganhar competitividade e aumentar o controle sobre as frágeis economias subdesenvolvidas. E já existem pelo menos duas dezenas de exemplos em que fábricas montadas no Terceiro Mundo para explorar mão-de-obra barata foram trazidas de volta aos países ricos porque a automação e a informatização tornaram caros os miseráveis salários pagos a operários asiáticos.

Agora, na metade da década de 80, os países subdesenvolvidos começam a tomar um contato brutal com a nova realidade econômica gerada pelas inovações tecnológicas registradas no mundo industrializado e a perceber no cotidiano o tipo de consequência que vão sofrer nos próximos anos.

Surge então o dilema: o que fazer com os robôs industriais, com o microcomputador e com a Informática? Por volta de 1980, havia uma tendência para rejeitar em bloco a nova tecnologia por considerá-la prejudicial às economias dos países do Terceiro Mundo. O argumento principal era de que a nova tecnologia era muito cara, causava dependência, provocava desemprego e desviava recursos de setores básicos. Afirmava-se que os países pobres tinham escassos recursos para a pesquisa sofisticada e os poucos cientistas disponíveis não podiam ser deslocados das tarefas básicas de procurar resolver a fome, desnutrição e analfabetismo.

O micro na China

Hoje, essa tendência mudou. Há a consciência na maioria dos países subdesenvolvidos de que a nova tecnologia é um dado da realidade, que ela não é tão cara como no princípio se acreditou e que pode resolver problemas críticos de mão-de-obra em setores onde não existem trabalhadores qualificados no Terceiro Mundo.

Na China, já é possível ver um jornal inteiramente automatizado e eletrônico ao lado de outros que conservam todas as técnicas do começo do século. O jornal eletrônico permite que os menos de dez redatores capazes de escrever em inglês façam um jornal para estrangeiros, suprimindo uma necessidade que seria virtualmente impraticável se fossem usados os métodos tradicionais. Já os jornais lidos pelos milhões de chineses são redigidos à mão (nem a máquina de escrever existe nas redações) e compostos letra por letra por gráficos que têm uma idade média de 50 a 60 anos. O novo e o velho convivem numa mesma atividade, sem criar problemas de desemprego.

Um exemplo mais evidente destas novas possibilidades é o caso brasileiro onde no momento existem mais de 40 indústrias voltadas para a Mi-

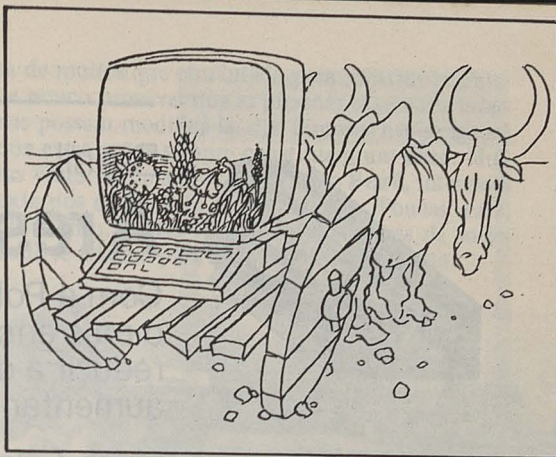
croeletrônica e Informática, em sua maioria com capital exclusivamente nacional. Essas firmas usam em grande parte tecnologia que já é considerada de domínio comum. Os processos para obter este *know-how* variam desde a compra de licenças até a cópia pura e simples. Os brasileiros dominam a técnica dos 8 bits (ver Dicionário) e já se aventuram em campos mais sofisticados como os 16 e até os 32 bits. Mas, mesmo os estágios menos avançados da Informática já são suficientes para garantir uma série de conquistas em termos econômicos, embora segundo alguns especialistas, o problema principal no momento não seja a construção da máquina mas sim a sua adaptação às condições específicas do Brasil.

É necessário, por exemplo, desenvolver uma linguagem própria, já que todos os computadores baseados em modelos norte-americanos usam o inglês como idioma padrão, o que obriga todos os operadores a terem um mínimo de conhecimento da língua para poderem operar os teclados e dar ordens ao computador. Há também toda a série de programas desenvolvidos a partir de uma matriz estrangeira e que apenas em alguns casos são plenamente aplicados em países subdesenvolvidos. Experiências semelhantes estão sendo feitas também na Índia e em Cuba, mostrando que a nova tecnologia não é necessariamente algo esotérico no Terceiro Mundo.

As fases menos sofisticadas da Informática são hoje facilmente acessíveis aos países subdesenvolvidos. Os técnicos garantem que não é difícil copiar, nem muito menos reproduzir circuitos eletrônicos. Assim como não há mistério nenhum em fabricar automóveis para um país que disponha de uma razoável infra-estrutura técnica e industrial no Terceiro Mundo. Os brasileiros poderiam facilmente fabricar carros sem pagar nada para a Ford, GM e Volkswagen porque já dominam integralmente a técnica automobilística. Mas não o fazem por questões políticas, já que a essas transnacionais está reservado o mercado de fabricação de automóveis, caminhões e tratores. Não dominam, é claro, a tecnologia mais avançada no setor, embora tenham descoberto o carro a álcool, porque as grandes firmas estrangeiras não investem em pesquisa (ver matéria Brasil). Se houvesse estímulo à pesquisa nacional, é quase certo que os modelos atuais (mesmo superados no estrangeiro) poderiam ser melhorados e serviriam para atender às necessidades locais.

A soberania

No caso da Informática, uma decisão política de reservar o mercado interno de micro e minicomputadores para fabricantes brasileiros funcionou como o estímulo necessário à pesquisa e como ga-



rantia para investidores nacionais. Os aparelhos brasileiros são menos sofisticados que os estrangeiros e seu custo ainda é considerado alto porque as fábricas brasileiras não alcançaram a automatização de suas equivalentes estrangeiras. Mas a curto e médio prazos, foi garantida a autonomia no setor permitindo que o país planeje o seu crescimento tecnológico na Informática. Os fabricantes nacionais protegidos pela legislação podem comprar no exterior as peças que necessitam sem terem que ficar amarrados a um só fornecedor. A reserva de mercado atinge também o controle estatal do fluxo de informações para bancos de dados no exterior. Com isso, tenta-se preservar uma memória nacional que, do contrário, seria facilmente transferível para além-fronteiras, colocando o país fornecedor numa condição de dependência adicional.

As informações transferidas para fora são processadas de acordo com padrões estrangeiros e mesmo que sejam depois compradas de volta, serão entregues não de acordo com as necessidades do país interessado, mas de acordo com o programa computadorizado do fornecedor. Assim cria-se a necessidade de adaptar os planos nacionais às informações vindas de fora, sem falar na possibilidade quase óbvia de que os dados essenciais possam ser manipulados ou simplesmente omitidos segundo as conveniências.

Por tudo o que foi exposto, fica a conclusão clara de que a Informática, a Microeletrônica e a Telemática (transmissão de dados à distância) são inovações que podem ser usadas como todas as inovações anteriores descobertas pelo homem, em dois sentidos. Elas tanto podem aumentar a dependência como podem servir para permitir uma independência maior. O fator determinante será o político. Por isso é que existem autores que enfaticamente afirmam que a "Informática é importante demais para ser deixada apenas para os informáticos. É preciso que toda a população dos países do Terceiro Mundo possa participar das decisões no setor".

Brasil

A reserva de mercado

Com a Política Nacional de Informática, o país encontrou o caminho para reduzir a dependência tecnológica e aumentar sua soberania nesse setor

Claudio Z. Mammana e Edson Fregni*

O Brasil representa um mercado extremamente atraente para todos os fabricantes mundiais de computadores. Em algumas pesquisas figura como o sétimo mercado mundial, em outras como o oitavo. Há poucos meses, a imprensa publicou um relatório, elaborado em janeiro de 1983 pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos, que afirmava ser o Brasil o maior mercado de computadores deste hemisfério depois dos Estados Unidos e do Canadá.

A Política Nacional de Informática (PNI) reserva parte do mercado brasileiro — a dos computadores de porte micro, mini e médio — para a indústria genuinamente nacional, com tecnologia própria. O segmento dos computadores de grande porte é de livre acesso aos produtos e empresas estrangeiras. No entanto, pela dimensão já alcançada, e por seu potencial de crescimento, o mercado brasileiro de informática tornou-se muito cobiçado e as empresas estrangeiras não parecem dispostas a permitir que o Brasil busque sua emancipação nessa área. Assim, desde sua criação, em 1976, a PNI tem sido alvo de pressões de todas as naturezas, vindas diretamente das organizações transnacionais ou dos que defendem o interesse do capital estrangeiro no país.

O agravamento da situação das contas externas do Brasil, em dificuldade para cumprir seus compromissos junto à comunidade financeira internacional, tem contribuído para aumentar essas pressões. Agora, é o próprio governo norte-americano, através de seu Departamento de Comércio e da Câmara de Comércio, que investe contra a política brasileira de informática, a fim de conseguir a abertura completa do mercado nacional para os produtos norte-americanos. Infelizmente, as pressões não vêm apenas do exterior. Alguns políticos e mesmo homens que ocupam postos no alto escalão do governo brasileiro tentam modificar a PNI. Empresá-

rios, por sua vez, querem que se autorize a implantação das chamadas *joint-ventures*, talvez para obterem lucros seguros através de aliança com o capital e a tecnologia estrangeira. Paralelamente, tenta-se manipular a opinião pública com argumentos falaciosos. Diz-se que, com a PNI, o Brasil ficará atrasado tecnologicamente, e que terá um retrocesso em seu desenvolvimento, causado pela escassez de produtos e por seus preços elevados.

100	PROGRAMA DE CONVERSAO	1050	'INVERTE O NUMERO E
150	'CRIA ESPACO PARA CADEIAS E	1100	MULTIPLICA PELO CONTADOR
	DEFINE VARIÁVEIS COMO DE	1150	'VE SE O NUMERO E' INTERIO
200	PRECISAO DUPLA		FOR CAI FORA, SE NAO FOR,
250	CLEAR 500:DEFBL A=Z	1200	PISCA MENSAGEM NA TELA
	'DEFINE AS VARIÁVEIS MAIS		IF LCA/2 - FIX(LCA/2)/>0.8 TH
300	USADAS PARA APRESSAR EXECUCAO		PRINT 8595,"* * CALCULANDO "
	DIM 18,LCA,18,C8,A8,DCA,SS,		"
350	18,88		"
400	'LIMPA A TELA E DA TRES		"
	ESPACOS	1250	'18 ESPACOS ENTRE ASPAS
450	CLS:PRINT:PRINT:PRINT		'DEFINE C COMO A PARTE
	'ENTRA COM O DADO - SE	1300	INTEIRA DO NUMERO
	ACOMPANHADO DE 'D' CALCULA EM	1350	C=FIX(I)
	PRECISAO DUPLA		'VE SE A DIFERENCA E' MAIOR
500	INPUT'DIGITE UM NUMERO	1400	QUE 0,0004 SE FOR VAI
	DECIMAL (ATE' 16 ALGARISMOS) "		CALCULAR DE NOVO
550	'A	1450	IF (I-C)> 1E-04 THEN LCA=LCA
	'SE O NUMERO FOR IGUAL A		+1:GOTO1100
600	ZERO VOLTA PARA BUSCAR OUTRO	1500	'ACHOU O RESULTADO, SE FOR
650	IF A=0 THEN GOTO 400		NEGATIVO COLOCA SINAL
	'IMPRIME PRIMEIRA PARTE NA	1550	IF S=1 THEN PRINT#464,"A
700	TELA		FRACAO -";LC8;" /";INT(I)
	PRINT#394,"O NUMERO DECIMAL "	1600	'SE FOR POSITIVO NAO COLOCA
750	'A"; E' IGUAL "		SINAL
	'AVISA PROGRAMA QUE O NUMERO	1650	IF S=0 THEN PRINT#464,"A
800	E'NEGATIVO		FRACAO ";LC8;" /";INT(I)
850	IF A<0 THEN S=1 ELSE S=0		'VERIFICA SE FAZ OUTRA OU CA
	'PEGA O VALOR ABSOLUTO DO		FORA
900	NUMERO	1700	PRINT:PRINT:PRINT:PRINT#
950	A=ABS(A)		(15);"OUTRA CONVERSAO? (S/N)
	'INICIA CONTADOR COM O NUMERO	1750	'ESCANEA TECLADO, SE
	UN		RESPOSTA FOR 'S' VOLTA AO
			COMECO

Os computadores em geral são programados para operar em inglês, o que limita seu uso no Terceiro Mundo

A essas pressões, aparentemente baseadas em interesses imediatistas, aliam-se outras de ordem estratégica e implicações muito mais graves para a soberania nacional. Procura-se impedir, a qualquer custo, que o modelo industrial bem sucedido na área de informática seja aplicado a outros setores produtivos, não só no Brasil mas também em outras nações que buscam sua emancipação tecnológica. Com a PNI, o Brasil transformou-se no país do Terceiro Mundo com tecnologia mais avançada nessa área.

* Texto reproduzido por gentileza da Revista Brasileira de Tecnologia.

Quais os interesses em jogo?

Em maio de 1977, logo após a implantação da PNI, a *Data General Corporation* enviou um relatório ao representante especial do então presidente James Carter para as Negociações Comerciais, Robert S. Strauss. Esse documento, assinado por J. B. Stroup, gerente de assuntos financeiros e públicos da *Data General*, foi precedido de reuniões entre dirigentes desta empresa e de outros fabricantes norte-americanos de computadores — *Digital*, *IBM*, *Control Data* e *Hewlett Packard*.

Preocupado com a intenção do governo brasileiro em estabelecer uma indústria nacional de computadores, o sr. Stroup apontava os efeitos da implantação dessa indústria:

- as companhias que desenvolvem e fabricam sistemas de minicomputadores nos Estados Unidos serão adversamente afetadas pela perda desse mercado promissor;

- a perda se refletirá no número de empregos de pesquisa e desenvolvimento e de fabricação numa das indústrias da nossa economia que cresce mais rapidamente, produz alta tecnologia e empregos;

- o sucesso de políticas como essa no Brasil, encorajaria outras nações a seguirem caminhos semelhantes no futuro, na área de minicomputadores e outras áreas similares de alta tecnologia. Os governos do Japão, Iugoslávia, algumas nações do bloco oriental, a União Soviética e as nações ocidentais européias já estão seguindo políticas semelhantes.

Entre as conclusões a que chegou a diretoria da *Data General*, salienta-se a seguinte: “A *Data General* só concedeu licenças de fabricação como alternativa indesejável de exportação, com a finalidade de atender às exigências de governos estrangeiros para entrar nesses mercados. Devido à rápida mudança tecnológica desses produtos, as licenças de fabricação para outros restringem o seu acesso aos produtos futuros e asseguram a eventual obsolescência dos processos do licenciado”. Uma das opções colocadas pelo sr. Stroup, em maio de 1977, tem sido exaustivamente sugerida: “...que o Brasil elimine as barreiras de tarifas e outras aos minicomputadores norte-americanos, em troca do arquivamento, de barreiras retaliatórias dos Estados Unidos contra a importação de produtos brasileiros”.

A Abicomp e a SBC — entidades que congregam as indústrias nacionais e a comunidade acadêmica da área de informática —, aliadas na defesa da tecnologia nacional, julgaram oportuno demonstrar que, na área de informática, os brasileiros estão construindo uma indústria nova, autônoma e *compromissada* com a nação.

A PNI não pertence só ao governo, é a conquista

de muitos que têm lutado para construí-la. Parece pouco provável que as pressões externas e internas possam modificá-la, mas também não se ignora que essas ações sempre constituem um risco. Muitas vezes, ao longo da história do Brasil, interesses externos destruíram suas conquistas. Poucas vezes, entretanto, tantas forças representativas da sociedade se aliaram para defender uma conquista.



A reserva de mercado ajudou a pesquisa científica

O repúdio a essas ações é necessário, mas não suficiente. É preciso acelerar a criação de uma lei que, aprovada no Congresso Nacional, dê a estabilidade necessária para que se possa, com tranquilidade e segurança, continuar o desenvolvimento tecnológico nesse setor de tamanha importância econômica e social.

O que é a Política Nacional de Informática (PNI)?

Inúmeros aspectos forjaram o contexto histórico que, no início da década de 70, possibilitou o estabelecimento da PNI:

- a *competência técnica dos especialistas brasileiros*, principalmente nas universidades, que então projetavam e construíam computadores no país;

- o *reconhecimento do caráter estrangeiro da indústria de informática* por parte das forças armadas — cujo esforço é considerado o ponto de partida da PNI — e de outros segmentos da sociedade;

- a *inquietação do meio acadêmico* com a ação das transnacionais no país e sua prática de monopólio tecnológico, que não atendia às aspirações nacionais;

• a necessidade de reduzir as importações na área, tarefa atribuída à Capre (Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento de Dados), cuja função era administrar o uso de processamento de dados pelos organismos federais;

• a existência do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que destacava a importância de o país se desenvolver no setor de informática.

A partir daí, uma sucessão de decretos baixados pelos presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo vieram de encontro às aspirações da comunidade. As primeiras providências foram a ampliação das atribuições da Capre e, mais tarde, a criação da

SEI (Secretaria Especial de Informática). Assim, a Política Nacional de Informática foi-se implantando, com o objetivo expresso de "buscar o desenvolvimento tecnológico do país nesse setor, de forma a melhor atender às demandas de programas prioritários nos campos de desenvolvimento social e econômico e fortalecer a autonomia decisória nacional".

A característica essencial da PNI é a de utilizar o mecanismo da reserva de mercado para criar condições de desenvolvimento de tecnologia nacional dentro das indústrias nacionais do setor. Convém frisar: a reserva de mercado é para a tecnologia e

Arrumando a casa

□ Oito anos depois da criação da política nacional de Informática, estabelecida em 1976, a comunidade acadêmica do Brasil voltada para o setor começa a arrumar a casa. É assim que o professor Luiz de Castro Martins, presidente da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), define a iniciativa da entidade de preparar um plano integrado de pesquisa e desenvolvimento da computação nacional. O objetivo é coordenar as atividades dos diversos grupos de pesquisa espalhados pelos departamentos de Informática, Engenharia Eletrônica e Matemática das universidades do país para evitar a dispersão de recursos e concentrar os esforços em uma estratégia global de aperfeiçoamento científico.

A arrumação da casa foi favorecida por uma coincidência. O conselho da SBC já havia pedido à diretoria da associação que iniciasse a consulta às entidades de ensino e pesquisa para preparar o plano integrado, quando a Subcomissão de Comunicações, Eletrônica e Informática (CCI) do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) constatou a necessidade de montar um Plano Integrado de Pesquisa e Desenvolvimento em Computação que orientasse a ação do governo no incentivo à área.

A SBC, que tem representantes na própria CCI, foi então incumbida de preparar com técnicos da Secretaria Especial de Informática e outras comissões do CNPq o plano a ser examinado pela CCI. Assim, nos dias 12 e 13 de março passado, representantes de 31 instituições reuniram-se na sede da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e definiram 16 linhas básicas de pesquisa mais adequadas às condições dos

grupos participantes e às necessidades do país. Essas linhas abrangem desde projetos de *software* e *hardware* de computadores de médio e grande porte a estudos das possibilidades de integração de sistemas — pequenos computadores interligados de modo a ampliar sua capacidade — e de linguagem, teleinformática e sistemas operacionais.

A avaliação e levantamento das informações apresentadas na primeira reunião foi feita em um segundo encontro em maio e a definição propriamente dita do programa ficou marcada para o 4º Congresso Brasileiro de Computação a se realizar este mês em Viçosa, no estado de Minas Gerais. "Mas acho que não vai dar. Até o fim do ano, entretanto, o trabalho estará pronto", prevê o professor Luiz Martins.

Autonomia

O professor acha que a definição do plano integrado de pesquisa será um passo importante para que a comunidade acadêmica em particular e o setor de informática em geral conquistem sua autonomia. "A questão", esclarece Luiz Martins, "é de autonomia em vez de auto-suficiência. Autonomia para decidir como desenvolver a tecnologia nacional de informática. Tendo-se esta autonomia, a auto-suficiência é consequência imediata".

O estabelecimento do programa integrado de pesquisa, a ser desenvolvido com recursos da Finep, deverá ter também um efeito imediato — e alentador — sobre o hoje apertado orçamento da casa da comunidade científica de Informática. "Ironicamente", observa o professor Luiz Martins, "as escolas superiores brasileiras de computação se ressentem da falta de computadores nacionais. Há uma carência generalizada de recursos. Os pesquisadores são mal pagos. É comum o pesquisador sair da Universidade para trabalhar na indústria porque lá ele encontra um salário melhor e ainda tem facilidade de obter equipa-

não para a indústria. Sendo o mercado brasileiro reservado à tecnologia nacional, a indústria, para operar nesse setor, tem que desenvolver tecnologia própria. Acordos no exterior e licenciamentos externos somente são permitidos como medidas táticas de atendimento rápido a um segmento extremamente carente — e sempre de maneira transitória.

Em 1978, a indústria nacional começou a apresentar os primeiros resultados significativos decorrentes da PNI. Hoje ela responde por cerca de 45% do volume de faturamento total do setor avaliado em quase 2 bilhões de dólares para 1983. Seu cres-

cimento baseia-se no mercado interno, sem subsídios ou vantagens fiscais. É financiada com recursos internos, em sua maioria privados, e tem no desenvolvimento tecnológico sua força motriz.

A PNI quebrou, portanto, um verdadeiro tabu que tem limitado o desenvolvimento das nações do Terceiro Mundo. Historicamente, os países subdesenvolvidos têm sido condenados a uma economia *usuária*, destinada a operar seu parque produtivo a partir de bens importados ou, na melhor das hipóteses, a partir de bens montados ali, mas concebidos no exterior. Muitos empresários brasileiros, iludidos com as promessas de desenvolvimento

mento. Na fábrica, se o pesquisador pede um micro, ele recebe no dia seguinte. Já na Universidade...”

A situação, no entanto, poderia ser muito pior. O próprio professor destaca que a política de reserva de mercado de pequenos computadores praticada no Brasil beneficiou a Universidade ao lhe dar condições de orientar suas atividades em função do mercado nacional e definir claramente que tipo de profissional ela deve formar. Isto, com apenas oito anos de reserva de mercado e cinco de atuação intensiva da indústria brasileira de computadores, descontado o período inicial de amadurecimento.

Alavanca de câmbio

A reserva de mercado, frisa Luiz Martins, implicou em exercício de mercado que resultou em desenvolvimento de tecnologia, o qual, por sua vez, influenciou a pesquisa. Por esse encadeamento, as universidades sabem hoje que o mercado precisa de engenheiros de computação com conhecimentos especializados em *software*.

Um quadro bem diferente do verificado no setor automobilístico, onde, até o momento, 30 anos após a implantação dessa indústria no Brasil, as universidades não sabem que profissionais preparar para essas empresas. “Um amigo meu”, conta Luiz Martins, “trabalhava em uma montadora de caminhões e não pôde mudar o desenho de uma alavanca de câmbio que esbarrava no assento do motorista porque dependia de autorização da matriz”.

A reserva de mercado para as indústrias nacionais abriu e agora garante o mercado de trabalho de profissionais brasileiros de nível superior. Segundo o documento “A política nacional de informática, a indústria nacional e o desenvolvimento tecnológico”, publicado em maio último pela Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos (Abicomp) e SBC, a in-

dústria nacional de informática tinha, no ano passado, 18.137 empregados contra 10.010 das transnacionais instaladas no país. Para cada 100 milhões de dólares de faturamento, as empresas brasileiras tinham 2.640 funcionários; as estrangeiras, 1.251. Enquanto o número de empregados na indústria brasileira cresceu de 8.800 em 1981 para 18.137 em 1983, a mão-de-obra utilizada nas fábricas das transnacionais diminuiu de 12.200 para 10.010 no mesmo período (veja Quadro I).

As diferenças entre as indústrias brasileira e transnacional são ainda mais significativas na faixa dos empregados de nível superior. Em 1983, a indústria nacional tinha 5.596 empregados contra 2.810. Enquanto os fabricantes brasileiros utilizavam 1.921 profissionais de nível superior na atividade de desenvolvimento de *software* e *hardware*, as transnacionais empregavam apenas 121. Na área de produção, eram 988 na indústria nacional contra 379 nas transnacionais e, na de manutenção, 785 na indústria nacional para 273 nas montadoras.

A indústria transnacional concentra seus empregados nos setores de vendas (1.204) e administração (833). A indústria nacional tinha 684 empregados no setor de vendas e 218 no de administração (veja Quadro II).

Comparando-se o nível de emprego de profissionais de formação superior nas indústrias nacional e estrangeira, com base no volume de negócios, o quadro é o seguinte: para cada 100 milhões de dólares faturados, a indústria nacional emprega 99% a mais de profissionais de nível superior (814,5 nas fábricas brasileiras contra 351,2 nas montadoras); a indústria transnacional emprega 51% a mais de profissionais na atividade de vendas (150,5 contra 99,5 da indústria nacional) e a indústria brasileira emprega 1.750% a mais em desenvolvimento de novos projetos de *software* e *hardware* que a transnacional (279,5 para 15,1 nas transnacionais). (O.T.)

rápido, acreditaram ser possível construir uma nação poderosa através da modernização do parque produtivo baseada em equipamentos e processos estrangeiros. Acreditava-se — e ainda há quem sustente — que “o poder emana do bom uso dos equipamentos”, não importa sua origem. Dessa forma, muitos investimentos industriais, que dependiam pesadamente de bens de produção importados, foram feitos com financiamento externo.

As medidas governamentais que passaram a ser tomadas a partir de meados da década passada, para a área de informática, tiveram o apoio incondicional dos investidores brasileiros no setor e da própria comunidade acadêmica. Os usuários de computadores absorveram, em grande parte, o ônus inicial da instalação do parque industrial de equipamentos de informática, desempenhando um papel que pode vir a ser um marco na história da indústria brasileira.

Os frutos desse esforço conjunto que uniu empresários, governo, cientistas e técnicos de todos os níveis começam a amadurecer. A evolução dos custos dos equipamentos e serviços, e o crescimento do número e da qualidade de empregos demonstram, inequivocamente, que os brasileiros são capa-

zes de conceber e produzir seus próprios equipamentos, não precisando ser condenados à condição de meros usuários.

Hoje, muitos já trocaram a crença de que “o poder emana do bom uso dos equipamentos”, pela convicção de que o poder emana da capacidade de conceber e produzir os próprios equipamentos.

A Política Nacional de Informática assumiu uma importância estratégica que ultrapassa os limites do setor econômico. Mostrou que uma parcela do mercado interno, aliada à vontade nacional, já é suficiente para desencadear o processo de construção de uma economia autônoma, em que o engenho dos brasileiros é canalizado para o atendimento de suas próprias necessidades. Além de sua importância como modelo industrial, a PNI tem a virtude adicional de colocar sob o controle dos próprios brasileiros o processo de informatização de sua sociedade, que, de outra forma, teria consequências futuras imprevisíveis.

O que a PNI representa para o país?

Sete anos após o início da implantação da PNI, pode-se analisar alguns indicadores reais e, a partir

Quantidade de Funcionários de Nível Superior por 100 Milhões de Dólares Faturados no Mercado

	Produção	Vendas	Desenvolv. software	Desenvolv. hardware	Manutenção	Administração	Total
Indústria nacional	75.4	84.3	115.9	108.6	—	122.4	560.5
Indústria transnacional	59.1	160.7	6.6	7.9	—	118.1	379.7

Quadro Comparativo de Volume de Empregos de Nível Superior no Setor Industrial de Informática no Brasil

Atividade \ Ano	1981		1982		1983	
	Indústria Nacional	Indústria Transnacional	Indústria Nacional	Indústria Transnacional	Indústria Nacional	Indústria Transnacional
Produção	279	396	557	422	988	379
Vendas	312	1.077	386	1.130	684	1.204
Desenvolvimento (Hardware e Software)	831	97	1.083	107	1.921	121
Manutenção	199	103	443	214	785	273
Administração	453	791	687	912	218	833
Total	2.074	2.554	3.156	2.785	5.596	2.810

Fonte: SEI/Abicom

daí, chegar a conclusões que interessam ao futuro da nação.

Essa política tem criado condições sólidas para o desenvolvimento de tecnologia brasileira, autônoma e independente, aumentando a soberania em um setor de fundamental importância para a organização econômica e administrativa nacional. As indústrias nacionais têm gerado mais e melhores empregos para brasileiros e têm importado muito menos, quando comparadas com as transnacionais. Estão-se formando bases consistentes para que a indústria comece a exportar volumes significativos. Além disso, ao desenvolver novos produtos, essa indústria leva em conta as necessidades do mercado brasileiro, que é sua razão de ser.

Emprego e perfil de emprego

Contrariamente ao que algumas pessoas têm insinuado, a indústria nacional que desenvolve tecnologia emprega mais que a transnacional.

A transnacional emprega mais em seu país de origem, já que suas subsidiárias, sem tecnologia própria, são obrigadas a importar módulos e, frequentemente, até produtos acabados de suas matrizes.

Na sua edição de 29 de agosto de 1983, a revista norte-americana *Business Week* mostra que a estratégia adotada por Ceo Giacco, presidente da *Hercules Inc.* — transnacional do setor químico, de origem norte-americana — ao abrir suas fábricas no Brasil, França e Holanda, foi a de preservar os empregos na matriz norte-americana: "Giacco sustenta que a fábrica no exterior comprando produtos básicos da matriz e adicionando valores a eles, cria



O mercado de microcomputadores cresceu 20% em 1983

mais empregos nos Estados Unidos que a tentativa de exportar o produto pronto".

Na área de informática não é diferente. Em 1982, a indústria nacional empregava 17 mil pessoas, atendendo 36% do mercado brasileiro (640 milhões de dólares). A *IBM* brasileira, nesse período, com volume de negócios um pouco inferior a esse total (588 milhões de dólares) empregava cerca de 4.700 pessoas. Portanto, a indústria nacional emprega 230% a mais (3,3 vezes) que essa transnacional.

Profissionais de nível superior

Em estudo realizado pela SEI, para o ano de 1981, foi elaborado um quadro comparativo quanto ao volume e modalidade de emprego nas indústrias nacionais e estrangeiras de equipamentos de processamento de dados instaladas no Brasil. Nesse ano, as indústrias nacionais faturaram, juntas, 370 milhões de dólares (36% do mercado), enquanto as transnacionais faturaram 670 milhões de dólares (64% do mercado).

Quantidade de funcionários de nível superior, na manutenção, por 100 milhões de dólares de parque instalado

— indústria nacional	64
— indústria transnacional	10

Em 1981, a indústria nacional tinha um parque instalado no valor de 310 milhões de dólares, enquanto a indústria estrangeira tinha seu parque avaliado em 1,89 bilhão de dólares.

Quadro Comparativo de Empregos no Setor Industrial de Informática no Brasil

Total de Empregos	1981	1982	1983
Indústria Nacional	8.800	12.584	18.137
Indústria Transnacional	12.200	11.797	10.010

Número de empregados por 100 milhões de dólares de faturamento

Indústria Nacional	2.378	2.255	2.640
Indústria Transnacional	1.820	1.242	1.251

Fonte: SEI/Abicom

Conclusões

A partir desses dados, pode-se considerar que, para o mesmo volume de negócios:

1) a indústria nacional emprega 230% a mais que as transnacionais;

2) a indústria nacional emprega, no total, 48% a mais de profissionais de nível superior;

3) a indústria nacional emprega 91% a mais de profissionais de nível superior na atividade de vendas;

4) a indústria nacional emprega 1.450% a mais de profissionais de nível superior em atividades de desenvolvimento de novos produtos;

5) a indústria nacional emprega 500% a mais de profissionais de nível superior nas atividades de manutenção.

Vê-se, portanto, que a inteligência brasileira tem, na indústria nacional de informática que desenvolve tecnologia própria, um espaço para seu desenvolvimento não encontrado nas empresas estrangeiras aqui instaladas.

As importações

A indústria nacional de informática vem reduzindo substancialmente a participação de componentes importados em seus produtos, que já alcançaram elevados índices de nacionalização.

O segmento de microcomputadores, por exemplo, tem apresentado os seguintes índices médios de nacionalização:

— unidade central, teclado e visor	95%
— acionador de disquete	80%
— impressora	80%

Se se analisar o segmento de minis, poder-se-á observar que a série Cobra 500, cujos equipamentos foram totalmente projetados no país, alcançou um índice de nacionalização de 97%. No setor de terminais os índices atingidos ultrapassam a marca dos 95%, enquanto a média apresentada pelos equipamentos fabricados pelas empresas nacionais, em geral, é superior a 90%.

Isso explica porque a indústria nacional tem aumentado substancialmente sua participação no mercado, onerando muito pouco o balanço de pagamentos. Segundo estatísticas da SEI, as empresas nacionais importaram, em 1981, o equivalente a 8,1% de suas vendas, enquanto as transnacionais importaram, no mesmo ano, o equivalente a 40,3% de seu faturamento. Em 1982, a participação das importações nas vendas da indústria nacional baixou para 7,8%. Em 1983, o faturamento previsto era de 800 milhões de dólares, com importações de 60 milhões de dólares, ou seja, em relação às ven-

44 - terceiro mundo

das a indústria nacional está importando ainda menos, cerca de 7,5%.

Com relação às indústrias estrangeiras só há estatísticas oficiais para 80 e 81. Assim, uma comparação do desempenho das nacionais em relação às transnacionais só é possível nesses dois exercícios.

O mercado interno

A história tem mostrado que uma empresa transnacional define e projeta seus produtos de acordo com as necessidades de seus principais mercados. Em relação aos países subdesenvolvidos, elas exercem uma ação promocional, de forma a criar mercado para seus produtos. Trazem as soluções e depois criam as necessidades. Seguramente não é o que o Brasil precisa. Esse é um processo artificial e doloroso de aculturação. Os brasileiros terão que se deformar para terem condição de utilizar as soluções importadas para problemas que frequentemente não têm?



A Cobra é a pioneira da Informática no Brasil

Bem diferente é o processo seguido pela indústria nacional em relação ao mercado brasileiro. Naturalmente, as empresas necessitam dele e começaram a analisar as aspirações e exigências desse mercado. Há dois mil projetistas voltados para o usuário brasileiro na indústria nacional. O setor bancário, por exemplo, está-se automatizando com equipamentos totalmente especificados de acordo com suas necessidades.

No início da implantação da indústria nacional, os preços elevados eram o grande problema. Hoje, os preços estão declinando e equiparando-se aos do mercado internacional. Já é possível comprar no Brasil um micro ou um computador, de qualidade profissional, a preços similares aos que se pagariam pela importação de produto semelhante.

Segundo um levantamento feito pela SEI, os

produtos brasileiros, em vários segmentos de mercado, já se aproximam, de fato, dos padrões internacionais de preço. Tomando-se, como exemplo, os micro profissionais CP/M, constatou-se que empresas brasileiras estão vendendo uma CPU mais 64K e floppies, por 8.973 e até 6.916 dólares, enquanto o preço internacional da mesma configuração é de 4.695 dólares — esses preços não incluem impostos.

Recentemente, o prof. Paulo Bastos Tigre, da UFRJ, realizou um estudo sobre a evolução dos preços de computadores no mercado interno, entre fevereiro de 1982 e agosto de 1983, e constatou que a indústria nacional com tecnologia própria apresentou, no período, reduções reais de 30 a 40% em seus preços. No mesmo espaço de tempo, ele concluiu que a IBM elevou em 38% o preço de seu principal computador, o 4.341.

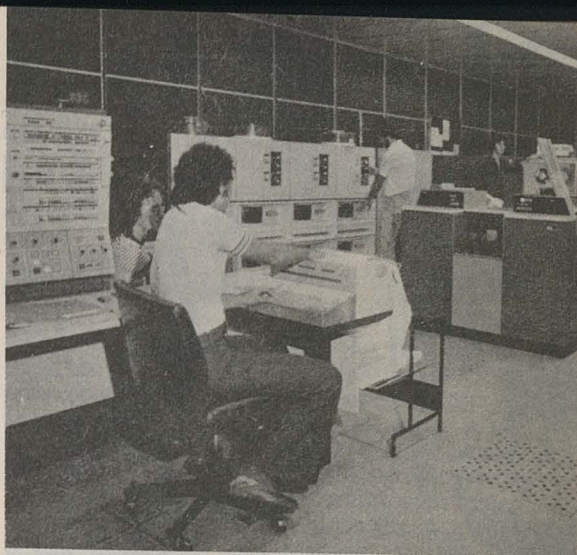
A questão da soberania nacional

Na área de informática, principalmente, o computador já permeia quase todas as atividades econômicas e burocráticas. Ele é visto nos bancos, nas empresas, nos escritórios e nas fábricas. Enfim, a organização administrativa e produtiva faz-se cada vez mais em torno das ferramentas de processamento de dados. O computador é, em si, um meio de produção. Nos Estados Unidos, calcula-se que, atualmente, 50% da mão-de-obra se destina a tarefas consideradas intelectuais. Eles não vendem o trabalho na acepção pura, mas idéias. Futuramente, o computador será sua ferramenta de trabalho.

Se o Brasil dependesse exclusivamente de empresas estrangeiras para fornecimento de seus computadores, ficaria em posição extremamente vulnerável. O que aconteceria, por exemplo, se as empresas estrangeiras que instalaram seus computadores no sistema financeiro brasileiro, subitamente, interrompessem o envio de peças de reposição? A única alternativa para escapar a essa vulnerabilidade é o domínio da tecnologia dos meios de produção.

As pressões externas contra a PNI têm levantado com insistência a suspeita de que o Brasil está condenado ao atraso tecnológico se não abrir suas fronteiras para os produtos e as empresas estrangeiras. Mas tais argumentos, aparentemente, não passam de frases de efeito. Em que se baseou o sr. N. Knowlton King, presidente da Câmara de Comércio Norte-Americana, para afirmar: “com a política de informática, o Brasil condena-se a uma tecnologia de informática de terceira mão e de terceira qualidade”?

Para refletir sobre esse assunto é preciso, antes, entender o que seja tecnologia. Tecnologia é o conhecimento, a capacidade de solucionar problemas



O micro nacional ficou 40% mais barato entre 82 e 83

e responder às necessidades. O Brasil estaria destinado ao atraso tecnológico, se as suas necessidades autênticas não fossem atendidas. No entanto, a indústria nacional não está atrasada, mesmo se comparada ao estágio das nações mais avançadas.

E esta não é uma frase de efeito. Para justificá-la e, ao mesmo tempo, rebater afirmações que a contrariem, vai-se fazer uma análise da tecnologia de informática existente no país, separando o setor em equipamentos (*hardware*) e programação (*software*).

O segmento dos microcomputadores avança rapidamente para a sua maturidade. A indústria nacional projeta e fabrica seus equipamentos de 8 e 16 *bits* atendendo à necessidade do mercado brasileiro. São mais de 10 empresas e dezenas de produtos diferentes, em sua maioria concebidos e projetados no país por engenheiros e técnicos brasileiros. Os lançamentos recentes dessa indústria são semelhantes aos mais avançados do mundo.

Não existe, portanto, atraso tecnológico nesse segmento, mesmo se comparado às grandes indústrias estrangeiras. Os técnicos brasileiros utilizam-se de circuitos integrados disponíveis no mercado internacional, os mesmos que são utilizados pelas empresas estrangeiras.

O segmento dos minicomputadores sofre no Brasil o impacto que também está abalando a indústria de minis no resto do mundo: os microcomputadores, à medida que evoluem, vão ocupando o mercado dos minis. Existem indícios de que os microcomputadores de 32 *bits* deverão, em futuro próximo, substituir definitivamente os minis no mercado. No Brasil e no mundo, as indústrias aguardam apenas o aparecimento de novos circuitos integrados para lançarem os chamados supermicros. Tudo isto prova que não existe atraso tecnológico.



A moda dos computadores chegou às escolas primárias

O segmento de equipamentos periféricos mecânicos foi o que mais se ressentiu, no início, da falta de técnicos especializados em mecânica fina no Brasil. Apesar de indústrias transnacionais fabricarem aqui há muitos anos periféricos mecânicos, elas nunca desenvolveram tecnologia localmente ou prepararam profissionais. A universidade, por sua vez, não foi estimulada por uma demanda de mercado de trabalho, e por isso não formou especialistas no setor. A falta de pessoal capacitado retardou o desenvolvimento da tecnologia de periféricos mecânicos, mas já se observa a aceleração do processo: a indústria começa a colocar no mercado impressoras seriais, acionadores de disquete e discos selados (*Winchester*) projetados no país. Até mesmo peças muito sofisticadas de mecânica de precisão — como as cabeças de impressão — passaram a ser produzidas com tecnologia nacional.

Os *programas aplicativos*, que se constituem na tecnologia do uso de computadores, são, há muito, desenvolvidos no Brasil. Mesmo as empresas transnacionais admitem esse fato, não havendo como fugir ao reconhecimento da competência nacional. Uma pesquisa realizada pela SEI nas 2.800 principais instalações do CPD (Centro de Processamento de Dados) mostra que elas empregam 83.000 profissionais de processamento de dados, engajados na melhor utilização dessas máquinas. Segun-

do a Associação Nacional dos Profissionais de Processamento de Dados (APPD), há cerca de 140 mil profissionais dessa área empregados no país.

O *software básico* — composto principalmente pelos sistemas operacionais e linguagens — é o conjunto de programas destinado a facilitar o uso do computador. Esta é uma área na qual a universidade brasileira é especialista. A competência do meio acadêmico facilmente fluiu para as indústrias, e hoje vêem-se inúmeros computadores brasileiros sendo colocados no mercado com *software* básico desenvolvido aqui. É nesta atividade que a experiência se acumula. Novos lançamentos são baseados nos anteriores, num trabalho de aperfeiçoamento e extensão.

O desenvolvimento da tecnologia de *software*, no Brasil, é bastante prejudicado devido à prática da pirataria. Algumas indústrias e distribuidores, para não investirem no desenvolvimento de seus programas, trazem-nos do exterior, fazem suas cópias e lançam-nos no Brasil como desenvolvimento próprio. Nesse aspecto, é indispensável a elaboração de regras rígidas, disciplinadoras da comercialização de *software* e a existência de uma fiscalização eficaz para impedir a prática de pirataria.

Diante dessa realidade, pergunta-se: A indústria nacional está condenando o país a um atraso tecnológico?

Obviamente que não. Pelo contrário, em pouco mais de cinco anos, os brasileiros, graças à PNI, atingiram um estágio de capacitação tecnológica jamais conseguido no país, mesmo durante os 20 anos em que as empresas estrangeiras transitaram livremente nesse mercado.

E não se podem perder de vista os espaços abertos nos quais se tem que desenvolver competência e habilidade nacional. O segmento de grandes computadores está concentrado nas empresas transnacionais. E é justamente nesse segmento que a tecnologia brasileira se limita quase que exclusivamente à universidade. São pouquíssimos os brasileiros que trabalham em desenvolvimento de produtos nas transnacionais, uma vez que o projeto é totalmente concebido no exterior. Por esse motivo, os que se dizem interessados na capacitação tecnológica brasileira devem preocupar-se com a extrema dependência do Brasil no que concerne ao setor dos grandes computadores.

A questão do desenvolvimento tecnológico independente como ponto central de uma política industrial interessa a todos os brasileiros. A Política Nacional de Informática mostra um caminho novo, livrando o país da condição de importador de tecnologia e exportador de mão-de-obra barata e riquezas naturais. Quanto mais segmentos da sociedade se juntarem a esse esforço, mais rápido se caminhará e se estenderá a experiência a outros setores de atividade.

O computador e a democracia

Ezequiel Dias *

A Informática tem muito a ver com democracia. Ou a falta dela. Informática é essencialmente informação e, esta, um instrumento do exercício do poder. Nas sociedades, em especial nas industriais, quem detém a informação detém o poder. Por isso é importante lutar pelo controle democrático da informação e, por extensão, da Informática.

Nós da Associação dos Profissionais de Processamento de Dados (APPD), no Brasil, sempre tivemos muita clareza dessa questão. Desde a fundação da entidade, em 1977, seu princípio básico é zelar para que o uso da Informática seja feito em benefício do povo brasileiro. A partir desta idéia foram traçadas as lutas da APPD que começam a tomar consistência e a envolver outros setores da sociedade.

Nossas lutas principais são contra o número único, que constitui ameaça à privacidade do cidadão ao lhe conferir um número que passaria a ser sua identificação para todos os órgãos do Estado; pela democratização da informação, para que amplos setores sociais participem do controle da informação; pela política de reserva de mercado, por entendermos que a Informática é um setor estratégico em termos de segurança e é importante para o país dominar a tecnologia da Informática; pela desmistificação do computador como máquina todopoderosa, mito frequentemente utilizado para encobrir o exercício arbitrário do poder sob o argumento de que a técnica sofisticada não é compreendida pelo cidadão comum; pela informatização sob controle social a fim de evitar que a adoção dos computadores resulte em desemprego e pela utilização da Informática na educação em padrões adequados à realidade do país.

Uma das nossas lutas específicas é pelo uso do computador para o aperfeiçoamento da democracia. A computação possibilita a realização de eleições com rapidez sobretudo na apuração. O sistema, no entanto, não elimina a possibilidade de fraudes. Antes das eleições para governadores em

1982, a APPD mandou cartas aos presidentes de todos os partidos chamando a atenção para os recursos da computação com a advertência para os perigos de sua má utilização. Em São Paulo, membros da APPD participaram da auditoria do sistema a pedido do PMDB. Já no Rio, houve o caso Proconsult.¹

De marciano a sindicalista

O encaminhamento destas lutas não é fácil, como não poderia deixar de ser por contrariar interesses poderosos. Mas estamos avançando apesar da articulação das forças conservadoras que se manifesta agora no projeto do senador Roberto Campos (PDS-MS), de abrir inteiramente o mercado nacional às indústrias transnacionais de Informática.

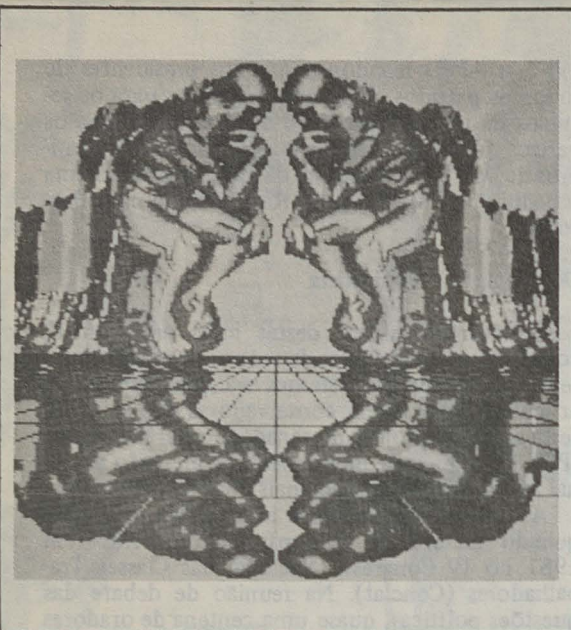
A dimensão desse nosso avanço fica bem clara quando lembro de uma passagem ocorrida em 1981 no 1º Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat). Na reunião de debate das questões políticas, quase uma centena de oradores inscritos, a assembléia se manifestava ruidosamente quanto às colocações sobre a luta pela Assembléia Nacional Constituinte, uma questão polêmica. Eu era o 51º inscrito para falar. Quando comecei a falar sobre Informática e democracia, fez-se no plenário um silêncio tão anormal que me senti um marciano. Mas era possível escutar naquele silêncio um sinal de que as pessoas se sentiam diante de um assunto que surgia tão importante quanto a Constituinte.

Foi assim que levamos a discussão da Informática para o âmbito das lutas dos trabalhadores. Depois de integrar a Comissão Pró-Central Única dos Trabalhadores (CUT), a APPD é reconhecida hoje pelas duas facções em que se dividiu o movimento sindical brasileiro: CUT e Conclat. Depois de quatro anos de luta, conseguimos agora que os profissionais de processamento de dados fossem considerados categoria profissional e vamos formar nosso sindicato. O Congresso Nacional já debate a lei de regulamentação da profissão.

Instituições representativas da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Clube de Engenharia já estão sensibilizadas para a questão da Informática graças a iniciativas da APPD. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

¹Proconsult foi a empresa encarregada da apuração das eleições no estado do Rio de Janeiro e acusada de tentar alterar os resultados através da manipulação dos programas dos computadores. A manobra foi denunciada aos correspondentes da imprensa estrangeira pelo candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Leonel de Moura Brizola, com base em informações passadas por digitadores e dados da Rádio Jornal do Brasil, que computou os votos com máquinas de calcular.

* Ezequiel Dias falou a cadernos dias antes de deixar a presidência da APPD, substituído por Francisco de Assis Aderaldo, da APPD de São Paulo.



(SBPC) desenvolve a campanha "Brasil Informática" pela utilização da Informática por um Brasil melhor para seu povo. Não há hoje um parlamentar em Brasília que não saiba o que é Informática e sua importância para o país.

Caminhos da democracia

Ainda estamos longe, porém, de um controle democrático da Informática no país. Os empregados não têm hoje como interferir nas decisões da empresa a respeito da informatização. Assim como, em termos nacionais, o povo não participa da formulação da política nacional de Informática. Os projetos em debate no Congresso Nacional para a criação de uma lei sobre o assunto sugerem a formação de conselhos que, se ampliam o espaço de participação em relação ao espectro atual da Secretaria Especial de Informática (SEI, órgão executivo da política de Informática no país), ainda são muito restritos em termos de efetiva participação popular.

O maior poder do empregado na empresa e do povo no país, em relação à Informática e a todas as outras questões, depende do avanço das lutas sindicais e dos trabalhadores pela democracia, é óbvio. É por não se ter ainda essa democracia, que não se tem já, definida, a melhor forma de o povo participar na formulação e execução da política de informática. Essa fórmula, porém, está sendo descoberta à medida em que se travam todas as lutas na área de informática, já mencionadas. E isto parece suficiente para provar que a informática é, antes de tudo, uma questão democrática. *(Depoimento a Octavio Tostes)*

48 - terceiro mundo

Aos inimigos, a lei

Se tivesse que traduzir para a linguagem lógica dos computadores o complicado quadro atual da legislação sobre Informática no Brasil, um programador encontraria sérias dificuldades e correria até o risco de sua máquina entrar em pane. Para começar, há duas hipóteses que se anulam: a política de reserva de mercado pode virar lei ou acabar também por força de lei.

A definição depende do exame, pelo Congresso Nacional, de seis projetos de lei, uns antagônicos, outros complementares e um deles, o do Poder Executivo, ainda nem sequer apresentado. Ao mesmo tempo, parlamentares norte-americanos examinam projeto de lei que dá ao presidente Ronald Reagan mais poderes para defender os interesses da indústria norte-americana de computação nos acordos comerciais, o que repercute na indústria brasileira.

E, no Brasil, a recente aprovação pela Secretaria Especial de Informática (SEI) de projetos para a construção de superminis (computadores de capacidade superior às dos micros e minis) foi recebida por técnicos, pesquisadores e até alguns fabricantes como medida desnecessária e contraditória com a política de reserva de mercado. Este é o quadro. Compute-se com um barulho destes.

O perigo vem com Maluf

A comunidade de Informática pretendia institucionalizar a reserva de mercado e buscava o consenso entre seus membros. A aproximação do fim do governo do presidente João Figueiredo tornou urgentes esses esforços. Teme-se que na eventualidade de Paulo Maluf vir a conquistar a presidência sem que a questão da reserva esteja definida por lei possa advir a demolição ou alteração profunda da política adotada pela SEI.

A discussão corria tímida quando o senador Roberto Campos (PDS-MT) deu uma amostra do que pode vir a ser a Informática no Brasil sob Maluf. Apresentou projeto que prega o fim da reserva de mercado nos termos atuais e a desvinculação da SEI da tutela militar do Conselho de Segurança Nacional. Outro senador apresentou projeto na mesma linha do de Campos. O argumento básico de ambos é o de que sem uma abertura ao capital e tecnologia estrangeiros, a indústria nacional estará sempre atrasada.

Os defensores da reserva de mercado contra-argumentam que é preferível a defasagem à possibilidade de a indústria nacional, aberta à participação estrangeira, transformar-se em simples montadora, como ocorre com a indústria automobilística brasileira. Os defensores do mercado nacional questionam a defasagem: o Brasil precisa realmente, no momento, das mais recentes novidades tecnológicas desenvolvidas nos países centrais? Eles acham que não e acreditam estar a indústria nacional correspondendo às necessidades atuais de informatização do país. Quanto ao desenvolvimento tecnológico, os nacionalistas lembram que em quase 30 anos de indústria automobilística, os técnicos brasileiros pouco ou nada contribuíram para o aperfeiçoamento da tecnologia do produto, que já chega pronta.



Carlos Namba

O Congresso decidirá o futuro da indústria nacional

CNI e Conin

Os projetos de lei favoráveis à reserva do mercado de Informática a fabricantes nacionais são os da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), deputado José Eudes (PT-RJ) e do senador Carlos Chiarelli (PDS-RS). Eudes e Chiarelli propõem a institucionalização da política praticada pela SEI transferindo-a do Conselho de Segurança Nacional para um Conselho de Informática.

Os projetos se assemelham nas atribuições que conferem à SEI mas diferem nos nomes e composição dos conselhos. O Conselho Nacional de Informática (CNI) proposto por Eudes dá às entidades do setor o controle da política de Informática enquanto no Conselho Nacional de Informática de Chiarelli (Conin, mesmo nome, mas sigla diferente) a maioria dos votos é do governo federal.

No CNI do projeto apresentado pelo deputado do PT, apenas cinco dos 15 membros são do governo; os outros dez representariam entidades de pesquisadores, técnicos, fabricantes e o Poder Legislativo com o presidente do conselho escolhido por votação. Já no Conin do senador Chiarelli, o presidente da República teria o direito de escolher o presidente do conselho e oito de seus membros. Os restantes representariam a sociedade civil e entidades do setor.

A questão da Informática configurou um quadro interessante: de um lado, uma curiosa aliança entre políticos liberais e de esquerda, técnicos, cientistas e os militares da SEI, oriundos do setor de informações, a favor da reserva de mercado; de outro, as transnacionais e os representantes de seus interesses no país, como o senador Roberto Campos. Até o fim do ano, o Congresso terá decidido a questão. Enquanto a lei não sai, as partes antagônicas, lutando para que a legislação reflita seus interesses, vivem uma variação da antiga anedota política: aos amigos tudo, aos inimigos a lei.

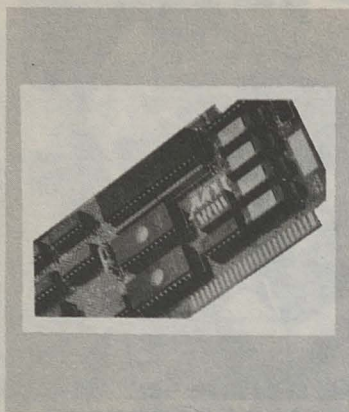
Todo poder a Reagan

Nos Estados Unidos, o Congresso examina o projeto de lei 1.052, apresentado por parlamentares da Califórnia. Após destacar que o desenvolvimento da indústria de alta tecnologia é vital para a segurança dos Estados Unidos, o projeto sugere que sejam conferidos ao presidente Ronald Reagan poderes para, através dos dispositivos estabelecidos pelos acordos comerciais, defender os interesses norte-americanos junto a dois grupos de nações: os países-chaves e os de indústria de Informática em desenvolvimento.

Os países-chaves são os de avançada tecnologia de Informática — Japão, Estados Unidos, os integrantes da Comunidade Econômica Européia e Canadá. Os outros são Coreia do Sul, Taiwan, Malásia, Brasil, Argentina, Argélia, México e Israel. Foram incluídos também Espanha e Hong Kong.

Ainda sem a lei da reserva de mercado, a política brasileira de Informática é conduzida através de portarias da SEI. Uma das mais recentes, do dia 26 de junho passado, aprovou quatro projetos apresentados por empresas nacionais para fabricação de computadores de médio porte (superminis). Para desenvolver seus projetos, os fabricantes terão que importar tecnologia e os defensores da reserva de mercado vêem nessa contingência um risco de alguns empresários preferirem ser montadores de um produto importado a preços razoáveis e de venda assegurada em vez de gastarem muito mais em pesquisa. Eles questionam também a oportunidade de se lançar já a indústria nacional neste segmento do mercado em vez de esperar que ela chegasse naturalmente a esse estágio, sem ter que importar tecnologia.

Se o complicado quadro da legislação sobre Informática no Brasil tiver que ser traduzido para a linguagem simples dos computadores, que seja por um programador brasileiro com um computador nacional. (Octavio Tostes)



Cuba

Desafiando o bloqueio

Os atuais níveis do uso da computação na ilha são mais avançados do que em qualquer outra nação terceiro-mundista

A utilização das técnicas de computação em Cuba depende das necessidades do desenvolvimento da sociedade e se encaminha rumo à sua diversificação mediante o estabelecimento de redes nacionais.

A política de bloqueio econômico e comercial imposta a Cuba pelo governo norte-americano e executada pelas empresas que operavam no território cubano obrigou as autoridades desse país a tomar uma série de medidas para enfrentar o problema da manutenção dos equipamentos de processamento de dados. O processamento mecanizado de dados começou em Cuba na década de 20 com a utilização de cartões perfurados nas atividades administrativas.

Posteriormente, esse tipo de equipamento foi incrementado até a introdução de um computador da primeira geração de fabricação norte-americana. Todo o período anterior a 1959 se caracterizou pela total dependência de companhias estrangeiras.

Essas companhias abandonaram suas atividades em Cuba poucos meses depois da vitória revolucionária liderada por Fidel Castro e, com sua atitude, provocaram um déficit de equipamentos e peças de reposição e de pessoal técnico, já que retiraram seus especialistas e promoveram o êxodo dos poucos cubanos que tinham adquirido prática profissional.

Esta situação tornava muito difícil manter o incipiente nível de desenvolvimento que se havia adquirido nesse campo, justamente em um momento em que começavam a chegar os equipamentos da chamada segunda geração de computadores. Isto é, assistia-se a uma mudança de tecnologia, embora os equipamentos eletromecânicos — já naquela época em processo de desativação — tivessem que continuar sendo usados, como acontecia até hoje.

Quando as matrizes norte-americanas abandonaram suas filiais em Cuba, o governo revolucionário procedeu à sua nacionalização, porém na maio-

ria dos casos só tomou posse dos locais. Pode-se dizer sem margem de dúvida que os cubanos careciam de experiência própria no assunto e que para muitos foi uma verdadeira proeza continuar sem o vínculo com as firmas geradoras da tecnologia que existia em Cuba até então.

A nova etapa

Os primeiros passos se dirigiram para a formação de quadros próprios, reunindo os técnicos mais capacitados, que assumiram as funções de professores em cursos de emergência.

Naquela altura, a possibilidade de fabricar as peças de reposição era mínima e para adquirir novas técnicas em outros mercados foi necessário driblar muitas dificuldades provocadas pelas pressões dos norte-americanos. Em 1965, foi adquirida uma máquina da segunda geração, o computador *Elliot 803-B*, destinado ao cálculo científico e à formação de especialistas em computação. Paralelamente, foram dados passos no sentido de organizar entidades de processamento de dados e para empreender tarefas de automatização industrial.

Em 1969, foi criado, como um projeto piloto, o Centro de Pesquisas da Eletrônica Digital com o objetivo de produzir um minicomputador destinado ao controle do tráfego ferroviário da indústria açucareira, a principal riqueza econômica do país. O protótipo dessa máquina ficou pronto em pouco tempo e foi fabricado em uma versão modernizada de caráter geral para consolidar a marca cubana desses equipamentos. O *CID 201-A* foi o primeiro computador cubano. Depois veio o *CID 201-B*, o qual teve uma penetração que, para o volume nacional, senão maciça, foi significativa, já que foi utilizado em muitas áreas da economia e do setor de serviços até que recentemente começou a ceder o seu lugar ao modelo *CID 300*.

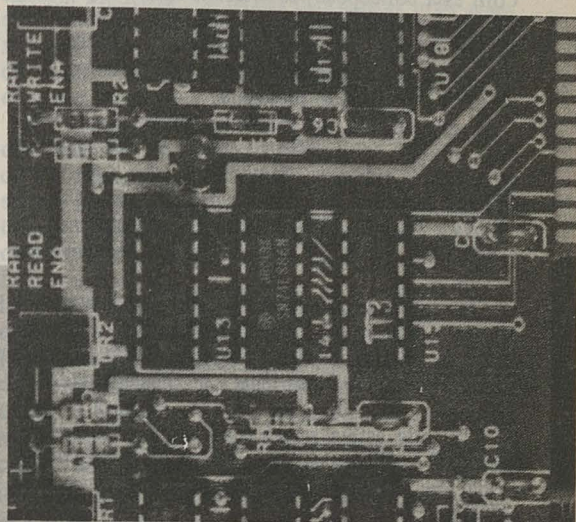
Incorporação ao Came

O ingresso de Cuba no Conselho de Ajuda Econômica Mútua (Came), formalizado em 1972, lhe permitiu incorporar-se ao órgão especializado nas técnicas de computação dessa organização que entrelaça a economia de uma dezena de países socialistas.

Anteriormente, já se haviam esboçado diversos programas de desenvolvimento econômico-social que incluíram a graduação de engenheiros tanto nas universidades cubanas quanto nas de vários países socialistas.

O fato de ter uma equipe de pesquisadores integrada por quadros e pelos estudantes mais capa-

citados nas carreiras da engenharia, eletrônica, computação, mecânica, telecomunicações e economia, assim como físicos e matemáticos, permitiu começar a analisar outros elementos estruturais da informação em Cuba.



O dicionário dos microcomputadores

☐ O "corpo" do computador é chamado de *hardware*. É o aparelho propriamente dito, seus acessórios, desde os *chips* da unidade central até o fio que liga à tomada elétrica. Mas um computador ligado não serve para nada sem o *software*, que é a "alma" do aparelho — as instruções, os dados e os códigos que permitem operá-lo.

Um conjunto ordenado de instruções é um *programa*. Alguns programas relativos à circulação interna de dados no computador já estão incorporados a ele desde a fabricação. É a chamada memória ROM (*Read Only Memory*), que pode ser lida mas não modificada pelo usuário. Para efeitos práticos, o operador deve alimentar o computador com dados e programas a RAM (*Random Access Memory*), ou seja memória de acesso aleatório.

A *Unidade Central de Processamento* (CPU) recebe (*input*) dados ou programas através de um teclado (semelhante ao de uma máquina de escrever) ou de fita (em cassete ou rolo), disco magnético, de cartões perfurados, de fita perfurada (semelhante a do teletipo), de impulsos elétricos transmitidos via telefônica, de outros computadores, ou ainda de aparelhos específicos (censores óticos, interpretadores de voz, etc).

A informação processada pelo computador é devolvida ao usuário (*output*) em imagens num monitor (semelhante a uma tela de televisão), gravada em discos ou fitas magnéticas, impressa em papel ou convertida em impulsos elétricos que acionam mecanismos mecânicos (os braços de um robô).

A menor unidade de informação logicamente

possível (um "átomo" de informação) é um *bit*. Uma luz pode ser acesa ou ficar apagada, um circuito aberto ou fechado, uma proposição lógica ser certa ou errada. Um *bit* é representado em computação por um número binário de um dígito. Pode ser 0 ou 1. Oito *bits* fazem um *byte*. Um número binário de dois dígitos tem quatro possibilidades (00, 01, 10, 11). As combinações se duplicam com cada dígito acrescentado. Um número de oito dígitos (8 *bits*) num sistema binário permite 256 combinações, suficientes para representar todas as letras do alfabeto (em maiúsculas e minúsculas, os números de 0 a 9, os sinais de pontuação e os códigos adicionais).

O *chip* do computador, ou seja, a peça fundamental de um *hardware*, não é mais do que um conjunto de vários milhares de "chaves" microscópicas que abrem ou fecham outros milhares de circuitos. Poderia-se representar por uma enorme cadeia de zero e um, ou uma sucessão de pontos e traços do código morse. Para tornar inteligível esta informação, os *bits* se agrupam em *bytes*, os *bytes* em palavras chaves (instruções). Estas por sua vez, formam uma *linguagem*.

A linguagem de um computador (existem várias: Basic, Cobol, Fortran, Pascal, Logo etc) é o conjunto de palavras chaves e regras de sintaxe que processam a informação, tal como a gramática e o dicionário organizam os sons da linguagem humana.

Os esforços tendentes ao desenvolvimento da pesquisa científico-técnica não consideraram, no entanto, as técnicas de computação um caso excepcional. Foram-lhe dedicados esforços importantes, mas não maiores que aos outros campos. Com essa concepção, se criaram empresas, institutos de pesquisa e projetos nacionais, a cargo dos órgãos de planejamento que regem a política de computação da economia cubana, baseada no princípio da organização socialista.

A experiência do censo de 1969, no qual foram usados equipamentos mais sofisticados, de procedência francesa, demonstrou que a computação em um país em vias de desenvolvimento, socialista e bloqueado — como é o caso cubano — é válida para a solução dos problemas técnico-científicos.

“No início de nossa gestão, tínhamos que convencer o usuário das conveniências dessas técnicas, as quais têm agora uma projeção nacional. Hoje elas são usadas nas empresas e até nas entidades da administração central do Estado, embora sua disponibilidade esteja relacionada com a dos equipamentos”, explicam os especialistas do Instituto Nacional de Sistemas Automatizados e de Computação (Insac).

Isto é, a demanda dos serviços da computação avança estreitamente relacionada com o desenvolvimento da política econômico-social de Cuba. E seus principais usuários se encontram nos setores da pesquisa científica, educação e saúde pública.

O caráter socialista da economia cubana é uma vantagem para a computação, já que existem sistemas uniformes em escala nacional para o controle estatístico. Funcionários do Insac e da Universidade Central de Las Villas (instituição docente na qual se fundou em 1973 o primeiro centro de cálculo no setor educacional cubano), calculam que os níveis atuais do uso da computação são mais avançados neste país se comparados com qualquer outra nação do chamado Terceiro Mundo.

No setor da saúde pública, a computação é usada em maior ou menor grau em quase toda a rede hospitalar dos níveis secundário e terciário, composta por mais de 200 centros assistenciais, como auxiliar para o diagnóstico.

Por outro lado, o programa de estudos de numerosas carreiras universitárias e de outros centros de ensino superior dedica especial atenção a essas técnicas, que inclusive são explicadas em cursos de pós-graduação ou especialmente dirigidos à preparação de técnicos.

Ao falar sobre a formação dos quadros nacionais, o professor Ricardo Bravo, diretor do Instituto de Informática da Universidade Central de Las Villas, explicou que esse Centro foi o primeiro a formar profissionais em computação no país. Esses profissionais trabalham hoje em qualquer

parte do território cubano e se se organizassem em um só centro, este seria a entidade mais forte de toda a América Latina. Bravo assinalou que somente na Faculdade de Matemática e Cibernética dessa universidade formaram-se mais de 250 especialistas nos últimos cinco anos.

O futuro

Essa política assegura o contínuo aumento da eficiência das técnicas instaladas e o aperfeiçoamento das estruturas.

Quanto ao desenvolvimento de uma tecnologia própria, o Insac prosseguirá seu programa de minicomputadores, ao mesmo tempo que serão adquiridos equipamentos maiores e serão ampliadas as redes terminais.

Também aumentará a fabricação de peças de reposição, tanto para o consumo nacional como para exportar àqueles países que, como Angola, Etiópia, Moçambique, Vietnã, Nicarágua e outros, adquiriram o computador CID.

A utilização do idioma espanhol na comunicação homem/máquina é outro dos objetivos daqueles que dirigem a política cubana em sistemas automatizados e de computação. Os especialistas do Insac explicam que como esta atividade está se tornando cada vez mais difundida, impõe-se a utilização do idioma nacional, já que não é possível, por exemplo, que todos conheçam o inglês, língua geralmente utilizada sobretudo na elaboração dos programas.

Existe a experiência de um esboço de programação em espanhol elaborado por especialistas cubanos que teve bastante aceitação. O trabalho não é fácil e são poucas as tentativas que nesse sentido foram feitas em outros países, embora no México esteja se trabalhando com esse mesmo objetivo e na Espanha tenha sido feito um programa especial para o ensino.

O minicomputador de língua espanhola permitirá reforçar o uso maciço dessas técnicas a um baixo custo, onde antes era proibitivo instalar um equipamento. No ensino, por exemplo, não só será utilizado nos cursos superiores, mas também no secundário e primário. Existe, inclusive, o propósito de colocar nas mãos de cada pesquisador científico seus próprios meios de computação, o que resultará em uma maior qualidade de seus trabalhos e em uma conclusão mais rápida do processo investigativo.

A computação, técnica de hoje e do futuro, é uma realidade que marca o dia-a-dia político, econômico e social cubano.

A revolução tecnológica e educacional é precisamente um dos pilares do desenvolvimento maciço da computação a serviço de um homem que vive em uma sociedade que não lhe é alheia. ●

Congo: do petróleo ao computador

A Informática chegou à República do Congo na metade da década de 60, quando vários países da África Ocidental resolveram unir esforços para criar uma base local de desenvolvimento tecnológico em torno de um organismo chamado Cite (Centro de Informática Trans-Equatorial). Mas por razões mais políticas do que econômicas, o Congo acabou abandonando a organização com prejuízos acumulados da ordem de quase um milhão de dólares.

Decepcionados com o fracasso da experiência, os dirigentes congolezes fundaram em 1973 o Escritório Nacional de Informática (OCI), na tentativa de criar uma estrutura própria de desenvolvimento da Informática dentro de uma economia planificada. A OCI conseguiu sobreviver a duras penas durante dois anos enfrentando uma concorrência externa que o país não tinha condições de suportar. As receitas do Estado congolês vêm basicamente da exploração do petróleo (90% das exportações e 30% do PNB) e da atividade das indústrias de extração de minerais, ambas com uma forte participação de empresas transnacionais. Assim elas impulsionaram o desenvolvimento da Informática em dois setores: petrolífero e bancário, contando com o apoio estatal naquilo que foi classificado pelos especialistas como um modelo semelhante ao da Venezuela e minado por desequilíbrios.

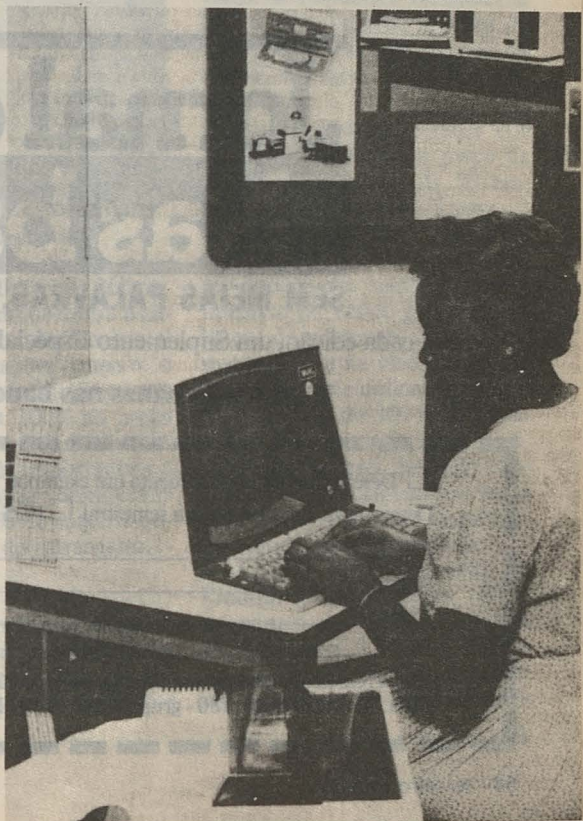
Em 1975, o Estado decidiu nacionalizar o embrionário setor da Informática, entregando ao OCI o papel de coordenar o mercado nacional. Em junho de 1976, o OCI já exercia um monopólio, tanto no que se refere ao fornecimento de material como ao desenvolvimento de pesquisas e novas aplicações da Informática. O setor petrolífero e o bancário passaram gradualmente ao controle do OCI.

Um novo esquema nacional foi incluído no plano quinquenal de 82 a 86, confirmando esta estrutura centralizada, ao mesmo tempo em que introduziu novas prioridades estratégicas (criação de bancos de dados e acesso às informações estocadas no exterior), logísticas (formação de pessoal para manutenção e criação de estoques de peças), e técnicas (renovação do equipamento). Estas priorida-

des refletem uma preocupação por um desenvolvimento independente e uma autonomia tecnológica. Mas, os autores do plano admitem que países como o Congo, mesmo orientados por uma doutrina marxista-leninista, são obrigados a importar tecnologia moderna dos países capitalistas mais avançados, e reconhecem que o impacto da Informática nos países pobres é de tal ordem que resulta utópico dar-lhe um caráter neutro dentro do processo de desenvolvimento.

O pragmatismo dos dirigentes congolezes fez com que no plano infra-estrutural, a escolha recaísse sobre sistemas não muito sofisticados que seriam usados na criação de uma rede nacional de telecomunicações. Também houve a preocupação de evitar uma concentração excessiva dos meios informáticos tendo em conta as condições peculiares do desenvolvimento de um sistema como este, num país pobre na África. Aproximar a Informática dos seus consumidores foi também uma das preocupações centrais do plano. As consequências esperadas de um planejamento como este são a maior eficácia e uma administração mais racional dos recursos disponíveis. Tudo isto acompanhado de uma política tarifária que equilibrasse os custos do novo sistema com as disponibilidades.

O Congo decidiu nacionalizar o setor da Informática



* Extraído da revista Terminal-França, abril-1984.



80% dos computadores africanos estão em 9 países

Indústria local

O plano congolês se inspirou nos exemplos da empresa estatal Cobra do Brasil, e da Ecil, da Índia, no sentido de tentar criar um mínimo de de-

senvolvimento local no plano da manufatura de equipamentos eletrônicos, baseados na utilização da tecnologia de domínio comum. Ao mesmo tempo, outra prioridade do plano se refere à formação local de técnicos em manutenção de computadores com o objetivo não só de romper a dependência externa no setor, como permitir a necessária intimidade do pessoal semi-qualificado com os novos equipamentos. Também foi previsto um projeto de reconversão do pessoal que teve suas atividades afetadas pela introdução da nova tecnologia.

Para serem alcançados esses ambiciosos objetivos, o plano quinquenal prevê recursos da ordem de 5,5 milhões de dólares, o que corresponde a aproximadamente 0,15% do orçamento nacional. É uma percentagem alta comparada com a média de 0,10% registrada nos orçamentos dos demais países africanos na mesma categoria econômica. Essas verbas serão basicamente aplicadas em 75 projetos de informatização de atividades econômicas essenciais e na ampliação para 18 do número de centros de computação existentes no país. Dada a carência de pessoal qualificado, o governo prevê recursos a especialistas estrangeiros, notadamente franceses da organização Sinorg, que já participa do desenvolvimento de planos informáticos no Senegal e Costa do Marfim.

Jornal do País Nas bancas

SEM MEIAS PALAVRAS, SEM MEIAS VERDADES.

Em cada edição, um Suplemento Especial de 8 páginas sobre a realidade brasileira.

Todas as semanas nas bancas. Distribuição nacional.

☐ Desejo receber gratuitamente um exemplar de arquivo do Jornal do País.

Desejo fazer uma assinatura semestral ☐ (Cr\$ 12.000,00); trimestral ☐ (Cr\$ 6.000,00).

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Estado: _____

Estou remetendo cheque nominal ou vale postal em anexo em nome da Editora Século Vinte Ltda., à rua da Lapa, 180 - grupo 1104/1106 - Tel.: 222-5771 - CEP 20241 - Rio de Janeiro.

A frágil estratégia desenvolvimentista

As violentas manifestações de abril passado colocaram em primeiro plano esse país do Caribe e confirmaram que as receitas do FMI debilitam a democracia

Mark Fried

Apenas uma semana depois de Reagan ter chamado a República Dominicana de "um modelo para a democracia", em meados de abril passado, as ruas das principais cidades do país estavam manchadas de sangue. Após três dias de violentos motins, ali jaziam mortos pelo menos 55 dominicanos (observadores não oficiais estimaram o número de mortos em quase 200), atacados pelas forças policiais. Milhares de soldados fortemente armados patrulhavam as ruas: cinco emissoras e um canal de televisão se encontravam fechados por haver informado sobre os acontecimentos; se encontravam detidas cinco mil pessoas e desaparecidas mais de uma centena.

Apesar das declarações oficiais que culpavam incitadores de direita e de esquerda, os meios de informação documentaram que foi um levante espontâneo, uma reação ao aumento de 50% no preço dos alimentos básicos.

Esses aumentos foram impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) — entre outras medidas — como condição prévia para um empréstimo que permitiria à República Dominicana continuar pagando sua dívida ex-



Salvador Jorge Blanco

terna de 2,6 bilhões de dólares. O Fundo também decretou a eliminação de todo subsídio estatal para as importações (menos o petróleo), causando assim aumentos de 50 a 100% no preço dos produtos industriais. A maioria deles são importados e a reduzida indústria dominicana depende em 80% de matéria-prima proveniente do estrangeiro.

A crise

Como a maioria dos países do Terceiro Mundo, a economia dominicana gira em torno da exportação de poucos produtos

primários. O açúcar representa aproximadamente 50% da receita externa e, em menor escala, exporta ouro, ferro-níquel, café, tabaco e cacau. Devido à queda da demanda (menos do ouro) e do preço dos produtos como consequência da recessão econômica nos países desenvolvidos, a República Dominicana sofreu uma redução drástica de sua renda, o que por sua vez resultou em uma grave crise financeira.

É uma história comum nos países dependentes: o preço da libra de açúcar caiu de 50 centavos de dólar em 1975 para 12 centavos em 1980 e aproximadamente 5,6 centavos atualmente. Isto se faz sentir de modo imediato no déficit global do balanço de pagamentos, que aumentou de uma média anual de 100 milhões de dólares em 1978-80 para mais de 300 milhões em 1982. E com isso surge a necessidade de recorrer de modo crescente ao financiamento externo para poder continuar importando o que o país não produz.

A taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) se reduziu de 5,25% ao ano em 1979-80 para 3,5% em 1981 e para 1,5% em 1982, embora tenha se recuperado em 1983 para

terceiro mundo - 55

4%, enquanto o total da receita fiscal de 1982 foi inferior em 5,2% ao de 1981 e em 3,7% ao de 1980. Portanto, torna-se cada vez mais difícil para o governo cumprir com suas obrigações financeiras.

quando em 1982 o governo dominicano se viu obrigado a pedir um empréstimo de emergência ao FMI. Um dia depois de assumir a presidência, Jorge Blanco deu início às gestões, resultando na concretização em janeiro de



O peso da crise cai sobre as classes populares

O valor da moeda nacional também não fica muito atrás nesse processo: embora a taxa de câmbio oficial mantenha a paridade com o dólar, no importante mercado paralelo o peso dominicano passou de um valor de 83 centavos de dólar em 1976, para 77 centavos em 1981, 68 centavos em 1983 e, com a drástica redução do mercado oficial decretada pelo FMI, para 35 centavos atualmente.

A taxa de desemprego oficial superou os 24% em 1982, enquanto o Instituto de Estudos da População e Desenvolvimento (IEPD) prevê um desemprego de 32,6% em 1985 e de 35,8% em 1990, ou seja, um milhão de dominicanos sem trabalho. É de se esperar um aumento correspondente na migração clandestina para os Estados Unidos que atualmente se calcula em 900 mil, de uma força de trabalho total que apenas supera os dois milhões.

O Fundo e suas fórmulas

Poucos ficaram surpreendidos

1983 de um convênio de financiamento de 459,5 milhões de dólares a serem pagos em três anos.

A República Dominicana recorreu aos direitos especiais de saque do FMI 17 vezes desde 1950, mas nunca na escala atual: este crédito equivale ao dobro de todos os empréstimos anteriores juntos, e a mais de 67% da receita fiscal de 1982.

Segundo o secretário de finanças José Rafael Abinader, o acordo não implicou nenhum aumento na dívida pública, e sim numa economia de 40 milhões de dólares devido aos baixos juros concedidos. Esclareceu que não entrará no país nem um centavo dos 459,5 milhões de dólares, posto que a totalidade dos fundos são utilizados pelo Banco Central para pagar cobranças, cartas de crédito, atrasos com o comércio e outras dívidas do governo com organismos internacionais que já se encontram vencidas.

Ainda que o dinheiro vá diretamente para os credores estrangeiros da nação, o acordo com o

Fundo efetivamente teve ramificações internas em função da política econômica que o FMI exige em troca do recebimento de suas facilidades financeiras. Estas chamadas fórmulas de recuperação tradicionalmente se caracterizam pela restrição dos gastos públicos, aumentos impositivos, liberação de preços, congelamento de salários, racionalização das empresas estatais e a concessão de incentivos aos exportadores. A República Dominicana não foi nenhuma exceção. Segundo o raciocínio monetarista que predomina no FMI, tais medidas se encaminham para reduzir ou eliminar o déficit fiscal do Estado e aumentar sua captação de divisas, o que por sua vez contribui supostamente para "sanear" a economia do país.

Especialistas financeiros reconhecem que estas medidas também fazem cair o peso da crise sobre as classes populares e os empresários nacionais, em benefício das corporações transnacionais. Isso porque inevitavelmente implicam em demissões maciças e a proscrição tanto dos programas de emprego público como dos subsídios estatais para o consumo popular. Restringindo o mercado nacional, debilitam a indústria que produz para o consumo interno frente aos exportadores, que frequentemente são de capital estrangeiro. Também barateiam as exportações do país em benefício dos países compradores.

As "zonas francas"

Funcionários da presidência dominicana insistem em que o empréstimo do FMI e as medidas que o acompanham são necessidades temporárias a fim de assentar as bases para um desenvolvimento sólido a longo prazo. A semelhança de quase todas as nações do Caribe, a estratégia desenvolvimentista que a República Dominicana seguiu se baseia

na maximização dos investimentos estrangeiros.

O *modus operandi* preferido pelos investidores estrangeiros no Caribe desde há uns 15 anos são as chamadas "zonas francas industriais": áreas costeiras onde se instalam fábricas que, utilizando somente matéria-prima importada, produzem exclusivamente para a exportação. A única participação nacional é constituída pela mão-de-obra. Além de inusitadas concessões impositivas, as empresas nas zonas francas gozam das vantagens da proibição de qualquer atividade sindical e tem uma grande facilidade para desmontar tudo e partir em caso de conflito social ou uma atitude nacionalista da parte do governo.

Os críticos afirmam que as zonas francas não constituem nenhuma base para o desenvolvimento de uma indústria nacional, já que se orientam para servir os interesses de um mercado estrangeiro. Sustentam ainda que ao invés de fomentar a independência econômica, tornam a economia do país cada vez mais vulnerável aos vaivéns dos países desenvolvidos.

Contudo as zonas francas efetivamente geram divisas e empregos a curto prazo. As três zonas francas que operam atualmente na República Dominicana produziram 61,5 milhões de dólares em 1982, sendo a quinta fonte mais importante de divisas. E segundo estatísticas do Banco Central, 18.600 novos empregos foram criados por elas entre 1971 e 1981. Por isso, apesar da carência atual de novos investidores, o Estado dominicano estuda a possibilidade de financiar até 70% da construção de novas zonas francas.

A guerra de concessões

Em razão da recessão econômica mundial, o volume total dos investimentos no Caribe diminuiu notavelmente nos últi-

1984 - Julho - no. 68



A repressão nas ruas de Santo Domingo deixou centenas de mortos

mos anos. Esta situação conduziu os países caribenhos a disputar entre si os poucos investimentos disponíveis.

A necessidade de manter sempre uma atitude aberta perante as transnacionais atou as mãos dos governos caribenhos e pode explicar porque, apesar de existir um regime democrático, o movimento sindical dominicano experimentou uma forte repressão com a recusa deste governo de tornar efetivas as leis trabalhistas.

O modelo social-democrata

A dupla meta proposta por Jorge Blanco — liberdades democráticas e justiça econômica — sintetiza bem tanto os anseios de seu povo como o projeto global da social-democracia: conseguir o desenvolvimento econômico sem sacrificar a democracia política e vice-versa. No entanto, existe certo ceticismo quanto à sua viabilidade no marco proposto pelo atual presidente.

Na Europa Ocidental, berço

da ideologia social-democrata, o modelo foi viável graças a um amplo excedente que permitia a redistribuição da renda. Porém nestes dias de crise, mesmo no velho continente a social-democracia passa por momentos difíceis. Em função disso, muitos analistas acreditam que no Caribe dependente e subdesenvolvido, à mercê do FMI e das corporações transnacionais, será muito problemática a realização do projeto social-democrata.

O êxito do programa de recuperação escolhido pelo governo dominicano — baseado na entrada de capital estrangeiro no país mediante empréstimos e investimentos — poderia oferecer ao país, a longo prazo, algum alívio para a sua crise. Porém, pela fórmula do FMI, esse caminho acarreta, a curto e médio prazo, uma marcada redução no nível de vida do povo. E quando o povo se nega a submeter-se, como se evidenciou em abril, fica claro que a estratégia desenvolvimentista põe em xeque a democracia. ●

terceiro mundo - 57

O fracasso das "ofensivas finais" indonésias

Apesar dos muitos planos traçados e de uma violência recrudescente, o exército de Jacarta não consegue vencer a resistência maubere

Alberto Costa Alves

“A situação está pesadíssima. A guerra continua. O genocídio da população deste verdadeiro campo de concentração continua. Cada povoado não passa de um curral, onde o militar vai escolher a quem matar ou torturar. Pagam altos preços a espiões para acusarem a quem desejam eliminar; esta é a forma de guerra espalhada por toda esta terra. A outra é quando os invasores são surpreendidos nas estradas pela resistência ativa e dura, ou surpreendidos nos próprios postos onde se aquartelam: nesses assaltos morrem alguns dos ocupantes: em menos de um mês (de fevereiro a março) só numa região¹ (não a mais violenta) enterraram cerca de 50 desses ocupantes. É apenas um índice da dureza da luta que continua. No princípio deste mês o supremo comando local do ocupante indonésio avisou que dera ultimato de um mês para os da terra se entregarem... senão iriam matar todos. Estão também furiosos porque a igreja não chama a resistência para se render (e depois matarem-nos todos, como é costume); é por essa razão que três missões importantes sofreram muitas ameaças dos ocupantes e impediram o padre de se deslocar, prenderam os catequis-

tas, espancaram professores e alunos das escolas das missões a título de que esta tinha uma emissora para transmitir para a resistência!

A atitude agora é de perseguição cada vez mais descarada à igreja, não tanto pelos islamitas, mas pelo governo interessado na conquista deste palmo de terra. E a razão é só porque a igreja local não coopera eficazmente em atrair todos à rendição, para acelerar o genocídio da população”.

Esta carta de um padre católico, vinda de Timor Leste e datada de março de 84, resume a situação um ano após o cessar-fogo celebrado na área de Lariguto entre os responsáveis da Fretilin e da Indonésia, (ver *cadernos do terceiro mundo* nº 57, agosto/83).

Em agosto do ano passado, numa transmissão especial de rádio em Baucau, principal centro operacional das forças ocupantes, o general Murdani, comandante-em-chefe das forças arma-



Destacamento das Falintil: quase nove anos de resistência ao invasor

¹Região de Ainaro-Same.

das indonésias, ameaçava: "Atacaremos sem misericórdia". E, desde então até o momento, a guerra conhece o seu período de confrontação mais acesa desde 1977. Como é habitual, os indonésios definiram um prazo curto (31 de dezembro de 1983) para término de mais esta "operação final" destinada ao extermínio da resistência maubere, "mas o resultado da operação militar não se vê", dizia monsenhor Ximenes Belo, atual administrador apostólico da diocese de Dili, em carta dirigida ao seu antecessor, monsenhor Martinho Lopes (ver cadernos, nº 58).

"Acabou-se a brincadeira"

Após vários incidentes de pequena escala, tudo recomeçou em 8 de agosto do ano passado com um confronto envolvendo militares indonésios e a população de uma aldeia próxima de Viqueque. À violação de mulheres e humilhação de ho-



Março de 83: conversações entre o comandante indonésio, cel. Purwanto (à esq.) e o comandante das Falintil, Xanana Gusmão (ao centro)

mens, no decorrer de uma festa, teria se seguido uma resposta violenta por parte da população, orientada por guerrilheiros da zona. Os militares são abatidos e, no dia seguinte, a aldeia é massacrada.

"Acabou-se a brincadeira" sentenciou o chefe do estado maior-general das forças armadas indonésias, Benny Murdani, refe-

rindo-se aos quase cinco meses de tréguas. A advertência dirigia-se especialmente ao grupo político-militar que, nas esferas do poder em Jacarta, advogara a experiência. Em Dili, 600 pessoas são presas e enviadas para Bali, ilha turística defronte a Java, sede da região militar que controla a ocupação de Timor Leste. Enquanto isso, a polícia política in-

GOVERNO PORTUGUÊS IGNORA PLANO DE PAZ DA FRETILIN

☐ A adoção do Plano de Paz da Fretilin pela Reunião de Cúpula da Praia, em dezembro de 1983, que reuniu os chefes de estado dos cinco países africanos de língua portuguesa não recebeu qualquer comentário de fontes próximas dos órgãos governamentais de Lisboa.

O governo de Mário Soares continua a ignorar a resistência maubere mantendo a sua posição que consiste em reafirmar que "todos os esforços foram feitos", e que as negociações com a Indonésia deverão incidir, exclusivamente, sobre "aspectos humanitários e culturais". A política seguida pelo governo português em relação à situação vivida na sua ex-colônia asiática, constitui um ponto importante de divergência de Lisboa com os "cinco", que defendem negociações diretas tripartites no quadro da ONU, propostas no Plano de Paz da Fretilin¹:

I. No âmbito das Resoluções 1514 (XV) e 1541 (XV) da Assembleia Geral da ONU, sob a mediação do secretário geral dessa Organização, deverão ser encetadas conversações diretas entre

Portugal, Indonésia e Fretilin, no quadro das Nações Unidas para debater:

a — A constituição de uma Força de Paz da ONU ou uma Força Multinacional, devendo assegurar a sua imparcialidade como condição indispensável para garantir e viabilizar:

— o funcionamento de uma Administração Transitória;

— a implementação correta das decisões tomadas ao longo do Processo de Diálogo sobre o estacionamento das forças beligerantes — as Falintil e as Forças Armadas Indonésias.

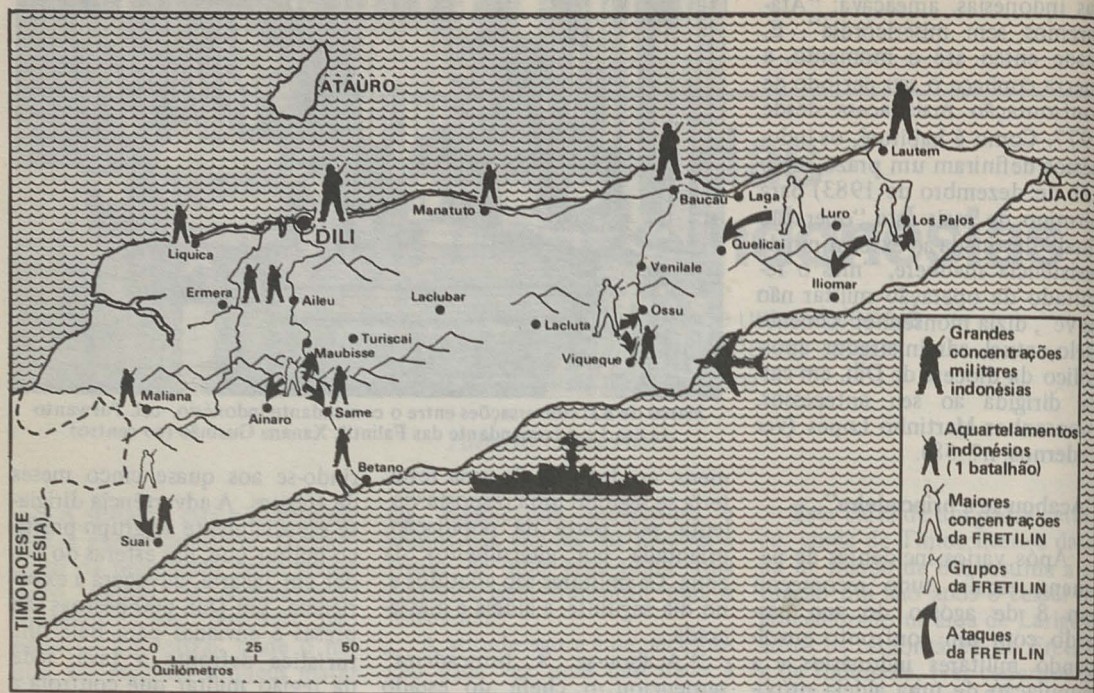
b — A organização de consultas livres e democráticas ao povo maubere.

c — A marcação de uma data para a transferência da soberania.

II. Reserva-se à Austrália o direito de participação nas conversações como observador.

III. Mais observadores poderão ser aceitos desde que proposto em igual número por cada uma das partes referidas no ponto I e acordados por todos.

¹ Apresentado ao governo indonésio durante as conversações de 23 de março de 1983 que restabeleceu o cessar-fogo até 8 de agosto do mesmo ano.



Partindo de testemunhos de refugiados mauberes, o jornal *Expresso* elaborou este mapa militar de Timor Leste. O barco e o avião representam a origem dos bombardeios marítimos e aéreos do exército de Jacarta

veste às cegas contra a organização clandestina da Fretilin nas zonas ocupadas. A idílica paisagem de Bali é perturbada. Os australianos que regressam de férias dão conta da situação e os importantes ingressos de moeda estrangeira começam a ficar em perigo. Os efeitos internos também são importantes. O "estigma" de Timor Leste é injetado muito próximo da metrópole javanesa, numa zona de razoável circulação de informação.

Superioridade tática das Falintil

A estratégia indonésia tem, no entanto, objetivos essenciais que não podem ser adiados: apertar o cerco à parte leste do país, desarticular a organização clandestina nas áreas ocupadas e cortar o fluxo de informação para o exterior.

"Com as forças do exército concentradas na parte leste de

Timor, a Fretilin, sábia e silenciosamente, retirou-se para o centro, fronteira e costa sul. Recentemente atacou Talo, Hatolia e Balibó para grande surpresa e desespero dos comandantes indonésios".² Trata-se de uma situação que a reunião do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional (CRRN) — órgão supremo da condução da luta —, realizada entre 16 e 18 de março passado, caracteriza como de "superioridade tática das Falintil na atual fase da contra-ofensiva estratégica", marcada pela mobilização de material pesado e de grandes contingentes militares inimigos, abertura de novas frentes no setor da fronteira norte, preenchendo a totalidade do espaço nacional.

A contrapartida indonésia não varia: terra queimada, mobilização forçada da população, massacres, tortura, violações.

A exemplo de anos anteriores, Jacarta tudo tentará para

chegar à Assembléia Geral das Nações Unidas com uma novidade de sensação, passível de fazer inclinar irreversivelmente o tabuleiro das votações a seu favor e silenciar o problema nas instâncias internacionais, questão a que a ditadura de Suharto é muito sensível.

Murdani: um poder temporário?

Os sucessivos adiamentos dos prazos autopropostos para cumprimento dos objetivos militares não auguram bons auspícios para a estratégia militar indonésia. Recorde-se, a este propósito, o preço pago pelo governo indonésio no debate de 1982 na ONU, coincidente com uma persistente ofensiva da resistência maubere, e o adiamento, proposto por Jacarta, da votação em 1983. mui-

²Carta enviada ao interior do território e datada de 26 de dezembro de 1983.

to próxima do recomeço das hostilidades. Existe uma correlação muito forte entre a situação militar e o debate e votação na ONU.

No que diz respeito à presente ofensiva, vários são os observadores que consideram ser o poder delegado ao general Murdani, apenas temporário, resultante dos compromissos elaborados entre facções cada vez mais divergentes no interior do regime. Os mesmos observadores pensam que se Murdani não atingir o objetivo proposto, a posição centralista e arbitral de Suharto pode-

rá inclinar-se para a ala que vê na continuação da guerra uma fonte de desequilíbrios e rupturas favoráveis, a prazo, ao próprio colapso do regime. A passagem de altas patentes militares para a oposição, a união em torno do ministro das Relações Exteriores, Adam Malik, de figuras e forças partidárias da abertura, assim como a meteórica ascensão do antigo presidente do Instituto de Ajuda Legal, Nasution, muito prestigiado pelas batalhas legais de defesa de presos políticos, camponeses e estudantes, apontam para mudanças profundas

no regime e limitam a margem de manobra dos condutores da guerra em Timor.

Murdani terá em suas mãos — pelo menos é isso que se pensa em meios oposicionistas indonésios — a última oportunidade de enfrentar a resistência maubere na perspectiva de uma solução militar. O que se vier a passar na Assembléia Geral das Nações Unidas do corrente ano, bem como os resultados obtidos até setembro em mais esta “ofensiva final” em curso pelos indonésios permitirão algum esclarecimento sobre o quadro descrito. ●

BISPOS INDONÉSIOS ROMPEM O SILÊNCIO

□ Dois meses após o recomeço da guerra, ou seja em outubro do ano passado, o monsenhor Ximenes Belo, administrador apostólico da diocese de Dili, protestava contra o terror imposto pelos ocupantes indonésios, nomeadamente a detenção de padres. Monsenhor Ximenes Belo sucedeu, em maio de 1983, ao monsenhor Martinho Lopes na sequência de um processo controverso para calar a voz de uma figura profundamente prestigiada em Timor Leste e no estrangeiro. (Ver cadernos nº 57, agosto/83).

Efetivamente, a substituição do velho prelado timorense por monsenhor Ximenes Belo deixou apreensivos os setores que se solidarizam com a causa maubere pela forma como tal nomeação foi efetuada e pela sua não consonância com a maioria dos padres residentes naquela antiga colônia portuguesa. Porém, passada a fase de interrogações, se poderá afirmar que a ação de monsenhor Ximenes Belo à frente da diocese de Dili marca pontos em três aspectos importantes: defesa da integridade física da diocese de Dili, não autorizando a transferência da paróquia do enclave de Oé-Cusse para a diocese de Atambua no Timor-Oeste, na denúncia das atrocidades e na tomada de posição da Conferência Episcopal indonésia, em novembro de 1983.

Muito cautelosa, como seria de esperar num país com 90% de muçulmanos, a mensagem dos bispos indonésios expressa “a sua solidariedade e amizade para com os fiéis e o povo de Timor Leste, que estão sendo submetidos tanto física como espiritualmente, às mais duras prova-



Monsenhor Martinho Lopes

ções”. A carta dos bispos indonésios representa no entanto uma significativa alteração à posição até agora assumida face à antiga colônia portuguesa ocupada pela ditadura militar de Suharto.

Suspeita de cumplicidade com o regime quando insinuava a integração eclesial de Timor Leste à igreja indonésia, a posição da Conferência Episcopal pauta-se agora por “assegurar na prática o reconhecimento e o respeito por aquelas coisas consideradas mais sagradas pelo povo de Timor Leste: a sua religião, a sua família, a sua terra”. O que era, seis meses antes, preponderância das posições de monsenhor Pablo Puente, prô-núncio acreditado em Jacarta, na determinação da saída de monsenhor Martinho Lopes e de aceitação da ocupação de Timor Leste pela Indonésia, é agora “solidariedade” e “reconhecimento” pelas mais veementes pretensões do seu povo. Em paralelo com os faccionamentos no poder político-militar, a igreja católica indonésia é, também ela, atravessada pela evolução da guerra em Timor. A ponto de a própria visita papal a Jacarta, enquadrada no périplo do leste e sudeste asiáticos, ter malogrado devido à situação em Timor.

“O apartheid não tem reabilitação”

O ANC envia Joe Jele, responsável pelo seu departamento internacional, à Europa, para contrabalançar a visita do primeiro-ministro Botha

Francisco C. Gomes

“Não podemos permitir qualquer tipo de reabilitação do regime do *apartheid* por parte da comunidade internacional...” afirmava em Lisboa, poucas horas antes da chegada de Botha, Joe Jele, responsável pelo Departamento Internacional do ANC — Congresso Nacional Africano, da África do Sul — que concedeu esta entrevista exclusiva aos “cadernos do terceiro mundo”.

A visita do primeiro-ministro da África do Sul à Europa não constitui porém o tema exclusivo da longa conversa com Joe Jele. As relações entre o ANC e a Frelimo após a assinatura dos acordos de Nkomati, a estratégia político-militar do ANC na presente conjuntura, o significado real da ação diplomática que vem sendo implementada pelo governo sul-africano nos últimos tempos e que culminou com a visita de Botha a sete países europeus — Portugal, Inglaterra, Alemanha Federal, Bélgica, França, Suíça e Itália — foram outros dos temas abordados.

A convite do Comitê Português Contra o Apartheid, Joe Jele participou em diversas manifestações de repúdio pelo regime racista e contactou ainda dirigentes políticos e grupos parlamentares de partidos representados



Joe Jele: mobilizar a opinião pública internacional

na Assembléia da República portuguesa.

Na sequência do acordo de Nkomati, firmado pelos governos de Pretória e da República Popular de Moçambique, alguns órgãos de comunicação social ocidentais têm noticiado a existência de divergências entre a Frelimo e o ANC (African National Congress) quanto à oportunidade e, sobretudo, às implicações políticas desse acordo. Estas notícias têm algum fundamento?

— As relações do ANC com a Frelimo sempre foram fraternas, calorosas e cordiais. Nunca estiveram sujeitas a “alterações repentinas” porque foram forjadas no fogo da luta, ao longo dos anos. A Frelimo enfrentava então o colonialismo português; por seu lado o ANC combatia — como vem fazendo desde que foi fundado há 72 anos — o regime do *apartheid*, a brutalidade da discriminação racial. Apesar de todas as dificuldades por que passamos, mantivemo-nos, sempre, estreitamente ligados e soli-

dários. Por isso mesmo, esperamos que o acordo de paz assinado pelo regime de Pretória e a República Popular de Moçambique em nada venha a afetar as relações entre o ANC e o partido irmão de Moçambique, a Frelimo.

Que leitura o ANC faz dos acordos de Nkomati?

— O ANC entende claramente as razões que levaram a República Popular de Moçambique a assinar esses acordos. Nós sabemos que o governo moçambicano foi forçado, compelido a assiná-los pela África do Sul e seu aliado, os Estados Unidos. Para tanto, foi utilizada uma ampla combinação de recursos, a saber: ofensivas diplomáticas, chantagem e sabotagem econômicas, a agressão militar direta por forças sul-africanas, sem esquecermos o importante apoio logístico oferecido aos bandidos da MNR,¹ que têm espalhado a morte e a destruição nesse país. A combinação destes diferentes elementos compeliu as autoridades moçambicanas a assinarem esses acordos.

A luta no interior da África do Sul

Após Nkomati, a Frelimo e o ANC mantêm os mesmos pontos de vista quanto à problemática da África Austral?

— A Frelimo tem sustentado sempre as posições do ANC no seu combate contra o regime do *apartheid*. Apesar de todas as dificuldades que tem enfrentado, Moçambique continua a manifestar a sua frontal oposição ao regime do *apartheid* e a apoiá-los nos planos político, diplomático e moral. Isso é o que importa.

Dada a nova conjuntura política na região, o ANC viu-se obrigado a modificar, de algum modo, a sua estratégia político-militar?

— O Congresso Nacional Africano, tendo em consideração o poder econômico e militar do regime racista da África do Sul e a pressão que este vinha desenvolvendo sobre os países vizinhos, já havia previsto uma conjuntura muito semelhante à que agora está configurada na região.

Por esta razão, a nossa estratégia se baseia no desenvolvimento e intensificação da luta no interior da África do Sul. Isto é comprovado pelos ataques que o *Umkhonto we Sizwe* — braço armado do ANC — tem desenvolvido contra alvos do regime racista, numa verdadeira escalada das ações militares.

De qualquer modo, o ANC nunca adotou uma estratégia estática. Pelo contrário, a nossa estratégia é dinâmica e vai atingindo gradualmente níveis superiores de luta contra objetivos importantes para as forças do regime racista.

Isso quanto à estratégia adotada no plano militar; e ao nível da luta de massas?

— Penso que a influência do ANC no interior do país, desde que foi banido em 1960, nunca foi tão forte como agora. Se nos detivermos para analisar cada manifestação de protesto, cada reunião de massas que, cada vez mais, vão ocorrendo no interior do país, constatamos que aí se desfaldam as bandeiras do ANC por força da consciência popular. Isto, apesar de sermos um partido forçado à ilegalidade.

A esmagadora maioria do povo da África do Sul legalizou, por si só, o nosso movimento e o regime racista nada pode fazer contra esta situação. Um movimento popular deste tipo não pode ser detido. Na África do Sul, o ANC está em sua casa e em toda a parte. E o seu docu-

mento-base, a *Freedom Charter* (Carta da Liberdade, ver *cader-nos* nº 62) encontra eco em todos os lugares.

Como indício de uma futura África do Sul democrática e não-racista, é importante lembrar que inclusive setores da minoria branca estão se juntando a nós no combate que travamos contra o sistema do *apartheid* e adotando os princípios da nossa Carta da Liberdade.

Esta é mais uma prova da crise do regime o qual, no passado, gozou do apoio generalizado da população branca. É precisamente por isso, que o regime racista procura enfraquecer os países vizinhos e eliminar a nossa presença nesses mesmos países. Esquecem-se, porém, que um movimento que tem as suas raízes nas esperanças mais profundas do povo não pode ser eliminado. Como já anteriormente me referi, a nossa estratégia não se baseia no estabelecimento de bases nos países vizinhos. A África do Sul é um país com uma indústria desenvolvida; a melhor estratégia consiste em desenvolver a luta no seu interior.

As reformas constitucionais

Coincidindo precisamente com a intensificação das ações militares do ANC, o regime de Pretória, ao lado de uma importante ofensiva diplomática, prepara-se para proceder a reformas de natureza constitucional. Refiro-me à criação dos parlamentos mestiço e indiano. Estas reformas afetarão a unidade do movimento popular anti-apartheid?

— Não. De modo algum. Acontece que devido ao desenvolvimento da nossa luta no interior, que veio a se intensificar após o levante de Soweto em 1976, o regime racista viu-se obrigado a encontrar novos métodos, de forma a adaptar o sistema do *apartheid* às condições

¹ MNR — Movimento Nacional de Resistência, organização contra-revolucionária que se opõe, na clandestinidade, ao governo do presidente Samora Machel e que é financiada pela África do Sul.

impostas pela pressão das massas populares. A nova Constituição, que institucionalizará a criação de parlamentos para brancos, indianos e mestiços, não significa mais do que um novo modo de perpetuação do regime racista. Porque estes "parlamentos" estarão organizados em bases raciais e não detendo qualquer poder efetivo.

A Câmara branca, com poderes e funções extremamente extensas, se ocupará de todos os assuntos do Estado, afetando todas as comunidades.

O "parlamento mestiço" com um estatuto menor, se ocupará exclusivamente de questões secundárias referentes à comunidade dos mestiços. O mesmo se dará em relação ao "parlamento" indiano.

Nós, os negros, que somos 21 milhões e constituímos a maioria da população da África do Sul, ficamos totalmente excluídos de qualquer representatividade quando, na verdade, nós é que deveríamos ocupar a maioria dos lugares no Parlamento...

O regime argumenta que os direitos da maioria negra são exercidos nos bantustões. Aliás, a política de bantustanização, já condenada pela comunidade internacional, continua a ser incrementada. Em suma, a opressão do nosso povo passa também pela manipulação de elementos da maioria negra que se dispõem a participar em pseudo-parlamentos tribais de inspiração racista e que contribuem para a continuidade do sistema.

No entanto, é importante salientar que a *United Democratic Front* — UDF (Frente Democrática Unida), fundada em janeiro de 1983 — cujo objetivo principal consiste na oposição frontal às reformas institucionais do regime — é a maior organização de massas criada na África do Sul desde que o ANC foi forçado à ilegalidade em 1960.

A UDF engloba nas suas fi-



Intensifica-se a luta no interior do país

leiras elementos das mais diversas correntes ideológicas, religiosas e de diferentes classes e estratos sociais. Como é óbvio, está aberta a pessoas de todas as raças.

O ANC considera a criação da UDF como um passo à frente na luta de massas?

— Evidentemente! O ANC apóia a criação de todo e qualquer movimento em defesa do povo oprimido, originário das mais diversas formações políticas e sociais, unidas numa plataforma de luta comum contra o racismo e pela liberdade na África do Sul.

O ANC considera a possibilidade de negociar com o regime de Pretória uma solução política, que contemple a criação de uma sociedade democrática e não-racial? Em que bases?

— Neste momento não consideramos a hipótese de negociar com o regime. Pensamos que as negociações poderão acontecer quando tivermos acumulado a força necessária nos planos militar e político. Então, será o próprio regime que virá procurar uma solução negociada.

Mobilizar a opinião pública européia

Esta sua visita à Europa realiza-se quase que simultaneamente com a visita do primeiro-ministro Pieter Botha. Trata-se exclusivamente de uma contra-ofensiva diplomática?

— De fato, o nosso objetivo com esta visita é a mobilização da opinião pública européia, particularmente nos países visitados por Botha, no sentido de reforço do apoio à nossa causa. Consideramos a *tournee* européia de Botha uma ofensiva diplomática importante do regime racista, e que visa quebrar o seu isolamento junto à comunidade internacional.

Agora, à luz dos acordos já estabelecidos, Pretória pretende apresentar-se como um paladino da paz na região da África Austral. Contudo, os crimes do *apartheid* no interior da África do Sul e na região, continuam a ser cometidos, e mesmo intensificados.

Consequentemente, não podemos permitir qualquer tipo de "reabilitação" do regime do *apartheid* pela comunidade internacional, sobretudo quando ela pode implicar a legitimação de "soluções" institucionais que torpedeem, inclusive, resoluções das Nações Unidas. Por exemplo, a que considera o *apartheid* crime contra a humanidade.

Não procuramos a solidariedade somente para com o ANC. Também pedimos a solidariedade de vocês para com a Swapo, que se defronta com problemas semelhantes aos nossos e é alvo do mesmo tipo de ações desenvolvidas pelo sistema do *apartheid*, e para os países da Linha de Frente, também eles, vítimas da agressão racista e que, como mais uma vez ficou evidenciado na reunião de cúpula de Arusha, se mantêm solidários para com as lutas de libertação dos povos da África do Sul e da Namíbia. ●

Reunião de Cartagena Nada de novo

Apesar das expectativas criadas em torno de uma conferência que podia ter aprofundado as discussões da reunião de Quito, os resultados não estiveram à altura do que se esperava

Maluza Stein

Três dias após o término da Reunião de Cartagena, em que 11 países da América Latina se reuniram e protestaram conjuntamente contra as altas taxas de juros internacionais, a taxa preferencial (*prime rate*) subiu novamente nos Estados Unidos. No dia 25 de junho, pela quarta vez consecutiva em quatro meses, a *prime* aumentou de 12,5 para 13%, fazendo com que a taxa de juros sobre a qual é calculada a dívida do Terceiro Mundo ficasse no nível mais alto des-

de outubro de 1982.

Para a América Latina, o novo aumento de meio ponto na *prime* significa um desembolso adicional de quase 2 bilhões de dólares. Para o Terceiro Mundo, em seu conjunto, a sangria é de mais de 5 bilhões anuais.

Considerado "provocativo" e "alarmante", o novo aumento da *prime* veio comprovar que não são suficientes os protestos enérgicos porém retóricos dos países endividados para que se estabeleçam mudanças importantes nos

atuais esquemas econômicos e políticos manejados pelas nações industrializadas.

Como já foi denunciado reiteradas vezes, a política de elevar os juros se liga ao gigantesco déficit público do governo dos Estados Unidos e, em geral, à orientação programática da administração de Reagan. Os republicanos, ao assumirem o governo em 1981, optaram por uma política econômica segundo os interesses estratégicos dos Estados Unidos, visando à recuperação de um poder hegemônico único do sistema capitalista. Para alcançar esse objetivo, segundo a nova ótica neoconservadora, era necessário fortalecer a economia interna norte-americana e "enfrentar o poder da União Soviética" em todas as partes do mundo. O diálogo Norte-Sul, mal ou bem levado a cabo durante o governo Carter, foi substituído pelo enfrentamento Leste-Oeste na administração Reagan. Uma nova guerra fria começou a imperar no mundo, com repercussões negativas em todas as áreas, inclusive nos próprios países aliados de Washington.

Na questão da economia in-



O presidente colombiano Belisario Betancur abre a reunião dos países devedores em Cartagena

terna norte-americana, a administração republicana optou por diminuir os impostos cobrados às grandes empresas e ao capital em geral, diminuir os gastos do Estado com a previdência social, mas elevá-los de forma muito significativa para as atividades de defesa, segurança e inteligência. Paralelamente, optou-se por uma política monetária restritiva. Em resumo, o *Welfare State* (Estado Assistencialista) foi substituído pelo *Warfare State* (Estado Belicista).

Tudo isso não seria tão grave se os Estados Unidos não fossem emissores de uma moeda, o dólar, que tem curso internacional, ou seja, é moeda de reserva do resto do mundo capitalista. Dessa maneira, inevitavelmente, qualquer medida de política econômica que os Estados Unidos adotem repercute, de forma imediata ou mediata, nos demais países do sistema.

Em geral, a principal fonte de recursos internos financeiros de um governo provém da arrecadação fiscal ou da emissão de moeda. Este último recurso, por ser considerado inflacionário, foi deixado de lado. Mas, ao optar por uma política fiscal branda, o governo Reagan passou a ter que procurar financiamento no mercado público de ações, colocando à venda cada vez maiores quantidades de títulos do governo. Ao mercado concorrem também, além de outros governos, as empresas e pessoas físicas. Para atrair compradores para seus títulos, o governo norte-americano começou a oferecer rendimentos superiores aos que oferecem os papéis privados. Essa prática puxa para cima todas as taxas do mercado, além dos outros fatores que também influem. Para dar um exemplo, os atuais bônus do Tesouro norte-americano estão sendo negociados a aproximadamente 14%, ou seja, uma taxa bastante superior aos 13% cobrados pelos bancos.

Para que os milionários norte-

americanos não tenham que pagar com impostos os custos gigantescos da sua guerra planetária e as atividades da CIA na América Central e outras partes do mundo, os Estados Unidos descarregam nos demais países o peso financeiro da sua política econômica. Para diminuir sua taxa de desemprego (de 11.5% em 1981 passou a 7.5% em 1984, que é considerada quase de pleno emprego para uma economia como a norte-americana), Reagan elevou as barreiras protecionistas, prejudicando sobretudo os países do Terceiro Mundo que realizam a maior parte do seu comércio com os Estados Unidos. E, para manter uma taxa de inflação não superior aos 5% anuais, a FED (o Banco Central norte-americano) implementa uma política monetária restritiva e exporta para o resto do mundo uma moeda sem lastro, um dólar supervalorizado que corrói as demais economias.

Enquanto isso, os Estados Unidos, com o poder dos votos e da sua contribuição majoritária no FMI, instruem essa instituição para que obrigue aos países do Terceiro Mundo a fazerem exatamente o que eles não fazem. As receitas recessivas do Fundo obrigam os nossos governos a contrair substancialmente o gasto público, reduzir os salários a níveis abaixo da inflação e abrir as portas para os investimentos e produtos estrangeiros.

A Reunião de Cartagena

Quando já estava instalada a Comissão Técnica, preparatória do encontro dos chanceleres latino-americanos em Cartagena, o Departamento do Comércio dos Estados Unidos divulgou os resultados da expansão da economia norte-americana no primeiro trimestre do ano. O crescimento do PNB em 9,8% teria que acompanhar-se, de forma

quase automática, da elevação da *prime*, pois se não fosse aumentado o custo do dinheiro (juro) se alimentariam pressões inflacionárias internas. Porém, os países da América Latina estavam reunidos justamente para discutir a dívida externa regional em função dos tremendos problemas criados pelos sucessivos aumentos nos juros internacionais.

O resultado poderia ser a radicalização dos países que estavam atuando como moderadores e moderados (Brasil, México, Peru, Chile e Uruguai). Poderia também radicalizar ainda mais os que já estavam em franca posição de confronto com o FMI e bancos internacionais (Bolívia e Argentina), e talvez conduzisse também o Equador a juntar-se à Bolívia. Com tal raciocínio, pensava-se que a elevação da *prime* naquele momento iria desfazer o cuidadoso trabalho de pressão que os bancos e governos dos países ricos vinham exercendo sobre os países reunidos presentes em Cartagena. Os bancos decidiram esperar. Afinal, a reunião só duraria dois dias.

No entanto, os representantes latino-americanos em Cartagena sabiam o que estava acontecendo. Ou, pelo menos, teriam que estar sabendo.

Os temores dos países ricos acerca da Reunião de Cartagena eram basicamente três: que se formasse um Cartel dos Devedores; que se optasse pela negociação conjunta que, sem formar propriamente um Clube dos Devedores, pressupunha não desconhecer a dívida; ou, finalmente, que se estimulasse ou, pior ainda, que se optasse pela declaração de moratória unilateral.

Para espantar esses fantasmas, foi montado um forte esquema de pressões contra os países que já estavam radicalizados e contra aqueles que se mostravam simpáticos às medidas mais radicais. Argentina, Bolívia, Equador, Colômbia e República Dominicana foram vítimas dessa atuação. A

Bolívia chegou a denunciar manobras no sentido de evitar o comparecimento dos seus representantes à reunião. Paralelamente, aos países "bem comportados e moderados", foram oferecidas melhores condições para as renegociações futuras das suas gigantescas dívidas. O Brasil e o México foram os principais beneficiários dessa estratégia. Quanto ao Chile e o Uruguai, governados por ditaduras militares dóceis aos Estados Unidos, não ofereciam qualquer perigo.

O resultado final de Cartagena foi um documento moderado que, além do mais, em certos aspectos é menos incisivo e infinitamente menos comprometido do que a Declaração de Quito, feita há seis meses atrás e assinada por 27 países da América do Sul e do Caribe.

Quando foi convocada a Reunião de Cartagena, pensou-se que seria uma continuação e aprofundamento dos protestos conjuntos que haviam sido feitos — por iniciativa da Argentina — nas cartas de 19 de maio e de 7 de junho, esta última enviada aos países ricos reunidos em Londres. Pensava-se também que, como continuação histórica da Conferência Latino-Americana de Quito ("o último esforço antes da moratória conjunta"), realizada em janeiro de 1984 (ver **cADERNOS DO TERCEIRO MUNDO** nº 63), o Encontro de Cartagena deveria levar à formação de um Cartel dos Devedores (ainda que não fosse de forma imediata) como contrapartida lógica do Cartel dos Credores, desde sempre existente.

Politização da dívida

O resultado, porém, foi outro. Houve avanços, sim. Mas menores que os que seriam possíveis de obter.

Os avanços conseguidos estão relacionados com a própria dinâmica da discussão gerada a partir da convocatória da reunião, ao



Saraiva Guerreiro

questionamento interno das autoridades econômicas em alguns dos países envolvidos e ao estabelecimento de um organismo consultor permanente para as futuras discussões sobre a dívida externa. Houve, por assim dizer, uma politização e democratização da discussão de um tema altamente prioritário para os nossos países. Essa mesma discussão levou a que fossem mais conhecidas as posições entreguistas de certos funcionários tecnocratas, que até então conduziam as negociações da dívida e as condições de contratação.

O terceiro avanço se relaciona com a decisão de criar um foro permanente de consultas intra-regionais, cuja próxima sede será em Buenos Aires, em agosto próximo. Ali, antes da reunião anual do FMI em setembro, os governos latino-americanos voltarão a se encontrar para discutir e analisar as suas posições.

Os demais aspectos do Documento de Cartagena, ainda que positivos, não significam nenhum progresso com relação à Declaração de Quito. Em certos aspectos, contudo, é mais conciliador. Como exemplo, podemos citar os parágrafos iniciais dos dois documentos:

"Reafirmamos a irmandade e

a solidariedade dos nossos povos e sua aspiração a viver no quadro dos princípios democráticos (...). A fim de dar maior autonomia à região, estamos dispostos a mobilizar o potencial de recursos humanos e materiais com que contam a América Latina e o Caribe para *articular uma resposta conjunta* diante da crise que nos afeta...". diz a Declaração de Quito.

O Documento de Cartagena diz: "Para continuar examinando a situação econômica internacional, especialmente no que se refere aos problemas do endividamento externo e aos obstáculos que isso provoca na reativação do desenvolvimento econômico de seus países e propor iniciativas e formas de ação adequadas que resultem em *soluções satisfatórias para todas as partes em questão*..."

Os demais pontos contidos no segundo Documento estão presentes no primeiro, tais como a caracterização política do problema da dívida, a afirmação da necessidade de introduzir reformas no sistema econômico e financeiro internacional (para que se torne mais equitativo na distribuição dos custos do reordenamento), a chamada de atenção para as graves consequências do protecionismo e das altas taxas de juros e a sugestão de ampliar o diálogo com os governos dos países ricos.

Havia alternativa?

Pode-se alegar, contra o argumento anterior, que — além da criação de um Clube dos Devedores ou da declaração de moratória unilateral —, muito pouco poderiam fazer, além do que fizeram os representantes latino-americanos presentes em Cartagena.

Esse argumento, entretanto, carece de fundamentos reais, ainda que tenha sólidas raízes de cunho ideológico. Dentro do que seria factível, ficou a pergunta

de por que em Cartagena não se discutiu a possibilidade alternativa de incrementar o comércio com os países da área socialista, que inclusive aceitam o sistema de trocas comerciais (não-uso da moeda) como já vêm fazendo com o Peru, por exemplo. No mesmo sentido, por que não se insistiu no aperfeiçoamento dos organismos latino-americanos já existentes como forma de incrementar o comércio regional, que também pode ser regido amplamente pelo sistema de trocas, que o Brasil e o México já puseram em prática? Por que, ainda, não se insistiu na proposta aos países desenvolvidos para que socializem internamente alguma fração da dívida externa do Terceiro Mundo, ou seja, que as sociedades ricas, em seu conjunto, paguem também uma parte dos custos do reordenamento do sistema?

Ao contrário, a perspectiva assumida em Cartagena cedeu terreno desde o princípio com base num pré-julgamento sobre a

relação de forças, tanto materiais como subjetivas, avaliada como negativa para o Terceiro Mundo. Ainda mais: a omissão no Documento de Cartagena a organismos genuinamente latino-americanos como o Sela (Sistema Econômico Latino-Americano), e menção do Birf (organismo dependente do Banco Mundial), como possível foro de discussão dos governos da América Latina em torno da dívida externa, deixou claro para muitos observadores que a decisão não era aprofundar o conteúdo da Declaração de Quito, senão suavizá-la.

Igualmente, a Bolívia — ainda que aceita como participante —, foi relegada em seu pedido de que se considerasse, no Documento final, a sua posição especialmente delicada. Sendo o único país latino-americano que decretou moratória unilateral de pagamentos, e devido à sua precariedade de meios econômicos e à instabilidade das instituições democráticas, sempre ameaçadas

pelos golpistas, a Bolívia reivindicou um tratamento especial na reunião dos chanceleres de Cartagena. Não foi atendida.

Espera-se, contudo, que o próprio curso dos acontecimentos e a firmeza dos governos argentino e boliviano na defesa da soberania nacional frente ao FMI e aos bancos credores, leve a que os demais governos latino-americanos compreendam a necessidade de fortalecer os mecanismos regionais para se obter frutos mais positivos em termos de democracia e bem-estar nacionais.

“Os países da América Latina se endividam porque estão presos ao subdesenvolvimento, depois lhes emprestam dinheiro com a condição de que não se desenvolvam”, disse o presidente Raúl Alfonsín da Argentina. A preocupação de muitos dirigentes latino-americanos é romper esse círculo vicioso. E, convencidos de que os países ricos não tomarão a iniciativa, colocam esse desafio às nações do nosso continente.

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
— FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) — Cr\$ 2.500,00
Semestral (24 nºs) — Cr\$ 5.000,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo ☐ vale postal ☐ cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura ☐ trimestral ☐ semestral do Semanário *Barricada Internacional*.

Pacto Andino

Reflexões sobre uma experiência pioneira

Uma análise crítica e uma projeção para o futuro da ação integradora dessa organização sub-regional, que celebra 15 anos de atividades

José de la Puente Rabdill *

Os últimos anos têm sido, para o Grupo Andino, pródigos em mudanças políticas, reformas internas e medidas econômicas ligadas intimamente aos acontecimentos mundiais e aos próprios objetivos de desenvolvimento dos países membros.

No setor externo, a grande crise econômica mundial que vinha se gerando desde meados da década passada, foi moldada em duras realidades tangíveis, como a recessão econômica generalizada, a hiperinflação, o grande volume de desemprego e o desmoronamento do sistema monetário e financeiro. Este quadro se refletiu na alteração da balança de poder internacional e na reorientação político-econômica do mundo desenvolvido, com repercussões óbvias em países politicamente fracos e economicamente dependentes como os nossos.

* O embaixador José de la Puente Rabdill foi, sucessivamente, embaixador para Assuntos Econômicos da chancelaria do Peru, ministro das Relações Exteriores de seu país durante a presidência do general Francisco Morales Bermúdez e Coordenador da Junta do Acordo de Cartagena entre 1979 e 1982.

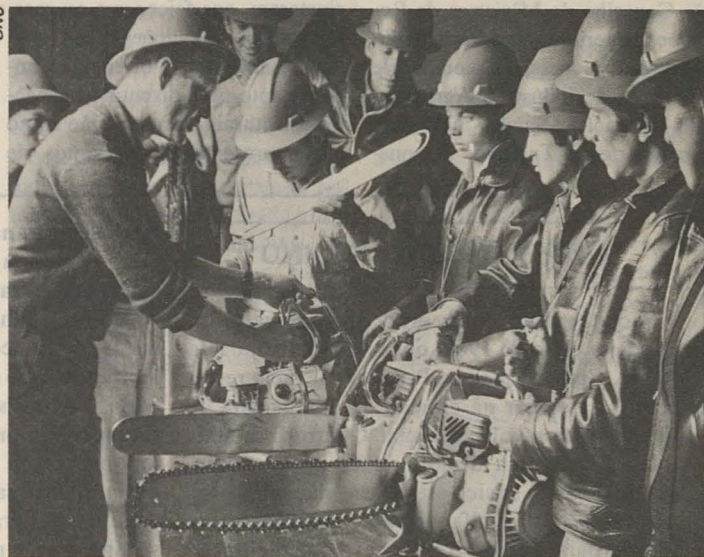
No setor interno, as mudanças de governo ocorridas nos cinco países, a emergência de enfrentar a retração econômica e suas sequelas sociais que derrubaram todas as previsões dos planos nacionais, a presença de conflitos domésticos e intra-regionais, deram lugar a uma política frenética de adaptação e sobrevivência, que obrigou a adiar acordos e compromissos muitas vezes transcendentais.

A inevitável interação entre causas e efeitos de origem externa e interna, incidiu duramente no comportamento político, econômico e social. Atingiu todas as relações das sociedades e dos Estados e, portanto, afetou o débil laço que ainda é a integração andina embora, ao mesmo tempo, tenha acentuado sua necessidade imprescindível.

Produziram-se nestes anos, vertiginosamente, acontecimentos que provocaram mudanças profundas na concepção, na estrutura e na condução da integração; novas realidades que puseram à prova a capacidade de resposta ideológica, política, econômica e social dos países andinos.

Pode-se afirmar que esses acontecimentos marcaram novos rumos para a integração, ultrapassando o econômico para abranger explicitamente o político e o social, incorporando assim elementos que deram lugar a um novo equilíbrio entre as forças atuantes no processo de integração.

Essa tônica inicia-se, sem dúvida, com o Mandato de Cartagena.



Quando foi fundado, há quinze anos atrás, o Pacto Andino concretizava uma velha aspiração dos países da área de integrar as suas economias

Interesse político na integração

A nova etapa se caracteriza por três fatos:

– A vontade de consolidar o processo num marco institucional mais completo e complexo, mas ao mesmo tempo mais flexível, de forma que todos os aspectos relativos ao desenvolvimento dos países membros, no que diz respeito à integração sub-regional, sejam orientados por uma vontade política coletiva que os guie rumo a um destino comum.

– A abertura do Grupo Andino para a América Latina e o mundo.

– Uma atitude pragmática para concretizar em ações os postulados presidenciais, inovando os mecanismos existentes e criando mecanismos complementares e de apoio, para um melhor e mais rápido desenvolvimento da subregião e dando ampla participação ao setor privado no processo.

Os últimos cinco anos foram testemunha de uma acentuação do interesse político para que a integração avance e se consolide: três reuniões presidenciais, a criação do Conselho de Ministros de Relações Exteriores e do Parlamento Andino, as sucessivas reuniões de ministros de Indústria, Agricultura, Educação, Saúde, Trabalho, Transportes e Turismo, demons-

tram claramente que a idéia de integração é uma parte cada vez mais importante de setores produtivos e sociais, com o que abrem novos campos de ação e se incorporam novas dimensões integradoras que constituem um equilíbrio diferente, mas igual ou mais importante que o proposto ao ser iniciado o processo.

Parte vital desse novo equilíbrio é a crescente participação do setor empresarial e trabalhista dos diferentes países. O primeiro passou de um crítico incansável a ser um colaborador – embora reticente – do processo, movido tanto por um certo convencimento quanto por uma clara percepção de sua vulnerabilidade diante da concorrência extra-sub-regional. O setor trabalhista, marginalizado até agora de sua participação, foi tomando consciência através de uma ação deliberada de seus próprios dirigentes e da Junta (órgão executivo do Acordo), de que a integração pode ser um meio idôneo para contribuir para a conquista paulatina de suas justas aspirações.

Empresários e trabalhadores ajustaram, aperfeiçoaram ou reestruturaram instituições e convocaram reuniões com orientação andina, tanto para discutir os aspectos estruturais da integração como para apresentar seus pontos de

vista sobre o andamento e a condução do processo. Isso reflete não só um interesse crescente pela integração e suas repercussões, como é um sintoma animador de que a participação no processo se expande e aprofunda.

No terreno das relações internacionais, o Grupo Andino obteve nesses anos seu reconhecimento como interlocutor válido para as relações econômicas e políticas internacionais. Ao mesmo tempo, reforçou as ações que cada país membro desenvolve nesses dois aspectos em função de seu próprio interesse nacional e elevando-as a instâncias que, atuando isoladamente, só poderiam ser atingidas com dificuldade.

Os acordos realizados com a Comunidade Econômica Européia e os Estados Unidos constituem reivindicações andinas diante de um tratamento injustamente discriminatório que vinha sendo aplicado de forma *sui generis* em relação a cada país membro.

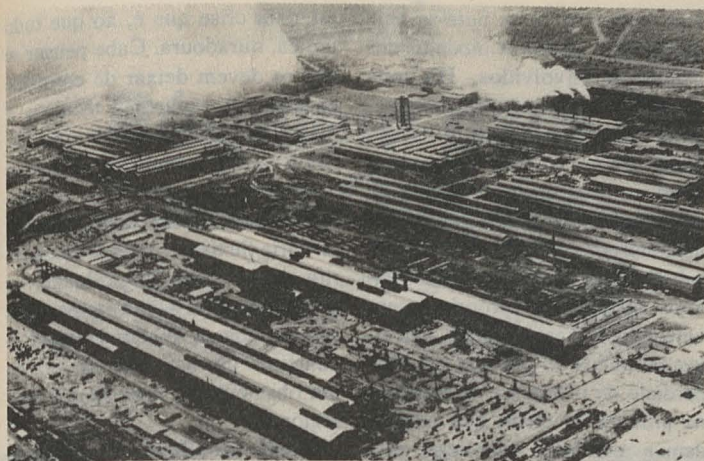
Realizaram-se na América Latina esforços especiais para alcançar aproximações significativas com a Argentina, o Brasil e o México e com as organizações regionais. Um dos temas centrais da ação integradora latino-americana nos quatro últimos anos foi a transformação da Alalc (Associação Latino-

O QUE É O PACTO ANDINO

□ Pacto Andino ou Acordo de Cartagena foi criado em maio de 1969, quando os governos da Bolívia, Chile, Equador, Peru e Venezuela resolveram se associar na criação de um sistema de integração econômica regional. Quatro anos mais tarde, a Colômbia decidiu juntar-se ao grupo, cujo documento básico estabelece cláusulas para a criação de tarifas alfandegárias uniformes para todo os países membros. Essa regulamentação deve ser obedecida pelas empresas transnacionais

estabelecidas na área do Pacto Andino.

Foi devido à limitação imposta à ação das empresas estrangeiras que o Chile (já sob o governo de Pinochet) se retirou da organização em 1975. Pouco depois, também ficou decidido limitar em 14% a remessa de lucros ao exterior por parte das transnacionais instaladas na Bolívia, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela. Em 1979, foi aprovada a criação de um Fundo Monetário Latino-Americano e, no ano seguinte, esses mesmos países deram mais um passo no sentido de sua integração política e econômica, ao decidirem a formação do Parlamento Andino.



A programação industrial foi o eixo central do Acordo

Americana de Livre Comércio) em Aladi (Associação Latino-Americana de Integração) na qual os países andinos apresentaram permanentemente uma posição comum. Coube à Junta a satisfação de ter representado um papel significativo na harmonização de posições e nos resultados atingidos nesse campo.

Essa ênfase nas relações com os países latino-americanos repousa na firme convicção de que as soluções para os nossos problemas devem vir de dentro de nós mesmos. Os vínculos que nos unem ao mundo desenvolvido, tal como o estamos vendo, são tão duráveis quanto os interesses que os criaram e os mantiveram, em detrimento de nosso próprio potencial de desenvolvimento.

O principal campo de ação da integração andina é o econômico. A esse nível deram-se circunstâncias especiais, externas e internas, que atingiram severamente a marcha das economias andinas e, em consequência, a do processo de integração e seus mecanismos, que constituem partes inseparáveis do fenômeno global do desenvolvimento dos países.

Em geral, pode-se apreciar facilmente que o crescimento econô-

mico (para não falar em desenvolvimento) dos cinco países andinos sofreu uma séria retração entre 1979 e 1984. O indicador mais utilizado, — o Produto Interno Bruto Subregional — cresceu no triênio 1979-82 apenas 2,1% ao ano, enquanto o crescimento da população andina foi de 3%. Isso se reflete num crescimento negativo por habitante: os níveis absolutos da receita por habitante foram reduzidos de 1.146 dólares em 1979 para 1.120 em 1981¹. As exportações, sem considerar o petróleo, diminuíram em 8,26 bilhões de dólares em 1979 para 8,1 em 1981, enquanto as importações aumentaram de cerca de 18 bilhões para 26 bilhões. Os problemas financeiros de todos os países acentuaram-se notavelmente. A inflação reduz diariamente o poder aquisitivo das pessoas e o desemprego que a retração econômica acarreta, começa a manifestar-se cada vez mais intensamente em nossas sociedades.

Esse quadro pouco animador obedece à convergência de fatores negativos que se originam tanto na crise mundial quanto na falta de previsão na definição e no manejo

¹Preços vigentes em 1973.

de nossas políticas internas. Nesse quadro, se desenvolveu a integração andina, cujos mecanismos, naturalmente acusam o efeito do descalabro econômico geral, apesar do grande apoio político que se manteve durante todo o período analisado.

A vitalidade do processo é um fato comprovado. A integração como princípio e como objetivo mantém-se incólume; embora os progressos obtidos sejam diferentes em cada setor, surgiram novos caminhos e formas, dando lugar a um novo equilíbrio dinâmico que se projeta em direção ao futuro.

A Programação Industrial — que constituiu durante todos esses anos o eixo central do Acordo — foi possivelmente o mecanismo mais seriamente atingido pelas mudanças de circunstâncias econômicas e políticas. A dinâmica inicial desse setor diminuiu notavelmente, embora tenham sido obtidos certos progressos tanto na aprovação de programas novos como na adaptação dos já aprovados, depois de trabalhoso processo de negociação.

Os novos mecanismos criados, tais como os Programas Interseoriais e os Projetos Integrados de Desenvolvimento Industrial, tiveram pouco êxito até o momento, embora constituam um campo de exploração digno de ser levado em conta, assim como os programas de racionalização industrial. Isso é particularmente importante numa etapa em que a atividade manufatureira sub-regional está sofrendo não só o efeito que às vezes se exagera da concorrência intra-sub-regional, como principalmente, uma avalanche externa de produtos, resultado da desesperada necessidade de expansão de comércio que têm os países desenvolvidos.

Contudo, no decorrer de todo o processo, o intercâmbio comercial entre os países ao amparo da tarifa externa comum veio crescendo

substancialmente. No entanto, nos últimos cinco anos, o processo se estagnou. E isso nos faz refletir sobre a necessidade de se harmonizarem políticas também a nível da condução, para agir de acordo com a realidade.

(Nesse contexto, é preciso chamar a atenção para as perspectivas que a Decisão 169 oferece sobre Empresas Transnacionais Andinas e a necessidade de que, superando os rigores formais, se consolide o mercado ampliado através de um compromisso flexível sobre a Tarifa Comum e a fixação, definitiva e inadiável, da abertura de mercados por parte da Bolívia e do Equador mediante uma fórmula prática, também em concordância com a realidade sub-regional e a desses dois países.)

A integração agropecuária, cujas ações começaram bastante tarde dentro do processo global, mostra avanços que se explicam não só pela experiência de programação adquirida em outros setores, como também pelo dinamismo que lhe proporcionou a participação direta dos ministros da Agricultura, e pelo enfoque prático que se deu às ações realizadas e aos projetos concebidos. Não se pode dizer que seu desenvolvimento seja estritamente ajustado a um plano ortodoxo, mas essas áreas de ação, que respondem a prioridades e problemas comuns conseguiram demonstrar, nesse setor, os efeitos benéficos da ação coordenada comum.

Pode-se afirmar a mesma coisa a respeito da importância da difusão do processo. Mediante publicações periódicas cujo número e tiragem aumentou nos últimos anos e especialmente mediante o encaminhamento do Programa Andino de Televisão, conseguiu-se chegar a mais pessoas tanto na Sub-região como na América Latina e na Europa.

Na concepção das políticas glo-

bais, por outro lado, nota-se uma tendência a imitar os modelos dos países desenvolvidos. Há uma transculturação que nos afasta cada vez mais de nossa própria realidade e de nossas próprias possibilidades. É necessário, tanto na concepção do desenvolvimento nacional como do desenvolvimento sub-regional, retornar a nossos valores, definir nosso próprio desenvolvimento. Tentar imitar conceitos estranhos só provoca um desperdício de recursos e de esforços na procura de metas que respondem a realidades históricas, econômicas e políticas muito diferentes das nossas.

Quanto ao próprio processo de integração e com a experiência adquirida pela vivência das duras realidades durante esses 15 anos, posso afirmar que foi superdimensionada a capacidade técnica, econômica e política dos países, da Comissão e da Junta para atingir os objetivos ambiciosos que foram apresentados em 1969, época em que talvez pudessem ser concebidos.

Reestudar o processo

E mais ainda: a falta de percepção dessas realidades fez com que a Junta, em algumas ocasiões, apresentasse propostas anacrônicas, sem nenhuma possibilidade de se transformarem em algo mais do que decisões puramente formais da Comissão.

Cabe então perguntar se não é preciso reestudar profundamente o próprio esquema de industrialização, dando ênfase a projetos específicos que relacionem interesses subregionais tais como os concebidos nos Projetos Integrales de Desenvolvimento, dos quais não existe um só em andamento. Nesta etapa do mundo e da Sub-região a racionalização industrial não parece o mais adequado para enfren-

tar uma crise que é, ao que tudo indica, duradoura. Cabe pensar se não se devem deixar de construir engenhosos esquemas técnicos e matemáticos para definir uma Tarifa Externa Comum que os países acabam não aceitando e se conformar antes com uma estrutura tarifária flexível, baseada numa tarifa mínima que possa dar forma gradativamente a uma proteção, de acordo com a realidade atual, e constitua um estímulo em vez de um obstáculo ao intercâmbio sub-regional.

Acredito também que a busca de participação de setores não-oficiais deve ser estimulada com energia.

Por outro lado, as novas dimensões presentes na integração reafirmam dia a dia nossa convicção de que o Acordo de Cartagena (um acordo econômico com dimensões sociais) é também político. Os seus interesses, as suas metas e as ações para atingi-las contêm esses três fatores, dos quais não se pode fazer abstração por mais tempo. Esses fatores devem ser ponderados, manejados e utilizados da forma mais eficaz possível para se chegar ao objetivo comum. E isso não ocorreu por enquanto.

Um fato palpável observado ao longo do processo é que muitas ações, medidas, decisões e resoluções tomadas pelos órgãos máximos da integração, da Comissão e da Junta, estão divorciados das metas dos governos, das aspirações dos empresários e das motivações das forças políticas e sociais dos países membros. E por esse motivo certas medidas adotadas pela Comissão e pela Junta trazem, em si mesmas, a causa dos não cumprimentos, formais e reais, dos compromissos adquiridos, fato que provocará problemas e situações tensas e que constitui uma das grandes dificuldades deste processo.

Réquiem para Carlos Quijano

Um eloquente depoimento de Mario Benedetti sobre a personalidade do jornalista uruguaio, falecido recentemente em seu exílio no México

Morreu, no exílio do México, aos 84 anos de idade, o jornalista uruguaio Carlos Quijano, mestre de várias gerações de jornalistas latino-americanos, e fundador do semanário *Marcha* — que marcou época na história da comunicação do Cone Sul.

Quijano era diretor do semanário *Marcha* quando em 1965 “Che” Guevara fez chegar até ele um depoimento, que mais tarde se transformou no livro “O socialismo e o homem em Cuba”. Durante o seu exílio mexicano, Quijano reviveu os *Cuadernos de Marcha*, uma revista que continuou seguindo as diretrizes básicas do semanário, fechado definitivamente pela ditadura uruguaia.

Mario Benedetti — um dos mais prestigiados escritores uruguaio contemporâneos —, colaborador de *Marcha* desde 1945 até o seu fechamento, escreveu um artigo para a revista mexicana *Proceso* pouco depois de tomar conhecimento da morte daquele que fora seu amigo e colega durante décadas. Pelo valor do seu testemunho sobre o que Quijano e *Marcha* significaram para o jornalismo latino-americano, reproduzimos, a seguir, trechos desse artigo.

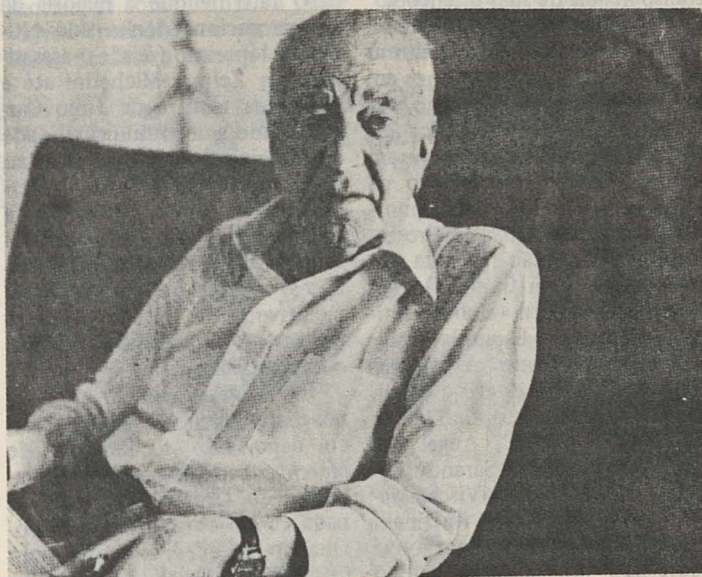
Quando Eduardo Galeano telefonou para me dar a notícia (“morreu Quijano”) tive, junto com a dor, a sensação de que,

com esse triste fato, chegava ao fim uma época: para o Uruguai, para a chamada “Geração de *Marcha*”, para a cultura de nosso país, e também para cada um de nós. Talvez valha a pena assinalar, como um mero índice dessa repercussão, que todos os escritores uruguaio (Onetti, Gurméndez, Larreta, Alsina, Galeano, Peri Rossi, Marra e eu mesmo) de idades bem diferentes, que vivemos nosso exílio na Espanha, estivemos profundamente vinculados a Quijano e a *Marcha*.

Conheci pessoalmente Carlos

Quijano em 1945, quando comecei a escrever para o semanário, e desde então continuei colaborando até que foi fechado pela ditadura em 1974. A essa altura, o que era insuportável para o governo era que, apesar da quantidade de ameaças, sanções e censuras, Quijano e sua equipe continuassem publicando sua verdade e suas denúncias. Todo o país esperava ansiosamente a sexta-feira, porque *Marcha* era algo assim como o termômetro social, o diagnóstico comunitário. E sempre havia sido. Apesar da tipografia gasta, da pobre qualidade do papel, da escassez de anunciantes, de sua incorrigível tendência polêmica, o semanário era uma tribuna que não podia ser ignorada e sua repercussão excedia em muito o âmbito nacional. Para a carreira de vários jornalistas e escritores foi uma escola insubstituível.

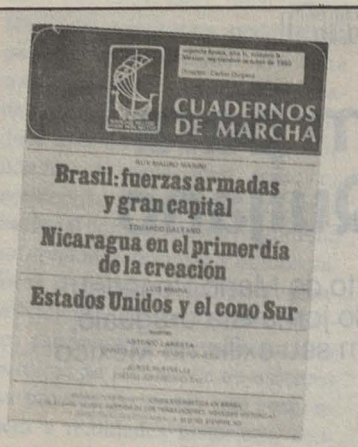
Quijano tinha se formado culturalmente em Paris. Foi ali que compartilhou um intenso período estudantil com Miguel Angel Asturias e Haya de la Torre, de quem conhecia a vida e os milagres. Advogado e posteriormente catedrático de economia na Uni-



Quijano: “Não há diálogo sem liberdade”



Marcha: 40 anos de coragem cívica



versidade de Montevideu, sua verdadeira vocação foi contudo o jornalismo, mas um jornalismo que colocava e movimentava idéias e que penetrava na realidade nacional e latino-americana. Independente até o exagero, apesar de sua profissão de fé socialista em 1958, manteve até o final uma obstinada liberdade de julgamento, o que lhe trouxe não poucos problemas com diversos setores da esquerda tradicional, que porém sempre reconheceram sua indiscutível honestidade, sua coragem cívica, a transparência de suas intenções.

Fundado por Quijano em 1939, o semanário *Marcha* durou 35 anos, além dos cinco anos em que foi publicado no exílio mexicano como *Cuadernos de Marcha*. Na equipe inicial estiveram Arturo Ardao (hoje exilado na Venezuela) e Julio Castro (morto na tortura). Seu primeiro secretário de redação foi nada menos do que Juan Carlos Onetti. Na redação inicial também estiveram Francisco Espinola, Arturo Despouey, Lauro Ayestarán. A seção literária esteve a cargo, em diferentes épocas, de Onetti, Rodríguez Monegal, Angel Rama, Carlos Ramela, Sarandy Cabrera, Arturo Sergio Visca, Mario Trajtenberg, Jorge Ruffinelli e eu mesmo. Em cinema houve sobretudo um binômio crítico inesquecível: Homero Alsina

Thevenet e Hugo Alfaro. En teatro, Carlos Martínez Moreno. Em música, Mauricio Muller. Zelmar Michelini e Héctor Rodríguez foram colaboradores permanentes. Algumas décadas depois de Onetti, a secretaria de redação foi ocupada por Eduardo Galeano. Entre os colaboradores latino-americanos estavam: Julio Cortázar, Mario Vargas Llosa, García Márquez, Roa Bastos, Cardenal, César Fernández Moreno, Carlos Fuentes, Skarmeta, Bryce Echenique, Manuel Puig, etc.

O fato de que a maioria da equipe nacional tenha sido vítima da repressão (desde o assassinato de Zelmar Michelini até a morte na tortura de Julio Castro, desde a incomunicabilidade de Mauricio Rosencof e a prisão do próprio Quijano, Onetti, Mercedes Rein, Alfaro, Nelson Marra e Hiber Conteris, até o exílio forçado de dezenas de colaboradores) é, acima de tudo, um sinal inequívoco da atitude coerente de um grupo que não transigiu com a ditadura.

Eu já estava exilado em Buenos Aires quando Quijano, pouco depois do fechamento de *Marcha*, teve que sair inesperadamente do Uruguai. E saiu sem nada, com a roupa do corpo. Quando nos encontramos em um café da rua Lavalle, me contou que havia escapado quase mila-

grossamente pelo norte, ou seja pela fronteira com o Brasil, daí tinha ido de ônibus até uma província argentina e, depois de várias peripécias, tinha chegado por fim a Buenos Aires, onde não quiseram admiti-lo em nenhum hotel porque não tinha bagagem. Estava muito agradecido a Zelmar Michelini porque lhe havia conseguido alojamento em um hotelzinho administrado por uruguaios. Quijano tinha então 75 anos.

A partir do golpe, Quijano rompeu com os militares e sempre se opôs a qualquer diálogo com eles. "Diálogo é uma palavra de ilustre linhagem. Implica em tolerância e não se concebe sem a inteira liberdade das partes. Não há diálogo sem liberdade". (Isto foi escrito em julho de 1983, no número 22 de *Cuadernos de Marcha*). No último número da mesma publicação, que me chegou só três dias antes de sua morte, reafirmava o que havia dito: "Dialogar é reconhecer neles uma autoridade que não têm. Dialogar é ceder. É preciso aguentar até que caiam, sem parar de acusá-los. E cairão sem dúvida. Não têm saída e o tempo trabalha contra eles (...) Deixemos pois de imaginar conciliações impossíveis e não esqueçamos. Os povos que esquecem ou ignoram a história estão condenados a repeti-la".

Trabalhar junto a Quijano não era fácil nem cômodo, embora fosse sempre estimulante. Era um caráter íntegro, e contudo havia nele um lado afetuoso, íntimo, justo, generoso. Por outro lado todos tínhamos uma história em comum, com lutas e riscos compartilhados. Talvez por tudo isso o queríamos realmente, e por esses dias, quando fomos passando a notícia por telefone, um para o outro, mais de um sofrido veterano ficou em silêncio e depois disse assustado com sua própria reação: "É incrível, mas sabia que estou chegando?".

A imprensa e os escândalos de Pinochet

Uma análise e um testemunho pessoal da repressão à imprensa democrática chilena por publicar as negociatas da família do ditador

Cecilia Allendes *

Quando nós, os 23 jornalistas de meios de comunicação afetados pela censura de imprensa imposta pela ditadura de Pinochet, iniciamos um jejum de 24 horas para chamar a atenção pública mundial, não pensamos que poucos dias depois ia se reeditar a tristemente famosa "Lei Mordaza", estreada há muitos anos, na época do presidente Jorge Alessandri (1958-64).

Faz um pouco mais de um mês, no jejum, protestávamos porque as revistas *Análisis*, *Cauce*, *Apsi*, *La Bicicleta* e o jornal *Fortín Mapocho* tinham sido submetidos a censura prévia.

Para nós que trabalhamos na imprensa no Chile, o artigo "transitório" nº 24 da Constituição Pinochet, que passou a ser o artigo que governa e reprime o país, era suficiente. Sabíamos que a ditadura faria valer seu artigo 24 sempre que não gostasse

de alguma coisa. Por seu lado, os meios de comunicação estavam dispostos a enfrentar qualquer represália, como aconteceu com a censura prévia e com a segunda detenção de Juan Pablo Cárdenas, diretor de *Análisis* e com a proibição da revista *Apsi* em publicar notícias nacionais.

Há muito tempo sabemos que os direitos humanos comovem a muito poucos. Desde que a Thatcher deixou um grevista irlandês morrer de fome diante da passividade mundial, as greves de fome perderam força. Mas a im-

pressão tem um poder próprio. E quando uma ditadura como a chilena está tratando de renegociar a sua dívida externa, quando diz que está "em trânsito" para a democracia e quando lhe interessa a opinião dos países capitalistas, um jejum de jornalistas, por serem jornalistas, chama a atenção. E faz tocar os telefones da ditadura a partir de diferentes países perguntando o porquê. Em consequência disso se conseguiram algumas coisas: que não nos suprimissem uma linha do escrito. Que soltassem o diretor de *Análisis* etc. O jejum, reprimido e que tentaram silenciar, foi um sucesso por esses dias.

As revistas de oposição

No Chile existe uma aparente liberdade de imprensa. Ela foi conseguida pelas diversas organizações (trabalhistas, desempregados, familiares de "desaparecidos" e de presos políticos, associações contra a tortura e a favor dos direitos humanos, da igreja etc.) que, ao fornecerem denúncias absolutamente irrefutáveis, obrigaram os meios de comunicação adeptos da ditadura e os já citados, a publicar o que acontece diariamente no país em consequência da repressão.



Os protestos contra a prisão do diretor de *Análisis*

* A autora deste artigo é uma conhecida jornalista de oposição no Chile. Foi diretora de diversas revistas femininas, em particular da revista *Paloma* ("Pombo"), uma experiência bem sucedida durante o governo da Unidade Popular. Atualmente trabalha na revista *Análisis*. Como uma dos 23 jornalistas que realizaram uma greve de fome a 25 de abril passado, seu artigo também é um testemunho.

Por isso é interessante relatar algo sobre os meios democráticos que são os afetados nesta situação. A *Apsi* (cujo nome é uma sigla) é uma revista que recebeu a autorização para ser impressa (existe uma lei que obriga as novas publicações a serem autorizadas pelo governo) porque solicitou permissão de publicar notícias internacionais. Isso conseguido, solicitou publicar notícias nacionais. Houve um acordo de palavra e se tomou uma das revistas quinzenais — nitidamente de oposição — mais lidas no país. Seu estilo ágil e a forma inovadora de noticiar o que acontece, mais a publicação por capítulos dos crimes da ditadura, aborreceram Pinochet. Ele aproveitou a conjuntura para não cumprir com a autorização que tinha dado de palavra e obrigou a revista a se dedicar exclusivamente à cobertura do noticiário internacional.

Cauce é uma revista social-democrata, surgida há cerca de três meses. Sem medo, publica os escândalos da ditadura: negociatas

de Pinochet com suas casas, do seu genro, da sua filha, enfim tudo aquilo que por temor de serem fechados ou por terem uma linha diferente, os meios democráticos ainda não tinham publicado. *Cauce* denunciou o luxo em que a ditadura vive, especialmente Pinochet, e as negociatas feitas por seus parentes. Diante de uma dessas denúncias, promulgou-se a censura prévia que afetou a todas as revistas.

Análisis é uma revista que nasceu sob o amparo da igreja católica chilena. Mas, o cardeal Raúl Silva Henriquez ao deixar o cargo de arcebispo de Santiago por motivos de idade, seu substituto, monsenhor Francisco Fresno, tirou-lhe o amparo da igreja. A revista teve que enfrentar a ditadura sem proteção. Nem por isso mudou sua linha de denúncia, porém o seu diretor (duas vezes detido nesses últimos 10 meses) e seus jornalistas passaram a ser absolutamente vulneráveis à ditadura.

La Bicicleta é uma revista para jovens que traz letras e mú-



Policiais detêm o jornalista Fulvio Hurtado, vice-presidente da Comissão Permanente pela Liberdade de Expressão

sicas da Nova Canção Latino-Americana e publica temas para um melhor desenvolvimento integral dos seres humanos.

Fortín Mapocho talvez seja a experiência mais inovadora. É um exemplo da habilidade do povo para burlar a ditadura. Apareceu há anos, publicando quase exclusivamente notícias

LEI Nº 18.313

☐ Na quinta-feira, 17 de maio, foi modificada a lei sobre abusos de publicidade que regia o país desde a época do presidente Frei. Os artigos que pretendem encobrir os escândalos do regime são os seguintes:

Art. 21 — Os delitos de calúnia e injúria cometidos por qualquer um dos meios enunciados no artigo 16,¹ serão punidos, em seu caso, com as penas corporais indicadas nos artigos 413, inciso primeiro, e 419 do Código Penal e com multa de dois a quinze salários-mínimos. (...)

O aumento de um grau das penas corporais indicadas no novo inciso primeiro implica, em geral, que o mínimo de 61 dias de prisão e o máximo de três anos observados para a calúnia suba a um mínimo de 541 dias e um máximo de cinco anos. E para a injúria, o mínimo de 61 dias e máximo de três anos mudava para um mínimo de cinco anos.

Art. 21A — Aquele que difundir através de qualquer dos meios citados assinalados no artigo 16, fatos da vida privada de uma pessoa, que causarem ou puderem causar dano material ou moral nela, em seu cônjuge, ascendentes, descendentes ou irmãos, será punido com a pena de reclusão menor em qualquer dos seus graus e multa de dez a cento e cinquenta receitas mínimas mensais.

Art. 21B — Aquele que sem a intenção de injuriar, ferir maliciosamente uma pessoa, através dos meios indicados no artigo 16, com um fato falso relativo a sua vida pública, que lhe causar ou puder causar dano material ou moral, será punido com a pena de reclusão menor em qualquer dos seus graus e uma multa de cem a quinhentas receitas mínimas mensais.

¹ Os meios a que se refere o artigo 16 são: jornais diários, revistas ou escritos periódicos, impressos, cartazes, avisos, inscrições murais, volantes ou emblemas que sejam vendidos, distribuídos ou expostos em lugares ou reuniões públicas; e a rádio, a televisão, a cinematografia e, em geral, qualquer artifício apto a fixar, gravar, reproduzir ou transmitir a palavra, qualquer que seja a forma de expressão que use, sons e imagens.

esportivas. Seus donos eram pequenos comerciantes de frutas e verduras no mercado de Santiago. O ex-parlamentar democrata-cristão Jorge Lavandero quis transformá-lo num jornal de denúncia pluralista e independente de seu partido. Travou uma batalha difícil, foi apreendido mas ganhou os julgamentos nos tribunais e, com mil dificuldades econômicas, assim como as revistas citadas, procura cumprir com seu papel de extraordinária importância no Chile de hoje.

A serviço da ditadura

Exceto duas rádios — *Coperativa y Chilena* —, os meios de comunicação que a ditadura deixou surgir depois de 11 de setembro de 1973, conservam o formato e estilo do que tinham durante a democracia, mas seu conteúdo depende daquilo que o escritório de imprensa de Pinochet (Dinacos — Diretoria Nacional de Comunicação Social) autorizar. Isso é de uma extraordinária gravidade já que a *Televisión Nacional*, por exemplo, é a única que chega a todos os cantos do país.

Portanto, em grande parte, a maioria de chilenos que vive nas províncias, isolados da notícia pelo centralismo imperante no país, desconhecem não apenas o que se passa no mundo, como também grande parte dos acontecimentos do seu próprio país. Não é um exagero dizer que há pessoas que vivem no interior que acreditam que em Santiago foram realizados um ou dois protestos, ignorando por completo todas as mobilizações que acontecem mês a mês.

Essa censura intencional, já que conta com a completa anuência dos diretores da *Televisión Nacional*, é ratificada pelos jornais diários *El Mercurio* e *La Tercera de la Hora*, que são os meios de alcance nacional. *El Mercurio*, além de concordar com a ditadura, tem dívidas de



mais de 51% com o Banco do Estado, e por isso passou a ser, sem que o país saiba, um jornal diário estatal também por sua dependência econômica. *La Tercera* é fortemente controlada por Manuel Contreras, general reformado e ex-diretor da Dina (a polícia política chilena), que conserva até hoje a sua rede policial.

Os dois meios de comunicação encobrem a realidade mundial. No Chile, só se divulga o que interessa à ditadura. Assim se deixam de publicar notícias que são de primeira página em todos os meios de comunicação do mundo e o que é publicado, é bastante distorcido. Um exemplo é a concentração do 1º de Maio. Por ocasião do dia do Trabalho, realizou-se no Parque O'Higgins de Santiago do Chile a maior concentração efetuada na história do país para esse dia. Os santiaguinos acorreram aos milhares para levar sua adesão à democracia e à liberdade. *El Mercurio* não teve como ignorá-la pela sua força e pela grande multidão que lá esteve. Então, publicou fotos de setores onde se destacava a bandeira do MIR, partido que se situa na extrema esquerda chilena, e deixou de mos-

trar as numerosas bandeiras da Democracia Cristã, do Partido Comunista, da Esquerda Cristã, que davam, por estarem juntas na concentração, a imagem de unidade aspirada pela oposição. E, claro, seu texto era distorcido e contrastou fortemente com a versão dada da concentração realizada em favor de Pinochet poucos dias depois num teatro onde cabem oito mil pessoas e que não ficou cheio.

Acima da liberdade de imprensa

As revistas, rádios e jornais que lutam pela liberdade e democracia do país e por não se submeterem à censura prévia, desempenham papéis que habitualmente ultrapassam aquele que deve ser o da imprensa: proteção de pessoas ao denunciarem sua situação, conseguir que a voz dos políticos de oposição seja ouvida, para darem a conhecer suas idéias, mais do que porque possam ter sido especialmente notícia. São o veículo entre o povo amordaçado e reprimido e os dirigentes que querem o fim da ditadura, antes que caiamos numa violência ainda maior do

que a que vivemos.

Isso, porém, não agrada a Pinochet. A corrupção de seu regime é tamanha que achou fraco o artigo 24 transitório com que governou o país. Por isso, promulgou uma nova lei, a 18.313 (ver quadro) que condena a penas de prisão e grandes multas todo aquele que "calunie" ou fale da vida privada das pessoas nos meios de comunicação. É uma lei tão curiosa que não importa se a denúncia é verdadeira ou não.

A opinião pública mundial sabe dos escândalos que vieram à luz com as luxuosíssimas casas que o ditador construiu para si, as negociatas feitas pela sua filha e seu genro. Ou os escândalos de seus filhos, que inclusive tiveram

que sair silenciosamente do país e se acredita que estudem nos Estados Unidos. A vida privada a que esta lei refere-se é o aproveitamento que a família Pinochet fez de seu poder.

E contra essa lei está todo o Chile. Até o *El Mercurio* e os tablóides que edita. Até a direita antes governista e agora semi-democrática. Não existe quem a defenda, salvo os funcionários do governo e a família Pinochet. Por isso, foi sabiamente batizada de lei de "Proteção à Família".

Contra essa lei, nós, jornalistas, lutaremos. Não há grandes esperanças de que os profissionais dos meios oficialistas se juntem à mobilização, mas os sindicatos de *El Mercurio* e de *La*

Tercera já tiraram uma declaração pronunciando-se contra a lei. Isso já é o bastante.

A greve de fome, que assustou o ditador e que nos trouxe uma vitória, corre o risco hoje de ser esmagada pela nova lei contra a imprensa. Faz 11 anos, porém, que eles não conseguem calar todo o mundo. E pouco a pouco, surgem mais vozes dissidentes que dão sua mensagem quando e onde podem. No momento, já começam a anunciar revisões a essa lei. Se o fizerem, serão ajustes de um poder que se movimentava no movediço mar de suas contradições, mas que não consegue construir sua legitimidade. Talvez porque nunca a teve e cada vez mais se distancia da possibilidade de construí-la. ●

SOCIALISMO DEMOCRACIA

JUL/SET 84 3

Ponto de Partida - Cartas dos Leitores

A Comuna de Paris - Daniel Fresno

Os últimos anos de Bukharin - João da Penha

Por uma democracia socialista - Jacob Bazarian

Habitação: uma questão escamoteada - Ricardo Stumpf Alves de Souza

O trotskismo no Brasil - João Machado Borges Neto

Manipulação ideológica da ciência - João Zanetic

Ideologia e psicanálise - Bernard Muldworf

O balanço - Jean Ferrat

Entrevista com Ulysses Guimarães

Cinema independente no Brasil - Renato Tapajós



EDITORA ALFA-OMEGA

você se interessa pelo futuro político do Brasil?

leia a nova revista
SOCIALISMO & DEMOCRACIA

Solicito o envio de _____ exemplar da Revista *Socialismo e Democracia* 3 ao preço de Cr\$ 3.900,00
☐ via Reembolso Postal (inclui despesa postal) ☐ pagamento com cheque visado (isento de despesa postal)
☐ pagamento com vale postal (isento de despesa postal)

Nome
Endereço
CEP Cidade Estado
☐ Solicito o envio automático de *Socialismo e Democracia* 4
☐ Solicito envio grátis de catálogo completo da Editora



Editora Alfa-Omega — 05413 — Rua Lisboa, 500 (011) 852-6400 São Paulo — SP

Prensa Latina comemora seus 25 anos

A agência cubana de notícias, *Prensa Latina* comemorou a 16 de junho passado, os seus 25 anos de fundação, reunindo em Havana um grande número de diretores de agências de notícias e outros jornalistas, cujos meios que dirigem ou em que trabalham são usuários dos seus serviços.

Na sessão comemorativa, em que estiveram presentes, além dos diretores e funcionários da PL, os ministros cubanos, Isidoro Malmierca, das Relações Exteriores e Armando Hart, de Educação, o secretário de Imprensa do governo mexicano, sr. Alonso, e outras autoridades, foi posto em relevo o êxito da *Prensa Latina*, que hoje tem seus serviços implantados em dezenas de países, em todos os continentes.

Simultaneamente com os atos comemorativos, PL reuniu os seus correspondentes no exterior, realizando com os mesmos uma avaliação do trabalho.

Moçambique: AIM inaugura serviço de telefotos

A agência informativa moçambicana AIM inaugurou um serviço de distribuição de telefotos com equipamentos próprios instalados na sua sede em Maputo.

A primeira foto, com a imagem de uma menina ferida pelos bandos armados em Namaacha, foi transmitida por linha telefônica ao diário sul-africano *Beeld*, por volta das 9:30 do dia 12 de junho passado. O equipamento para a transmissão de telefotos foi financiado pela organização canadense Cuso (*Canadian University Service Overseas*) com o apoio dos *Afrika Groups* da Suécia, grupos militantes que participam também da cooperação para o desenvolvimento do departamento fotográfico da AIM.

A aquisição do equipamento representa para a agência moçambicana um passo importante na sua automatização e na prestação de serviços

Porto Alegre: 1º Encontro de Jornalistas do Brasil e do Uruguai

A presença de mais de 500 jornalistas, políticos e convidados especiais, marcou o êxito do 1º Encontro de Jornalistas do Brasil e do Uruguai, realizado em Porto Alegre (RS) nos dias 30 de junho e 1º de julho passados. O Encontro teve o patrocínio da Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, da Associação Brasileira

de Imprensa (ABI), da Federação Nacional dos Jornalistas e da Associação Uruguia de Imprensa. Os temas debatidos foram a "Comunicação Social no processo de aperfeiçoamento da democracia", a "Realidade da Comunicação Social no Brasil e no Uruguai", a "Nova Ordem Informativa Internacional" e a necessidade de se estruturar uma Confederação dos Jornalistas do Cone Sul — da qual participariam os profissionais do Brasil, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai — com o objetivo de traçar estratégias e planos de ação comum em defesa da liberdade de imprensa e do direito ao exercício democrático da profissão.

O presidente da Assembléia Legislativa gaúcha, deputado Renan Kurtz, que abriu o Encontro e presidiu os trabalhos, ressaltou a importância da troca de experiências entre jornalistas de diferentes países com problemas comuns, e em torno da defesa do direito à livre expressão. Na sessão de abertura, depois de referir-se à ausência forçada de dois convidados especiais do Encontro, o general Líber Seregni e o dirigente blanco Wilson Ferreira Aldunate (ambos enviaram mensagens de adesão ao simpósio; no caso de Ferreira, da prisão onde se acha), Renan Kurtz propôs um minuto de silêncio "como homenagem aos mártires da liberdade de informação do Cone Sul, aos que desapareceram, aos que foram encarcerados, aos torturados e cerceados, aos que na peregrinação forçada do êxodo vivem no exílio" e estendeu a homenagem aos jornalistas brasileiros mortos tragicamente no exercício da profissão poucos dias antes do Encontro.

Jornalistas do Chile, Argentina e Paraguai também participaram dos debates em Porto Alegre e reivindicaram a atenção dos presentes para a situação da imprensa nos seus países, assim como a sua participação futura em todas as instâncias que os jornalistas brasileiros e uruguaios organizem para analisar em conjunto os seus problemas comuns.

1º ENCONTRO INTERNACIONAL DE JORNALISTAS BRASIL/URUGUAI

30/6 e 1º/7 de 84 Plenário da Assembléia



patrocínio: Assembléia Legislativa RS, Associação Brasileira de Imprensa, Asociación de La Prensa Uruguaya. Contop, promoção: Federação Nacional dos Jor

Peru: juiz ordena liberação de programa informativo proibido

Um juiz se manifestou a favor do recurso de amparo constitucional apresentado pelo jornalista Cesar Hildebrant, e solicitou aos proprietários do Canal 4 de televisão liberar o programa informativo *Visión*, suspenso por denunciar casos de corrupção policial.

O programa foi proibido por ter apresentado, no domingo 27 de maio, uma ampla reportagem sobre inúmeros casos de corrupção policial, tais como assaltos a bancos, cumplicidade no narcotráfico e torturas a presos.

O ministro do Interior, o deputado Luis Perovich, argumentou que Hildebrant tinha o propósito de desprestigiar a polícia para favorecer a ação subversiva e desafiou o jornalista para um debate perante as câmeras de televisão. O desafio foi aceito, mas Perovich logo impôs condições que Hildebrant considerou inaceitáveis, "queria conhecer com 24 horas de antecedência as perguntas que lhe seriam formuladas".

Na semana seguinte, *Visión* levou ao ar duas novas reportagens referentes à ação policial. A primeira delas se referia à ineficácia policial na repressão aos grupos de narcotraficantes na selva peruana, onde foram descobertos mais de 26 aeroportos clandestinos destinados à exportação ilegal de toneladas de cocaína para o mercado norte-americano. Hildebrant pediu que a força aérea se encarregasse de patrulhar a selva amazônica, criticando o fato de não se ter ainda adotado essa medida, "única forma de impedir o voo das avionetas que levam a droga para a Colômbia".

A outra emissão foi uma crônica filmada da visita do fiscal superior a uma das prisões criadas especialmente para policiais delinquentes, na qual se comprovou uma denúncia anterior de Hildebrant: os policiais presos recebem um tratamento especial, que inclui permissão para sair e pernoitar fora.

O programa foi repentinamente interrompido por decisão da direção da emissora.

O jornalista teve o apoio de seus colegas de profissão e de figuras de vários setores políticos, inclusive do oficial. O caso se transformou em uma confrontação jurídica e uma discussão sobre a liberdade de imprensa. Alguns proprietários de meios de informação argumentaram que a liberdade de imprensa significa o direito de qualquer um a ter um órgão de difusão de massa, mas os jornalistas contratados devem aceitar a linha informativa que lhes indique a empresa.

Tal ponto de vista foi rejeitado por outros meios profissionais e políticos que deram preponderância ao direito do jornalista de informar e do público de receber informação.

Diante da sentença do juiz Eduardo Raffo Otero, que obriga o Canal 4 a reabrir o programa, porta-vozes da empresa informaram que terão uma entrevista com Hildebrant. Deixaram entrever que lhe será permitido continuar trabalhando como entrevistador "com liberdade para que formule as perguntas que queira", mas o programa seria dirigido por outra pessoa.

Sri Lanka: proibido o emprego de pseudônimos

A decisão do governo de Sri Lanka de proibir o uso de pseudônimos nos meios de comunicação e na imprensa escrita provocou uma onda de críticas dos jornalistas independentes da ilha.

O governo decidiu emendar a lei do Conselho de Imprensa de 1973 a fim de obrigar os jornais e revistas, impressores e editores, a publicar todos os artigos com o nome de seu autor. O porta-voz governamental com categoria de ministro, Ananditissa de Alwis, declarou aos jornalistas que a decisão do governo foi resultado de muitos protestos recebidos por declarações irresponsáveis publicadas pelos diários sob pseudônimo.

A emenda que agora deverá ser aprovada pelo parlamento torna um delito qualquer escrito publicado sob pseudônimo. As infrações a esta nova norma têm prevista como pena máxima uma multa de 2.000 rúpias de Sri Lanka (80 dólares) ou um ano de prisão, ou ambos. Os impressores e editores podem também ser considerados responsáveis.

O diário independente em língua inglesa *The Island* considerou a decisão "outro golpe à liberdade de imprensa". A lei do Conselho de Imprensa foi estabelecida pelo governo da ex-primeira-ministra Sirimavo Bandaranaike.

The Island acusou o regime de querer controlar a imprensa e afirmou que esta lei servirá para silenciar os críticos que no interior do governo empregam o pseudônimo para expressar suas opiniões. O *Sun*, outro jornal independente em língua inglesa, afirmou que "na realidade a lei é, em sua essência, uma afronta ao processo democrático e à garantia de poder expressar livremente as opiniões". O diário termina advertindo que a nova lei "terá negavelmente um novo impacto sobre a própria imagem democrática do governo e dos ideais que lutou por estabelecer no país".

Alfabetização indígena Uma questão política

A relação entre a sociedade branca e os índios brasileiros, na opinião da lingüista Ruth Monserrat

José Carlos Gondim*



Em dezembro de 1980, ao voltar da Holanda onde presidiu o 4º Tribunal Bertrand Russell, o cacique dos xavantes, Mário Juruna (hoje deputado federal pelo PDT do Rio de Janeiro) declarou: "Quem entende de índio é o índio. Por isso é que sai tanto problema com a Funai, é porque não tem índio trabalhando lá".

Depois da recente revolta dos *txukarramãe* do Parque Nacional do Xingu, liderada pelo cacique Raoni e seu sobrinho Megaron, a declaração de Juruna ganha nova dimensão: o novo presidente da Funai, advogado Jurandy Marcos da Fonseca, nomeou Megaron para a direção do Parque, além de designar o índio Marcos Terena, aviador da Funai, para a chefia do gabinete da presidência do órgão, em Brasília.

Uma luta secular

A questão indígena, na atualidade brasileira, ganha contornos que demonstram a complexidade

* Participaram também da entrevista, os companheiros Cláudia Neiva e Carlos Pinto Santos.

do problema e das alternativas que se colocam para a sua solução. Muitas são as lutas da comunidade indígena em diversas frentes, como a posse e demarcação de suas terras, contra o genocídio e o desaparecimento de sua cultura e tradições, contra a pretensa "integração" ao mundo branco civilizado, enfim, pela sua não-extinção.

Há algum tempo, essas lutas eram desenvolvidas exclusivamente por uma minoria urbana que tinha se sensibilizado e conscientizado da necessidade de se fazer frente a uma série de absurdos que ainda hoje se praticam contra os índios brasileiros. Agora são eles próprios, os índios, que tomam consciência dos seus direitos e estão se posicionando cada vez mais claramente diante da sua situação.

A política oficial - cujo responsável máximo é a Funai (Fundação Nacional do Índio) - tem se mostrado ineficaz. Ela é contraditória e incoerente. Os próprios antropólogos e especialistas de diversos ramos que trabalham junto às comunidades indígenas são os primeiros a denunciar os desmandos da administração da Funai.

Numerosos levantes de tribos inteiras têm ocorrido, com choques sangrentos entre indígenas e fazendeiros e posseiros que ocupam indevidamente suas terras ancestrais. E a questão indígena não se limita a alguns temas específicos. Ela está inserida no contexto de questões mais amplas ainda não resolvidas a nível nacional, como a necessidade de uma Reforma Agrária, e a de se acabar com o monopólio de empresas estrangeiras.

Alfabetizar o índio

Uma das tarefas mais importantes que estão se desenvolvendo junto às comunidades indígenas é a educação.

Ruth Monserrat, lingüista gaúcha, formada pela Universidade Patrice Lumumba, de Moscou

(URSS), vem desenvolvendo um trabalho de assessoria aos educadores, missionários ou leigos, que atuam em diversas áreas indígenas. Em entrevista exclusiva a "cadernos", ela colocou algumas questões que permitem avaliar melhor a dimensão da problemática do índio brasileiro.

Calcula-se que, hoje, existam cerca de 200 a 250 mil índios em todo o território nacional. Segundo estimativas e documentos da época, já foram cerca de cinco milhões na fase que vai do descobrimento ao início da colonização do Brasil pelos portugueses. Em seguida, a população indígena foi decrescendo, "embora hoje já se note um certo aumento, principalmente nas áreas onde a infra-estrutura está mais organizada, áreas onde eles têm condições de levar uma vida economicamente mais ativa", assinala Ruth.

"A linguística é pura lógica matemática"

■ Ruth Monserrat nasceu no Rio Grande do Sul, onde cursou Matemática Pura até o 2º ano. Depois, passou a cursar Filosofia Pura "porque o meu interesse era a Psicologia que, naquela época, era junto com o curso de Filosofia", nos conta ela. Terminado o bacharelado, em 1962 apareceu-lhe a oportunidade de estudar na Universidade Patrice Lumumba de Moscou, que estava sendo inaugurada.

A sua escolha recaiu sobre Língua e Literatura russas: "eu adorava Dostoiévsky, Tolstói, os grandes autores russos e queria lê-los no original". E foi aí que descobriu a Linguística e, como ela mesma diz, "fiquei deslumbrada".

"Ao começar a fazer os exercícios, senti que tudo era bastante matemático, lógico, e passei definitivamente para esse lado". Ruth começou a trabalhar com o idioma *guarani* depois de passar pelos formalistas russos, Chomsky, Saussure e outros grandes teóricos da Linguística.

Em relação à sua experiência de linguista na União Soviética, Ruth acha que os problemas práticos colocados pela realidade das diversas repúblicas que formam o país foram mais do que válidos para a sua formação. "Afinal, em termos de língua, a necessidade de se fazerem as escritas



Ruth Monserrat: "resgatar a cultura indígena"

dos diversos povos da região dá uma experiência muito rica, porque lá, eles também têm que manipular 170 línguas diferentes".

"A maioria dessas línguas não tinha escrita" assinala Ruth e nesse estágio nos encontramos hoje no Brasil. "Agora na URSS muitas já têm uma literatura bastante desenvolvida e até mesmo traduzida para outros idiomas".

Os escritos publicados por Ruth Monserrat ainda são poucos e se resumem a um trabalho sobre língua dos *ueti* e uma gramática dos *kulina* (Acre). No entanto, sempre faz comunicações dos seus trabalhos nas reuniões da Sociedade Brasileira de Proteção à Ciência (SBPC), "mas depois tenho de enfiar na gaveta, porque aqui no Brasil ainda não se tem como publicá-los", diz ela. Na sua opinião, as próprias universidades é que deveriam abrir espaço para esse tipo de publicação, já que se trata de material pouco comercial.

Viajando pelo Brasil, ela assessora diversos grupos de missionários que trabalham na alfabetização dos povos indígenas amazônicos. Dessas viagens já resultaram cartilhas e livros didáticos, como os dos índios *m'yk'y* do Mato Grosso e dos *karipuna* do Amapá.



Para o deputado Mário Juruna (acima, na Holanda, em 1980)...

"Os grupos que dominam o português, quer dizer, que já estão contatados, não são muitos", diz-nos a linguista (atualmente, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro). "Há diferentes estágios: há grupos que foram contatados no século 16, como os *guarani*; outros como os *mỹkỹ* só têm 12 anos de contato, outros têm menos tempo ainda, como os *salumã* (sete anos) e ainda outros que nunca se aproximaram dos brancos, mas que já foram localizados, sobrevoados".

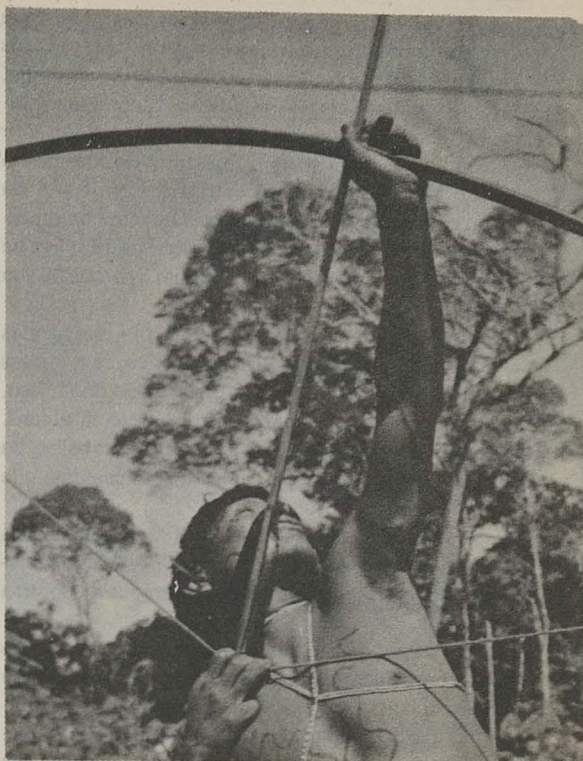
"Isso quer dizer que o trabalho que se tem pela frente é muito grande, não só em termos de alfabetização como em termos de sua 'integração' (termo e conceito bastante discutíveis, como se verá mais adiante) à sociedade civil brasileira."

O indígena ainda é considerado pelo governo e lei brasileiros "como uma criança", como um ser irresponsável perante a lei, que não tem o direito de voto nem mesmo o de viajar livremente pelo país, precisando para isso de uma autorização, um "passaporte" da Funai.

"Aliás, isso não acontece só em relação à saída deles de suas áreas, mas também em relação a nós, que trabalhamos com eles", reclama Ruth Monserrat. "A Funai só deixa entrar nessas áreas as pessoas credenciadas e as que lhe interessa que entrem". Ela acrescenta que no início era pior.

"Eu, por exemplo - disse - comecei a atuar por volta de 1970, na fase mais negra de nosso momento político, que foram os anos Médici. As áreas indígenas eram consideradas de segurança nacional: havia o medo de que lá se desenvolvessem ações de guerrilha".

1984 - Julho - no. 68



... "quem entende de índio é o próprio índio"

Dificuldades da pesquisa de campo

Num levantamento feito pela linguista do Museu Nacional, Ionne Leite, em resposta à pergunta de por quê a escolha de trabalhar com as línguas indígenas, a maioria respondeu que "por um mero acaso". Ou seja, o interesse por línguas indígenas não foi suscitado na escola, normalmente a Faculdade de Letras. Já para Ruth, seu interesse foi despertado quando ela fazia um curso, como bolsista, de Língua e Literatura Russas em Moscou, de cujo currículo consta a disciplina de Linguística Geral. "Foi lá que eu tive contato pela primeira vez com a questão indígena. Eu sabia que havia índios no Brasil, mas desconhecia que eles ainda existissem", diz ela, com sinceridade. "Quando voltei para cá em 1967, fiz uma tese sobre o *guarani* paraguaio. Aí soube que aqui no Rio, o Museu Nacional (que é ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro) ia abrir um curso de pós-graduação em Linguística. Me inscrevi e consegui".

Para a maioria dos pesquisadores de campo, em qualquer área, o Brasil oferece poucas condições de um trabalho eficiente. "É gente que tem que ter garra

terceiro mundo - 83

para trabalhar lá, ou que tem como se manter na área. Gente com muito idealismo e coragem. Quase todos acabam saindo porque não podem sobreviver assim, sem perspectivas claras", diz Ruth. E continua: "Inclusive não há uma carreira específica de pesquisador de campo separada da de professor. Até mesmo no Museu Nacional, a pessoa entra como professor da Universidade, embora ele receba também como pesquisador, porque existem umas pretensas 20 horas de pesquisa, que não são nada, enfim, porque é um trabalho de gabinete".

Antes, os antropólogos – segundo Ruth – iam para as áreas indígenas fazer carreira acadêmica, sem muitos compromissos com a realidade onde atuavam. "E isso, de uma certa forma, ainda ocorre hoje com alguns. Quando eu fui para lá, quando entrei no trabalho, eu não via saída para o índio, achando cinicamente que eles iam mesmo morrer".

Essa visão pessimista – que Ruth hoje critica – foi segundo ela responsável por muitos dos erros cometidos esses anos todos, na aplicação prática da política indigenista.

Também por parte dos próprios indígenas, "não havia consciência de sua força, não conseguiam se organizar, iam 'a reboque' dos antropólogos e pesquisadores que defendiam a sua causa. Hoje, já vemos que eles deram grandes passos e, ajudados inclusive por forças progressistas da igreja, estão conseguindo se aglutinar e enfrentar a máquina que os destrói".

Grande parte dessa mudança de atitude dos indígenas, assim como da mudança de mentalidade ocorrida nas entidades de defesa da cultura indígena, se deve – afirma a linguista – "às transformações ocorridas no seio das igrejas" que atuam na área por meio de missionários. Principalmente, as missões católicas organizadas hoje em torno do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O legado do marechal Rondon

O marechal Rondon foi um dos primeiros brasileiros a, oficialmente, manter estreitos contatos com os indígenas. Sua atuação ainda é um modelo para aqueles que atuam na área. Justamente uma das pessoas mais engajadas na luta pela defesa da cultura indígena é uma freira, Elizabeth Rondon Amarante, neta do marechal. Ela trabalha com o grupo *m'yk'y* do Mato Grosso, onde alfabetiza os índios na própria língua deles, assessorada por Ruth Monserrat.

São muitas as áreas onde se localizam comunidades indígenas no Brasil. A mais extensa é a região

amazônica, que compreende os estados do Maranhão, Pará, Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Acre e Rondônia, além dos territórios do Amapá e Roraima. Mas existem também comunidades indígenas no nordeste, sudeste e sul do país que enfrentam os mesmos problemas de descaso que as tribos da Amazônia, as mais divulgadas.



Rondon, o pioneiro

Rechaçadas do litoral (onde originalmente habitavam) pelo branco colonizador, muitas tribos se deslocaram para a selva de difícil acesso para fugirem à morte e à escravidão. No entanto, esse êxodo, que durou muitos séculos, não livrou os índios das doenças nem da perseguição. Milhões ficaram no meio do caminho, desaparecendo com eles grande parte das tradições e cultura de seus antepassados.

O primeiro órgão de governo criado para atuar junto aos índios foi o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que desenvolveu uma política paternalista e assistencialista. A atuação do SPI não foi suficiente para deter o processo de extermínio dos povos indígenas. Ao contrário, há fortes denúncias de genocídio premeditado pelo órgão oficial. Por isso, e devido também à instalação de novos grupos políticos no poder federal, o SPI foi substituído pela Funai, órgão do Ministério do Interior que, desde a sua criação, só teve dois presidentes civis – todos os outros eram militares de alta patente.

É a Funai quem de fato "governa" as reservas indígenas. Só se entra nas áreas se o órgão credenciar, der uma autorização. E para os antropólogos e pesquisadores que não sejam funcionários da Funai é mais

complicado ainda. "São mil vacinas, mil dificuldades. A credencial demora meses, porque são colocados todos os impecilhos", declara Ruth Monserrat.

"Existem duas atitudes diante das proibições: uns dizem que se têm que cumprir todos os trâmites legais; outros, na prática, não reconhecem os limites impostos pela Funai e forçam a entrada nas áreas por todos os meios possíveis", diz a pesquisadora. Enquanto o Cimi e os interessados têm dificultado o seu acesso ao trabalho de campo, o *Summer Institute of Linguistics* (ver cadernos do terceiro mundo nº 50) até hoje continua atuando nas áreas indígenas, embora já não tenha mais seu contrato renovado com as autoridades brasileiras.

Educação à antiga

Ruth Monserrat acha que a mudança de mentalidade que nós vemos atualmente em relação aos índios está relacionada com o Concílio Vaticano 2º. "Foi aí que começou a pressão das bases da América Latina, África etc., sobre a Europa conservadora. O papa da época, João 23, para não deixar acontecer uma grande cisão na igreja, conseguiu congraçar todas as correntes".

O caminho da liberalização dos religiosos começou com a modificação de determinados costumes "como, por exemplo, o uso ou não do hábito para os padres e freiras". Muitas ordens religiosas, as mais progressistas, foram radicais. "O *Sacré Coeur de Jésus*, por exemplo, acabou com quase todos os seus colégios nas cidades e constituíram pequenas comunidades que foram se inserindo na sociedade civil". A neta de Rondon, que pertencia a essa ordem, foi a única que se decidiu pelo trabalho junto a comunidades indígenas.

Ruth afirma que também os jesuítas reformularam profundamente a relação dos missionários com os índios. "Em 1910, o Rondon fez o contato com as tribos dos *nambiquara*, *pareci*, *rikbatsa* e *iranxe* da região de Tiariti no Mato Grosso. Anos mais tarde, 1940, os jesuítas fundaram aí um internato dentro dos moldes da velha política: congregar, trazer as crianças das tribos e interná-las, proibi-las de falarem na sua própria língua". "Os pais, querendo 'progredir' - continua a pesquisadora - levaram seus filhos para serem educados e voltaram às suas aldeias. Assim, as crianças aprenderam latim, várias matérias do curso ginasial e se casaram, dentro de todo o ritual católico, com véu, grinalda e tudo mais".

Esse modelo começou a ser quebrado quando os religiosos mais jovens perceberam que alguma coisa não estava certa. "Aí fecharam o colégio em 70/71 e



"A política da Funai (acima, o ministro Andreazza, do Interior) é contraditória e incoerente"

os índios voltaram às suas aldeias ou se integraram à vida das cidades".

Entre os líderes indígenas mais atuantes hoje, estão muitos que passaram por essa escola. Daí Ruth Monserrat firmar sua opinião de que "quando a gente condena a educação dessa época, tem que ser com cuidado, por causa da dialética que existe nesse processo". Ela sustenta que "foi preciso passar por lá, viver esse afastamento violento de suas tribos, para que esses líderes se conscientizassem de sua condição e passassem a lutar pelos seus povos". Na verdade, nesse processo, muitos dos caciques e lideranças indígenas desenvolveram uma consciência crítica. Ruth cita como exemplos o cacique Daniel Cabixi e o deputado Mário Juruna. "Todos eles tiveram, uns mais outros menos, uma educação desse tipo".

As forças atuantes

Embora, oficialmente, o responsável pela política indigenista no Brasil seja a Funai, na prática, ela atua apenas em algumas áreas. Nas outras, atuam missões religiosas católicas e protestantes, devido à carência de uma infra-estrutura de serviços da Funai.

A história da institucionalização da pesquisa de

História dos povos indígenas: 500 anos de luta no Brasil

■ *Trechos do livro editado pela Editora Vozes, elaborado por pesquisadores do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que reconta a história das comunidades indígenas no Brasil, vista pela ótica dos próprios índios:*

A história de nosso povo é uma história triste.
É uma história de sofrimento.
É uma história de dominação.

É uma história
que todo o mundo tem que ter vergonha dela.

É uma história
que o governo tem que ter vergonha dela.

É uma história
que as Missões têm que ter vergonha dela.

Por isso,
é uma história que o branco sempre escondeu.

No sistema de vida do branco,
tem gente que domina
e tem gente que é dominada

Nesse sistema,
o rico é o dominador
o pobre é dominado

O branco pobre não pode contar a história dele.
O negro não pode contar a história dele.
O índio não pode contar a história dele.

Nós temos que ir descobrindo
a verdade...
cada pedacinho da nossa história

Antigamente, só tinha canoa de pau,
remo de pau.
Agora, nós conhecemos voadeira.
Voadeira tem motor.
Foram brancos que trouxeram a voadeira.

Os brancos trouxeram coisas boas.
Trouxeram muitas coisas ruins também.

Antigamente, a gente só vivia fazendo guerra.
Toda vida um povo brigava com outro.
Fazia guerra com o outro.
Agora, não. Agora, nós temos que nos unir!
Nós temos que lutar juntos
para nos defender dos inimigos.

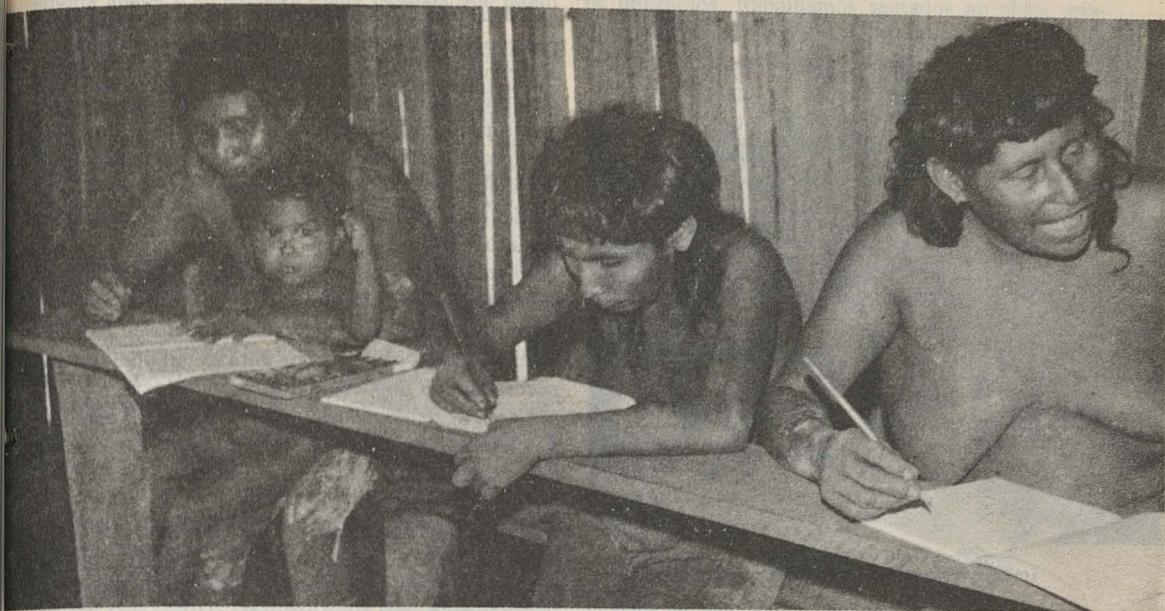
Hoje,
nós temos que brigar é com fazendeiro,
é com Companhia,
é com seringalista.

O vovô faz para o neto flecha pequena
faz arco pequeno.
A vovó faz para a neta panela pequena.
Nosso jeito de ensinar é assim:
Gente grande
trabalha
Criança espia
e aprende.

Surui nunca bate em criança.
Se bater em criança, a criança morre.

Chega uma idade que o menino vira rapaz.
Então ele fica um tempo separado.
Chega uma idade que a menina vira moça.
Então ela fica um tempo separada.
Os mais velhos ensinam para eles
todas as coisas da vida
todos os segredos do povo.
Essa é a nossa escola mais antiga. Sempre o nosso
povo fez assim.
Quando acaba esse tempo, o rapaz já é homem
a moça já é mulher.

Na nossa vida de antigamente
a gente tinha o nosso jeito de ensinar.
Depois que os brancos chegaram, nossa vida
mudou muito.
Agora a gente precisa fazer demarcação,
a gente precisa aprender o português,
a gente precisa saber usar o dinheiro
Agora nós precisamos entender o sistema de vida
do branco.
Por isso, nós precisamos de escola,
por isso nós pedimos escola!



“Alfabetizar o índio é praticar uma política de libertação, de conscientização”

campo é recente: começa, como afirma a pesquisadora Ione Leite¹, no momento da formação da Universidade de Brasília com a pós-graduação em Linguística. Essa experiência foi interrompida depois das mudanças políticas ocorridas no Brasil em 1964. Mas, logo depois, foi retomada pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, também em termos de pós-graduação. Mas esse curso era financiado pela Fundação Ford, que incentivava mais a formação de professores de línguas (português, inglês etc.). Hoje, essa formação é dada pela Faculdade de Letras, ficando o Museu Nacional como ponto de referência e executor de uma ideologia de pesquisa (o chamado “modelo Museu Nacional”).

Nessa trajetória da pesquisa no Brasil, há duas instituições frequentemente mencionadas: o *Summer* e o Cimi. “Foi o *Summer* (o Instituto Linguístico de Verão) que forneceu seus doutores para a implantação do pós-graduação de Brasília assim como no Museu Nacional, mas também fornecia técnicas para a coleta e análise de dados, quer diretamente em cursos ou indiretamente em seus manuais amplamente difundidos”, assinala Ruth.

Essa instituição, de origem norte-americana, surgiu como expressão do sentimento religioso mais exacer-

bado dos protestantes batistas do sul dos Estados Unidos e dedica-se a “levar a palavra do Senhor” aos grupos linguísticos que não tinham alfabeto escrito. Sua ação abrange grupos indígenas nos diversos continentes. Aqui no Brasil, o *Summer* começou a atuar na década de 50, num convênio com o Museu Nacional de prestação mútua de serviços. “Em primeiro lugar, porque eles tinham que estar ligados a uma instituição nacional para poderem funcionar”, comenta Ruth. Segundo a pesquisadora, no início, esse intercâmbio existia, mas com o passar do tempo, essa instituição estrangeira deixou muito a desejar naquilo a que tinha se proposto. Além disso, o *Summer* começou a ser denunciado pela comunidade internacional como injetor sub-reptício de ideologias marcadamente imperialistas e alienantes, – portanto, lesivas às próprias comunidades onde atuava.

Essa campanha resultou na sua expulsão de muitos países latino-americanos (como Peru, Equador, Colômbia) e outros. Em 1978, foi denunciado o convênio com o governo brasileiro e o *Summer* teve que deixar as áreas indígenas.

Porém, eles continuam “atuando intensivamente na Universidade de Campinas, São Paulo, como alunos do curso de pós-graduação. Então, eles têm possibilidade de trabalhar nas áreas indígenas como pesquisadores junto com os universitários brasileiros”, assinala a linguista.

Qual o interesse que existe no Brasil em manter um

terceiro mundo - 87

¹Ver “Cadernos de Estudos Linguísticos” nº 4, publicado pela Universidade Estadual de Campinas (junho de 1983).



“Não dá para ficar
impassível vendo povos inteiros sumirem”

convênio desse tipo com uma instituição comprovadamente contrária aos interesses nacionais? Ruth Monserrat acha que “a primeira interessada é a Funai, porque corruptamente utilizava (ou utiliza ainda) a infra-estrutura do *Summer*, tais como seus aviões e outras facilidades, numa troca de favores”.

Já Ionne Leite, numa apreciação do trabalho do *Summer* no Brasil, exposta aos participantes da 13ª Reunião Brasileira de Antropologia, se pergunta: “Até que ponto o *Summer* transmitiu apenas técnicas? Mesmo rejeitando a ideologia do *Summer*, nos indagamos mais uma vez se as técnicas são independentes da ideologia”.

A igreja e o Cimi

De todas as forças atuantes na questão, Ruth Monserrat destaca a ação do CIMI, que é “um grupo pequeno de pessoas, mas muito atuante. É um trabalho heróico. É uma tarefa tão grande que o CIMI se viu obrigado a apelar para o trabalho leigo”.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) era formado por um grupo de missionários que trabalhava com a Pastoral Indígena da igreja católica. Só recentemente foi reconhecido pela CNBB, contando assim com o respaldo oficial. “O que o Cimi denuncia, na verdade quem está denunciando é a CNBB”, diz Ruth Monserrat. A CNBB é o organismo oficial dos bispos brasileiros e congrega – sem exclusão – todos eles. “Existem, portanto, alas conservadoras e alas pro-

88 - terceiro mundo

gressistas dentro do organismo, o que leva às vezes a posições conflitantes diante da questão indígena.”

O trabalho do Cimi também vem sendo desenvolvido de forma conflitante com a Funai e com alguns setores da própria igreja católica, como a missão dos salesianos que “está mais de acordo com a política oficial de ‘integração do índio à sociedade brasileira’”. O Cimi pratica uma política de libertação, de conscientização, de autonomia”.

Em termos concretos, o Conselho Indigenista Missionário promove, desde 1976, cursos de introdução à linguística e convida professores do Museu para dar aulas de fonética e fonologia para os missionários que necessitam de noções de linguística.

“Como a orientação da igreja e do Cimi é de aprender as culturas e as línguas, pela primeira vez os seus integrantes se depararam com essa necessidade”. Na realidade, os missionários já estavam atuando na área e sentiam falta dessas noções para poderem estudar as línguas. “Aí, nós entramos em contato com os que nos procuram e damos assessoria neste ou naquele trabalho específico”.

Nesse contexto, o Cimi entra como uma opção, dada a falência do projeto “heróico” inicial – considerado alienado e academicista – e a falta de apoio institucional, e também como alternativa de acesso a áreas indígenas devido às crescentes dificuldades impostas pela Funai.

A atitude de Ruth Monserrat é muito clara em relação ao assunto: “Depois que eu entrei para o Cimi, nunca mais pedi autorização à Funai. E sempre entrei em todas as áreas que me interessavam. Principalmente porque são os próprios índios que convidam. A minha opinião é de que quem deve decidir quem entra ou não entra são os índios”.

Ruth acha “muito valente essa luta do pessoal do Cimi e dos leigos que trabalham nessa área, porque eles são voluntários. É gente que dedica às vezes oito, dez anos, em plena juventude, sem nenhum apoio econômico”. Segundo a pesquisadora, só agora é que o Conselho já está assinando a carteira profissional, pagando um salário mínimo e os encargos sociais aos seus voluntários.

“Agora eu estou encontrando um significado para a minha ciência, a Linguística, ao poder me colocar diretamente a serviço dessas comunidades”.

Vale a pena alfabetizar 28 pessoas?

Os linguistas, na verdade, estão apenas no começo de um vastíssimo trabalho. Inclusive cabem perguntas do tipo: “Vale a pena alfabetizar 28 pessoas na sua

própria língua e só existem *essas* pessoas que falam essa determinada língua?"

Ruth Monserrat explica que os maiores grupos do Brasil nem chegam a 20 mil falantes. "O *tikuna*, que é o nosso maior grupo, tem cerca de 15 mil falantes. E eu, por exemplo, faço trabalhos até para 28 ou 30 pessoas", afirma. Alfabetizar, encontrar uma ortografia de uma língua mesmo com um mínimo de falantes é, no caso brasileiro – segundo ela – mais do que válido. "É uma forma de eles sobreviverem, de não serem absorvidos em menos de dez anos, manter a existência de sua língua". "Não dá para se ficar impassível vendo povos inteiros sumirem, levando com eles uma parte da nossa própria história", afirma ela.

Em sua experiência pessoal ("eu falo por mim, não posso ser porta-voz de ninguém mais"), ela acha que quando o pesquisador entra numa área indígena, acaba se envolvendo com a vida dos seus habitantes e é aí que ele muda a sua perspectiva, passando a ser mais realista e menos romântico. E isso, a seu ver, é que tem aproximado o trabalho dos poucos linguistas brasileiros aos dos outros profissionais que atuam junto aos índios, como antropólogos, etnólogos e indigenistas em geral.

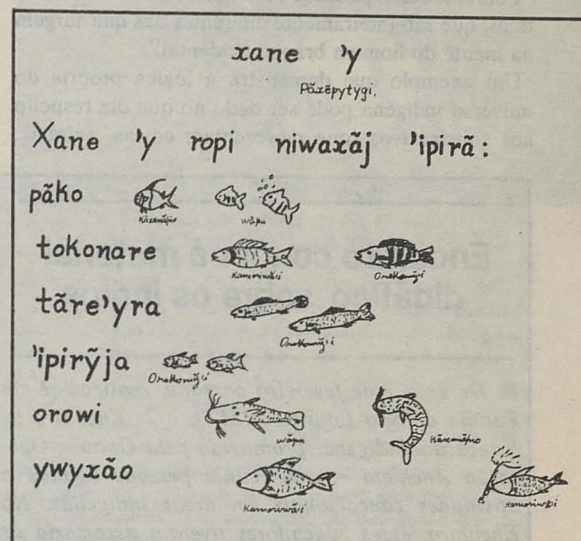
Ela acredita que o grande desafio para os linguistas brasileiros (como para os que trabalham com realidades semelhantes na América Latina, África e Ásia) é como fazer um estudo teórico de uma língua indígena: "não temos material, nem históricos, e as nossas condições de campo são difíceis. E é com esse material que nós temos que trabalhar, porque é o real, o disponível, não é o ideal", enfatiza a pesquisadora.

Uma experiência pessoal: o método

Ao analisar a metodologia empregada no levantamento de uma língua indígena, Ruth Monserrat faz questão de repetir que a sua experiência, em termos gerais, é muito particular. "Porque, inclusive, eu só pude fazer isso porque tenho um marido que me sustentava na época, porque achava importante o meu trabalho. Mas e os outros que não têm um mecenas?", pergunta com humor.

"Hoje sou professora concursada da UFRJ, mas não vou abandonar a pesquisa, de forma alguma, mesmo com a precariedade das condições", afirma. "O *Summer* tinha ótimas condições: casas, aviões, pistas de aterrissagem comida enlatada vinda diretamente dos Estados Unidos, mas não se aproximavam dos índios. A gente não, nós dormimos nas casas deles, vivemos a vida da aldeia, dormimos na rede com todos

os mosquitos, trabalhamos sentados no chão, apanhamos água, fazemos comida e tudo mais. Mesmo assim, tem-se que continuar com a pesquisa", declara. É a metodologia do levantamento de uma determinada língua, como se realiza? À nossa pergunta, ela responde que só existe um caminho, que ainda é muito empírico e tem de ser *in loco*. "Num primeiro momento, você ouve a língua. Vai ouvindo, ouvindo, até começar a perceber as unidades maiores, a entonação, as pausas... É como se habituar a ouvir música clássica", é a sua descrição desse empirismo.



Fac-símile de uma página da cartilha dos tapirapé

O trabalho começa de fato com o registro do alfabeto, que já existe internacionalmente. Depois, vão sendo fixadas as palavras, os conceitos, os objetos. Em geral, os índios já conhecem o português, o que facilita o trabalho pela possibilidade de tradução. "Se for um grupo monolíngue, portanto não sabendo o português, a gente aponta o objeto e o indígena diz a palavra, mas nunca se sabe com certeza se o que a gente aponta corresponde exatamente ao que ele fala. Eu posso apontar o chão e ele pode estar vendo uma formiga ou uma folha. Mas o começo é este: mesmo que não se saiba o significado, a gente registra os sons da língua".

Num segundo momento, a partir de um número bastante razoável de elementos fixados, tem-se que analisar, com finalidades práticas para uma ortografia, qual a escrita mais adequada para esses elementos. Num estágio posterior, deve-se perceber a divisão de palavras que formam um único corpo fonético. "Em português, quando a gente diz *uzanjos*, esse corpo fonético corresponde a duas palavras: *os anjos*",

exemplifica Ruth. E isso é particularmente difícil com as línguas indígenas, porque não se conhece quase nada dos seus significados.

E a tarefa ainda se torna mais trabalhosa porque, em termos concretos, cada tribo, mesmo pertencente a um grupo ou tronco mais amplo, é um universo muito particular, portanto apresentando traços muito específicos na sua própria língua. "Cada língua é uma experiência particular". Isso para não falar nas categorias gramaticais tais como substantivo ou verbo. "Pois elas correspondem a categorias mentais, semânticas, que são inteiramente diferentes das que surgem na mente do homem branco ocidental".

Um exemplo que demonstra a lógica própria do universo indígena pode ser dado no que diz respeito aos substantivos (que representam coisas, animais,

pessoas etc): "Em português, nós temos os concretos, abstratos, próprios, comuns etc. Para eles, existem os possuídos, os não-possuídos e os eventualmente possuídos. Por exemplo, *mão* é possuível, inalienável, não pode ser separada do corpo que a possui, é *minha mão*, *tua mão* ou *mão dele*. Para cada uma delas, há uma palavra específica. Ou *folha*, que não existe sozinha, independente da árvore a que pertence. Então, é bem diferente da nossa cabeça".

As famílias linguísticas

Das cerca de 170 línguas nativas no Brasil, já se tem o levantamento de cerca de 60, sendo que dez feitos por brasileiros e cerca de 50 pelo *Summer*, no seu auge. "Essas línguas estão relacionadas entre si por liga-

Encontro condena material didático sobre os índios

■ De 1º a 7 de fevereiro passado, realizou-se em Fátima de São Lourenço (MT), o 2º Encontro de Educação Indígena, promovido pela Opan - Operação Anchieta -, que reuniu pessoas ligadas a atividades educacionais em áreas indígenas. No Encontro, esses educadores tiveram assessoria de pesquisadores nas áreas de matemática, português e linguística, sendo que os resultados deverão ser publicados brevemente.

Transcrevemos a seguir o documento tirado nesse Encontro, onde os participantes condenam a visão deformada dos índios num texto editado pela Fundação Nacional de Material Escolar (Fename) do MEC, em que o indígena é retratado de "maneira falsa e grotesca":

Cuiabá, 18 de fevereiro de 1984

Na primeira semana de fevereiro deste ano, estivemos reunidas, algumas pessoas que trabalham na área da educação indígena, para analisar nossa atuação e refletir sobre os questionamentos com que nos defrontamos neste trabalho.

Durante este Encontro, discutimos sobre o texto que vai anexo a esta carta, constante do livro "Experiências em Comunicação e Expressão", de Maria Angela Tinoco Rios, editado pela Fundação Nacional de Material Escolar - Fename, do Ministério da Educação e Cultura. Causou-nos verdadeira estupefação e profunda indignação

ver caracterizado o índio de maneira tão falsa e grotesca. As meia-verdades ali referidas, de forma ostensivamente pejorativa, apresentam uma imagem inverdadeira do Índio.

Tanto o texto citado quanto os exercícios que seguem, assim como os desenhos que o ilustram, levam a uma idéia completamente distorcida do que sejam os Povos Indígenas da América Latina. "Coisas de Índio" está cívado dos mais simplórios preconceitos, a partir dos quais a tradição construiu uma figura caricata do "índio" através dos tempos.

Mais surpresas ficamos, ao constatar que a publicação é de 1982. Se tivesse sido publicado em meados do século, ainda poder-se-ia tentar explicar a natureza do texto. Em 1982, entretanto, não há como justificar um capítulo como este, num livro didático.

Na última década a questão indígena foi amplamente divulgada e debatida através dos Meios de Comunicação. Fantasia e distorções históricas sobre os Povos Indígenas passaram por um acurado exame crítico, e o verdadeiro perfil dos mesmos ficou muito melhor conhecido. Resgatou-se sua dignidade, e chegou-se - embora tardiamente - ao reconhecimento do inquestionável respeito a que têm direito. Iluminou-se a grandeza humana que os caracteriza, e que em vários aspectos questiona nossa própria sociedade dita "civilizada".

Daí que se torna injustificável veicular uma compreensão do "índio" de tal forma deturpada como ocorre no livro em apreço. Sobretudo em se tratando de um texto didático, destinado a formar a mentalidade das novas gerações deste país. Ainda mais: avalizado pelo próprio MEC! Trata-se, no mínimo, de grave ignorância sobre a realidade dos Povos Indígenas, senão de intencional propósito de denegrir a figura dos mesmos junto ao estudantado brasileiro.

A partir das considerações que acabamos de fazer, evidencia-se que o capítulo "Coisas de Índio" deve ser urgentemente suprimido nas próximas edições - se houverem - do livro "Experiências em Comunicação e Expressão".

ções genéticas, por famílias, a nível de troncos e dialetos. Numa análise mais profunda, vemos que duas línguas têm origem comum, mas podem ser completamente diferentes a nível de língua falada. O tronco indígena brasileiro com maior número de famílias, é o *tupi*. Dentro do *tupi* existem sete famílias compreendendo, no total, cerca de 30 línguas."

"A língua de tronco *tupi* que possui maior número de falantes, no Brasil, é o *guarani*, não estando computados aqui os núcleos dessa língua no Paraguai, Argentina, Uruguai, Peru, Bolívia e Colômbia. Tanto que esse tronco também é chamado de *tupi-guarani*, que é a base da toponímia brasileira (*guanabara*, *itaparica*, *paraíba*, *parati*, e milhares de outros nomes, são exemplos da enorme influência das línguas desse tronco na vida do país)."

Estamos nos dirigindo, através desta carta a várias entidades, a começar pelo próprio MEC, alertando para esta honestidade histórica que se faz necessária, no sentido de que a literatura didática veicule a face autêntica dos Povos Indígenas.

Contando com o empenho de todos nesta tarefa, encerramos a presente, que expressa a preocupação das pessoas que participaram do Encontro, e vai endossada por Entidades que estão concordes com o questionamento aqui levantado.

Participantes do II Encontro de Educação Indígena (MT): Operação Anchieta - Opan (MT); Secretariado Nacional do Conselho Indigenista Missionário - Cimi (DF); Regional Norte I do Cimi (AM); Regional Acre do Cimi (AC); Regional Mato Grosso do Cimi (MT); Centro de Documentação Terra e Índio - CDTI (MT); Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Cedi (SP); Missionários da Equipe Kulina, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil - IECLB (AC); Associação das Escolas Católicas - AEC (MT).
(Endereço de referência: Opan - C. P. 615 - CEP: 78000 - Cuiabá - MT).

Coisas de índio Wolney Botelho

Um amigo desta cidade forneceu-me algumas histórias de índios. Sim, índios. Casos que recebeu em terras de Frutal, com ares de verídicos, e assim os aceito, e assim os transmito, vede que curiosos. Pois os Ungôninos ou Ongoninos, que habitam as margens do Rio Ucaiali, sepultam vivos, em pé, os doentes e os velhos, apenas com o rosto de fora, até que morram de fome. Depois de algum tempo, completam a cerimônia do enterro. Está bom? Outros, os Humbisa, do alto Amazonas, secam e diminuem a cabeça do prisioneiro morto, até reduzi-la à quinta parte do seu tamanho tirando pela nuca, com extrema habilidade, tudo que existe lá dentro, todos os ossos, por pequenos pedaços, tendo o cuidado de em nada alterar a pele do rosto ou o couro cabeludo. Em seguida enchem a dita caixa com



"É a necessidade prática do seu dia-a-dia que faz do indígena um coletivista"

pequenas brasas, sacodem-na violentamente durante horas, e depois raspam o carvão que fica na parte extrema. Quando o tecido da cara e da cabeça amolece, introduzem o sumo de uma coisa chamada mangarataia, que produz o mesmo efeito de outra coisa chamada alúmen, isto é, faz encolher e secar. E a operação está terminada.

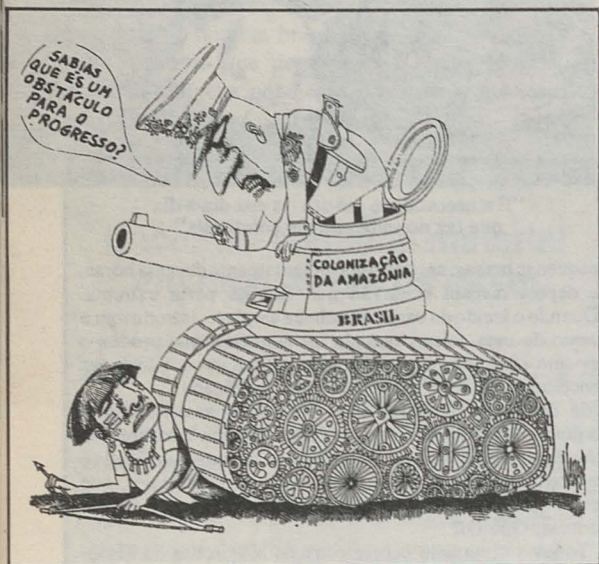
Já os Lenga, da Argentina, costumam assar e comer crianças, quando falta chuva. Todos da tribo têm direito a um pedaço, porém à mãe do menino ou menina sacrificada é concedido o privilégio de ficar com uma fatia maior, que come gulosamente, mas devidamente debulhada em lágrimas. Que tal?

Todavia o máximo ocorre entre os Magironas ou Maioranas, habitantes de algumas regiões do Peru. Trata-se de raça quase inteiramente extinta, o que é um sossego, como se verá. Porque parece que lá ninguém tem garantia de nada. É comer ou ser comido. Comem os inimigos abatidos, os velhos e as velhas, os pais comem os filhos e estes não ficam atrás, pois quando há brecha, comem os pais. Quem tiver boca vai comendo a vizinhança, até encontrar o seu. Já viram?

Mas ainda no assunto de comer o próximo é preciso contar que os Ocainas do Rio Potumaio, costumam engordar os velhos e comê-los em dias de festas. O ancião sabe que vai ser comido, aceita de bom grado a farta alimentação que lhe é dada no período de engorda, não se impressiona, não procura fugir, e quando alguém pergunta se teme a morte violenta e próxima que lhe está reservada, responde que não, pois ele próprio já tinha comido muitos colegas, ficava uma coisa pela outra. No dia do sacrifício, o carrasco escolhe o velho mais gordo, que logo se sente orgulhoso, fica compenetradíssimo e adota a postura mais digna e adequada para receber o tremendo e mortal golpe de tacape que lhe esborracha a cabeça. Tenho visto subserviência, mas como essa!

Qual, este negócio de ser índio, francamente...
(Extraído do jornal "Gazeta do Triângulo")

Existem, além do *tupi* (que era falado no litoral brasileiro), dois outros grandes troncos: o *gê* (ou *tapuia*) e o *aruaque*, que se localizam mais para o norte, na Amazônia. E ainda existem linguas isoladas, que não pertencem a nenhum dos troncos conhecidos, "como a lingua dos *m̃ỹk̃ỹ*, que faz parte de uma familia isolada, com cerca de 16 linguas". Esses grupos se localizam no Mato Grosso, na região dos formadores do rio Juruena que, por sua vez, juntamente com o rio Telles Pires, forma o Tapajós, um dos afluentes do Amazonas.



A experiência de Ruth Monserrat se centrou na região de Mato Grosso e Goiás e no Oiapoque (Amapá), onde ela periodicamente realiza cursos com os alfabetizadores que atuam nessas regiões junto aos *karipura*, *galibi* e *palikur* (Amapá) e junto aos *m̃ỹk̃ỹ*, *rikbatsa*, *iranxe* e outros, no Mato Grosso. Desses cursos, já se publicaram diversos tipos de material didático, como cartilhas, textos de história etc., tanto em português como nas linguas indígenas estudadas.

Indagada de como eles reagem à integração ou aprendizagem de uma nova cultura, Ruth fala que "os índios recebem tudo muito bem. Quem não fica feliz em descobrir um machado de metal, em vez de usar um de pedra? Ou uma camisa para impedir que os mosquitos piquem? Ou uma bota? Os *m̃ỹk̃ỹ*, por exemplo, se mostram felizes. É a descoberta da escrita, da leitura, do fato de existirem índios em outras partes, outros grupos semelhantes a eles. E toda descoberta de um mundo novo é, no mínimo, fascinante".

92 - terceiro mundo

Eles e nós

O encontro de duas culturas é sempre um processo muito complexo, o que exigiria uma análise bem mais profunda que o âmbito deste artigo não chega a alcançar. No nosso caso, lançamos mão do escritor Júlio César Melatti (citado pela jornalista Lilian Newlands em artigo publicado no nº 4 do semanário "Jornal do País") para situar a questão: "Em diversas tribos, os índios classificam os civilizados em distantes e próximos. Os que vivem perto são 'maus', os que vivem longe são 'bons'. A classificação não está longe da realidade. Já se mostrou que os civilizados que moram perto das aldeias indígenas desenvolvem uma série de preconceitos contra eles. Os civilizados que moram longe mantêm uma visão romântica dos índios, que, embora também seja preconceituosa, tem idéias simpáticas ao índio. E os índios já perceberam que são admirados pelos civilizados que vêm de longe visitar suas aldeias. Notaram também que quando vão a uma grande cidade todos param para olhá-los, recebem-nos carinhosamente..."

Ruth Monserrat considera "a questão muito complicada e delicada, e dá muita discussão, muito material para reflexão". A aculturação, além de ser um processo natural e praticamente irreversível, segundo a linguista, "é desejado pelas próprias comunidades. O problema, diz ela, é não massacrar, é não nivelar por baixo... E é isso que está acontecendo e o que tem sido feito até hoje".

A chamada "integração", defendida pela política da Funai e outros organismos, é criticada por Ruth, que a considera "pretensamente realista" e "só leva ao genocídio, ao extermínio, ao desaparecimento da cultura indígena".

Ela também critica com veemência a posição oposta, a "romântica": "A discussão de que o índio tem valores morais puros, que ele é naturalmente um ecologista; que os povos de tecnologia menos avançada ou mais primitiva têm determinados valores por escolha, por opção, por consciência do mundo em que vivem, não tem sentido", declara Ruth. Ela acredita que a necessidade prática da vida na selva, diante de todos os problemas colocados, inclusive pelos civilizados, é que faz com que eles sejam coletivistas, isto é, a não existência da propriedade privada no seu meio é uma necessidade prática diante da realidade.

"Dizer que o índio só derruba uma árvore quando ele precisa dela no seu cotidiano, que ele não destrói a natureza ou coisas desse tipo, é uma visão profundamente romântica, de gente que não conhece a realidade do índio, que dela só tem a imagem deformada



CEDI



Tomar consciência do seu processo, é a forma do índio preservar sua integridade étnica e cultural

pelos meios de comunicação e pela visão sensiblista diante da tragédia, da qual ninguém quer se sentir responsável". O capitalista madeireiro também só destrói o que ele precisa para manter a sua indústria ou o seu capital", assinala Ruth Monserrat.

"Eu acho que o problema passa exatamente pelo equilíbrio das duas posições: nem romantismo nem pretenso realismo, mas a verdade irrefutável da diferença de culturas".

O futuro

Não há dúvidas de que quando algo novo é introduzido em qualquer cultura, é esse o momento exato de se procurar uma reflexão do que esse novo representa para essa comunidade. Por parte dos índios, é "saber o que aquilo representa para eles, ter consciência do fato e elaborá-lo".

"Eles são muito simples no dizer, no olhar, em manter relações sexuais, tudo da maneira mais natural possível. Por isso, a visão dos índios no contato com o branco é revestida de ingenuidade". Ruth cita como exemplo a questão da prostituição em Cuiabá. Os índios sabem do fenômeno, "mas simplesmente o vêem como uma forma da mulher ganhar dinheiro

para, por exemplo, comprar açúcar ou roupas". Tanto que segundo Ruth, eles podem perfeitamente entregar a sua mulher para um homem branco no intuito de conseguir "um dinheirinho".

"A questão indígena está estreitamente ligada ao projeto político em vigor no Brasil, afirma Ruth. Se não mudar, eu acho que a coisa vai continuar o descalabro que vemos. Agora, não acredito que o país possa ir indefinidamente para o fundo do poço. E nesse ponto, acho importante a própria luta deles, os grupos de defesa do índio na esteira dessa luta e não mais comandando como antes. Isto eu acho importante: enquanto alguém estiver brigando pelo problema dos outros, e não o próprio interessado lutando a sua batalha, nada vai para a frente."

E na Funai, alguma perspectiva de mudança? "Só alguém muito ingênuo ou mal intencionado pode imaginar que a Funai seja uma solução", assinala a linguista. "É vergonhosa a relação da Funai com os fazendeiros, com os latifundiários e empresários nacionais e estrangeiros que estão nesse projeto 'desenvolvimentista'. Não sei como ainda não estourou um escândalo na Funai, tipo o da Coroa-Brastel. Há muita coisa que a gente nem imagina por baixo disso tudo".

Cuba: aniversário da revista "Areito"

"A revista *Areito*, editada por membros da comunidade cubana nos Estados Unidos, converteu-se em uma publicação que não pode ser ignorada pela intelectualidade norte-americana", afirmaram em Havana jornalistas dessa publicação.

Em uma conferência de imprensa em Havana por ocasião do 10º aniversário de *Areito*, membros do conselho de redação da revista assinalaram que a publicação não pretende ter uma circulação de massa, e sim alcançar grupos específicos de leitores, objetivo que já se consegue atualmente. Destacaram que *Areito* esteve incluída em uma exposição de revistas hispânicas instalada pela Biblioteca Pública de Nova Iorque, uma das mais importantes instituições culturais dessa cidade norte-americana.

"*Areito* é para os hispânicos que vivem nos Estados Unidos um ponto de convergência e unidade. Queremos chegar aos latinos que residem nesse país e aos setores da comunidade cubana que, ainda que não simpatizem com a revolução em Cuba, podem chegar a ter um papel importante na pluralização dessa comunidade", afirmaram os jornalistas. E acrescentaram que os êxitos obtidos por *Areito*, uma revista que se sustenta com seus próprios meios, não podem ser ignorados: "Dez anos para uma revista cubana nos Estados Unidos é muito".

Concurso Latino-Americano 1984

A Editora Universitária Centro-Americana (Educa) convoca para o Concurso Latino-Americano, 1984, com o seguinte regulamento:

1. Para 1984, o Concurso Latino-Americano da Editora Universitária Centro-Americana, Educa, fica aberto para os gêneros Poesia e Prosa, compreendendo esta indistintamente a categoria de conto ou romance.

2. O júri será integrado em cada gênero por três intelectuais de reconhecida capacidade e trajetória, devendo conceder dois prêmios: um para poesia e outro para prosa.

3. As obras, escritas em espanhol, deverão ser enviadas com um original e duas cópias datilografadas em espaço dois, em papel tamanho 8,5 polegadas por 11 polegadas. Devem ser assinadas com pseudônimo e acompanhadas de um envelope que terá no verso o pseudônimo usado pelo autor, o nome da obra e o gênero no qual participa e em seu interior serão especificados os dados

referentes ao autor: nome, endereço, código postal e demais dados pessoais.

4. A extensão do romance ou conto não será inferior a 80 laudas e em poesia se exigirá um mínimo de 50. Em ambos os casos, o tema é livre.

5. Podem participar todos os latino-americanos. As obras devem ser inéditas.

6. A Educa se reserva os direitos da primeira edição sobre as obras premiadas, comprometendo-se a publicá-las no prazo de um ano.

7. Os trabalhos deverão ser enviados para o seguinte endereço: *Certámen Latino-Americano EDUCA 1984. Editorial Universitaria Centroamericana, Apdo. 64. Ciudad Universitaria Rodrigo Facio, San José, Costa Rica, América Central.*

8. Um mesmo autor poderá participar com mais de uma obra, desde que o faça em gêneros diferentes.

9. As obras não premiadas estarão à disposição de seus autores nos escritórios da Educa e poderão ser retiradas pessoalmente ou solicitadas por correio, dentro dos 60 dias posteriores ao veredicto dos jurados. Passado este prazo, a Educa disporá das obras não retiradas.

10. O Concurso Latino-Americano fica aberto a partir da publicação do presente regulamento e se encerra no dia 5 de novembro de 1984. Os resultados serão divulgados até 15 de dezembro.

San José, março de 1984.

Equador: criadas 12 escolas bilíngues quíchua-espanhol

A direção provincial de educação de Pichincha (província onde se encontra Quito) anunciou a criação de 12 escolas bilíngues quíchua-espanhol em vários setores rurais próximos à capital equatoriana. Seis dessas escolas começarão a funcionar de imediato, enquanto que as seis restantes o farão em curto prazo.

Esta medida faz parte da política de atenção aos indígenas levada a cabo pelo Ministério de Educação deste país, dirigido pelo ex-secretário de Informações, Ernesto Alban. A constituição política do Equador considera o quíchua e outras línguas aborígenes como elementos que contribuem para a cultura nacional.

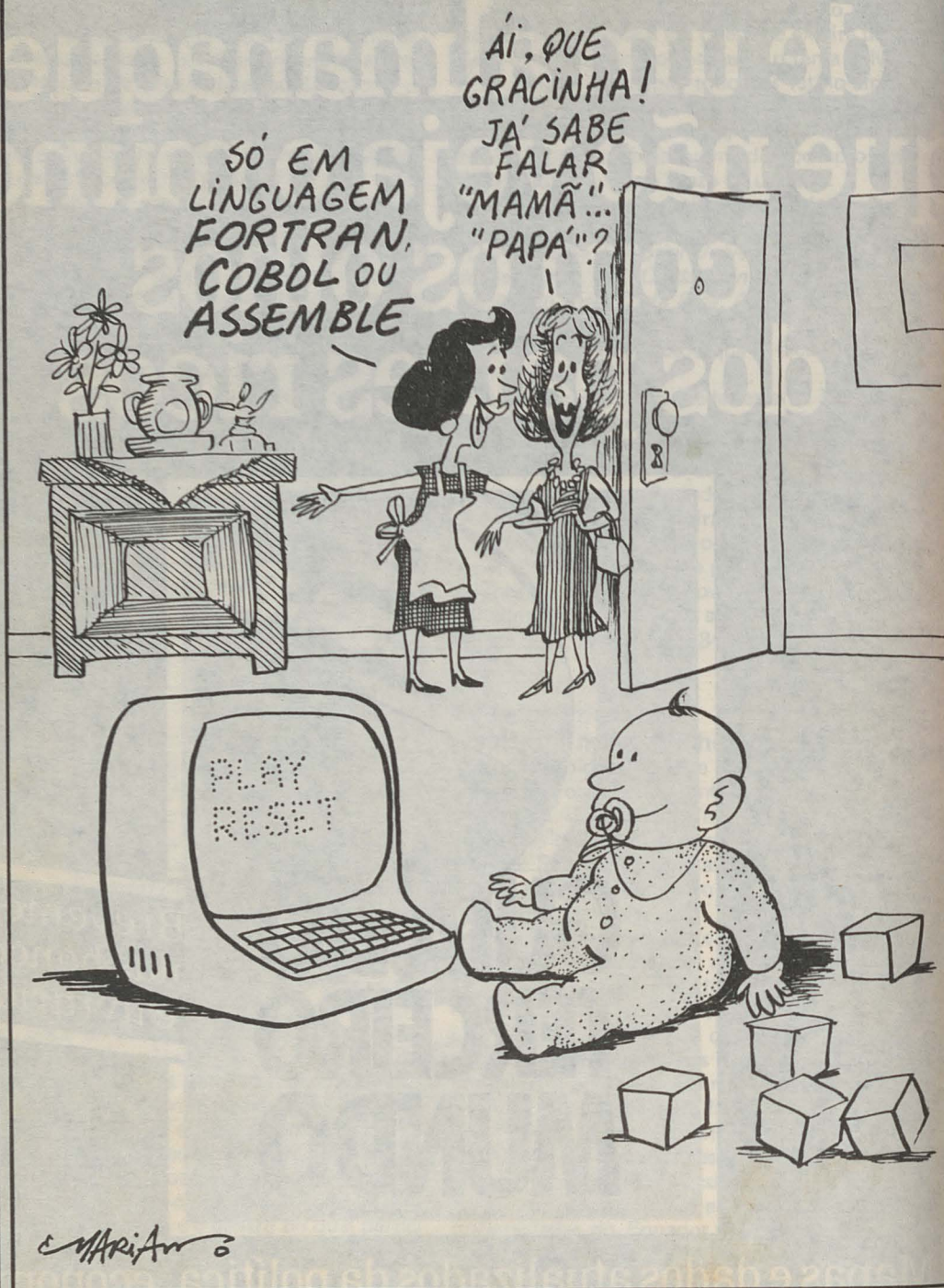
O quíchua é a língua falada pelos setores rurais da região andina equatoriana, e seu uso se estende desde algumas zonas da Colômbia até o sul boliviano, seguindo a cordilheira dos Andes. Atualmente o quíchua é ensinado em diferentes universidades do Equador e o governo iniciou a publicação de livros nesta língua.

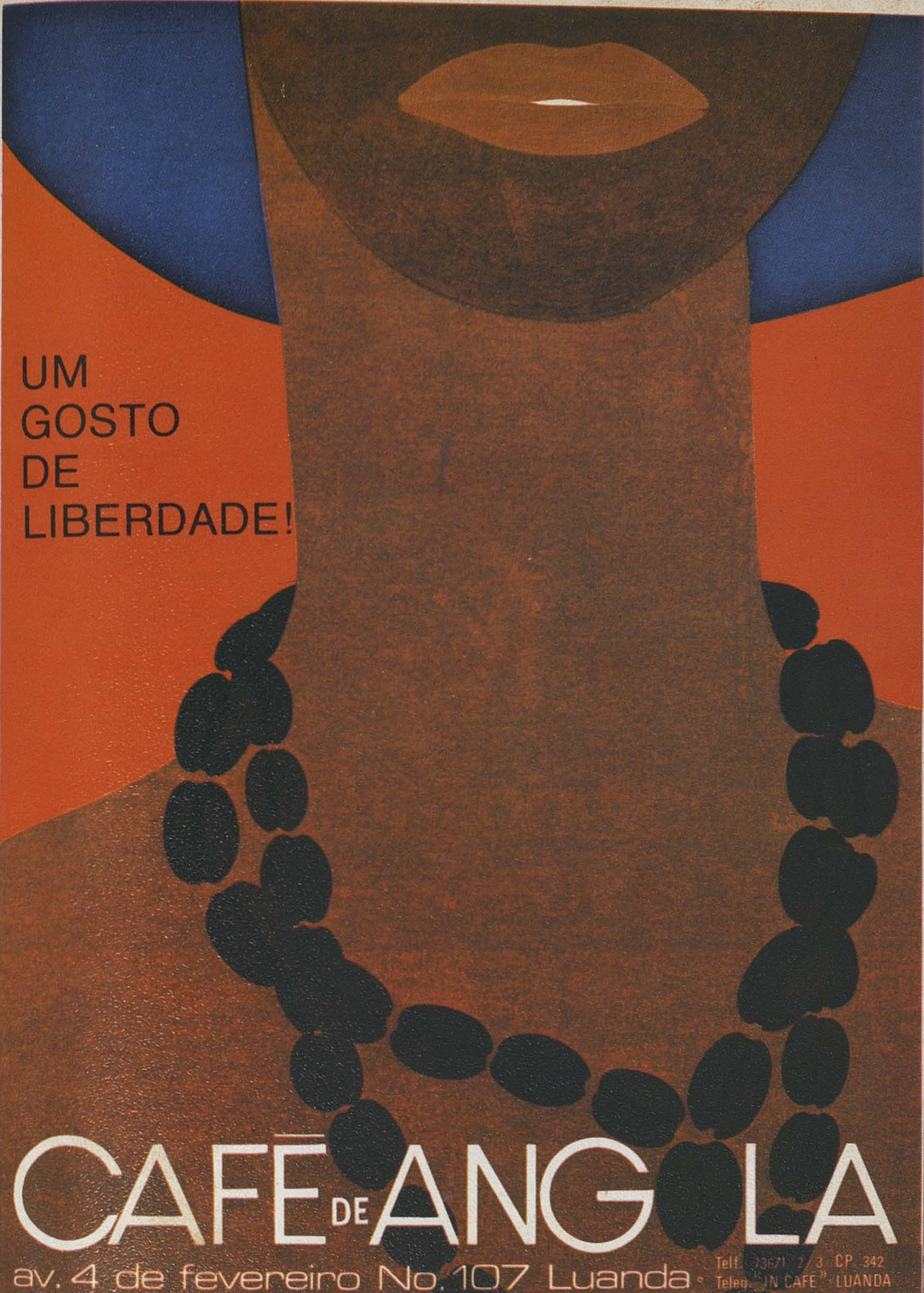
Você precisa
de um almanaque
que não veja o mundo
com os olhos
dos países ricos



Brevemente
nas bancas
e livrarias

Mapas e dados atualizados da política, economia,
história e geografia de todos os países do mundo





UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 23671 7/3 CP. 342

Teleg. "IN CAFE" LUANDA

**Quando se
pensa em banco
no Estado do
Rio de Janeiro,
tem um que está
na cabeça de
todo mundo.**



**BANERJ
NA CABEÇA**

BANERJ

As coisas estão mudando.